



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

IRENILSON DE JESUS BARBOSA

**AUSÊNCIA DE ÁLIBI:
VOZES E TRAJETÓRIAS DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA VISUAL
NO MUNDO DO TRABALHO EM SALVADOR**

Salvador
2004

IRENILSON DE JESUS BARBOSA

**AUSÊNCIA DE ÁLIBI:
VOZES E TRAJETÓRIAS DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA VISUAL
NO MUNDO DO TRABALHO EM SALVADOR**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Educação.

Orientador: Profa. Dra. Theresinha Guimarães Miranda

Salvador
2004

Barbosa, Irenilson de Jesus

Ausência de alibi: vozes e trajetórias de pessoas com deficiência visual no mundo do trabalho em Salvador/Irenilson de Jesus Barbosa. – Salvador: I. J. Barbosa. 2004.

190 f.

Orientadora: Profa. Dra. Theresinha Guimarães Miranda.

Dissertação de Mestrado – Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Educação, 2004.

1. Deficiência visual – Inclusão. 2. Trabalho – Educação. 3. Linguagem.

I. Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Educação. II. Miranda, Theresinha Guimarães. III. Título.

CDU:

TERMO DE APROVAÇÃO

IRENILSON DE JESUS BARBOSA

AUSÊNCIA DE ÁLIBI: VOZES E TRAJETÓRIAS DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA VISUAL NO MUNDO DO TRABALHO EM SALVADOR

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Educação,
Universidade Federal da Bahia, pela seguinte Banca Examinadora:

Prof. Dr. Miguel Angel Garcia Bordas: _____
Universidade Federal da Bahia – UFBA

Prof. Dr. Paulo Ross: _____
Universidade de São Paulo – USP

Profa. Dra. Theresinha Guimarães Miranda – Orientadora: _____
Universidade Federal da Bahia- UFBA

Prof. Dra. Dora Leal Rosa: _____
Universidade Federal da Bahia - UFBA

Salvador, 2004.

Aos que não leram essas linhas, privados pelo analfabetismo.
Aos que são os mesmos na luz e na penumbra.
A todos os que nunca desistem dos sonhos.
Aos que não se vendem e não se entregam.
Aos que levam sempre consigo os seus corações.
Aos que têm uma causa digna e honrosa pela qual morrer
e por isso não podem desistir de viver.
Àqueles para os quais a inclusão e o respeito à diferença
não compõem apenas um discurso,
mas são a causa das suas próprias vidas.

AGRADECIMENTOS

A Deus, o meu Deus, a quem tateando, sempre encontro, chamo de meu Senhor e tributo a glória e o louvor de todas as horas. Presença constante desde a primeira estrela até o ocaso do sol de cada dia, em que se realizam as minhas lutas e vitórias, alvo de um sentimento que a ciência não pode perscrutar, diante do qual meu álibi é sempre ausente.

A Irênio e Benedita, meus pais queridos, mestres da simplicidade e de valores que me fizeram um filho, um irmão e um homem – esse último, sem ainda poder afirmar que sou.

A Luciene, minha esposa, minha amiga e companheira, testemunha das minhas ausências, cúmplice de algumas poucas lágrimas e dos meus melhores sorrisos.

Aos meus filhos, Talita Gracille e Tarcísio Emmanuel, bênçãos e bálsamos da minha existência, amores do meu viver, riquezas que desafiam a minha pretensiosa ambição de ser um educador.

À minha orientadora, Theresinha Guimarães Miranda, mestra dos rigores da jornada, exigências e saberes que me ajudaram a chegar até aqui.

À professora Iracy Picanço, que um dia me fez crer que eu seria capaz, ela também não tem álibi: esteve ao meu lado, mesmo quando distante.

Aos meus irmãos, que me deram sobrinhos companheiros, dentre os quais, dois presentes sempre nos dias desta jornada: Rogério e Francisco.

Aos meus amigos, sujeitos da cena inteira deste estudo, Marilza, Jádson, Gessi, Adriana, Melissa, João, José e Audair: vozes sem álibi, vozes que dão humanidade a este trabalho e me fazem crer que ele valeu a pena.

A todos, e a tantos que não posso mencionar: A MINHA GRATIDÃO.

RESUMO

Esta dissertação teve por objetivo estabelecer uma compreensão sobre o fenômeno da inclusão/exclusão da pessoa com deficiência visual no mundo do trabalho na cidade de Salvador a partir de depoimentos de 8 trabalhadores deficientes visuais cujas trajetórias profissionais se desenvolveram nessa cidade. O estudo buscou compreender as vozes e trajetórias dos trabalhadores com deficiência visual no meio produtivo local, analisou o movimento que resulta em sua inclusão/exclusão profissional no contexto soteropolitano e ainda verificou os fatores que interagem, bem como as relações que concorrem para isso dentro do modo de produção capitalista. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, cuja metodologia consistiu na análise de conteúdo de entrevistas de 8 pessoas com deficiência visual, todas residentes e atuando profissionalmente em Salvador. A pesquisa deu proeminência às vozes dos sujeitos à luz do referencial teórico baseado nos estudos de Bakhtin e de Vygotsky sobre a importância da linguagem na constituição social do sujeito e destacou que a reflexão produzida pelos trabalhadores com deficiência visual sobre sua inclusão no mundo do trabalho evidencia que suas vozes refletem um mundo concreto de primazia da visão, se reconhecem como gritos contra a exclusão, se alimentam das expectativas de inclusão e recusam o lugar da acomodação que o contexto vigente parece lhes impor. A pesquisa concluiu que a ênfase dada pela sociedade à limitação dos trabalhadores por causa da sua deficiência visual e o não-reconhecimento de sua diferença, associados a problemas relativos ao não cumprimento de parte da legislação, promovem a negação ou o desconhecimento de suas potencialidades profissionais, ocasionando sua exclusão no mundo do trabalho. Ademais, esta dissertação favoreceu a inserção da pessoa com deficiência visual no centro do diálogo acadêmico sobre a questão da sua inclusão no mundo do trabalho, dentro do que foi possível observar em Salvador, e oportunizou desvelar parte da potencialidade que cada pessoa entrevistada revela, para muito além de limitações ou diferenças visuais.

Palavras-chave: Deficiência visual; Inclusão; Trabalho – Educação; Linguagem; Mundo do trabalho

ABSTRACT

This dissertation aimed to establish a comprehension about inclusion/exclusion phenomenon of a person with visual deficiency in labour world in Salvador city based on depositions of eight visual deficient workers, whose professional ways have began in this city. The study tried to understand voices and ways of workers with visual deficiency in the local productive environment, analyzed the movement that results in their inclusion/exclusion professional in the Salvador context and also verified factors that interact, as well relations that contribute for this situation within the capitalist way of production. This is a qualitative research, whose methodology consisted on analysis of interviews content of eight individuals with visual deficiency, all of them living and working in Salvador. The research emphasized persons voices referring to the theoretical reference based on Bakhtin and Vygotsky studies about the importance of the language in the social individual constitution; it also pointed out that the meditation produced by visual deficiency workers about their inclusion in the world labour evidences that their voices reflect a real world of vision priority, recognize themselves as shouts against exclusion, supply themselves of expectations of inclusion and refuse accommodating themselves from the probable imposition of actual context. The research has concluded that the emphasis given by the society to the limitation of workers due to their visual deficiency and the no recognition of their difference, associated to problems concerning to no compliment of part of legislation, promote the denial or no understanding of their professional potentialities, causing their exclusion of the labour world. Moreover, this dissertation helped the insertion of the individual with visual deficiency in the academic dialogue center about the question of their inclusion in the labour world, as it was possible to observe in Salvador, and gave a chance to show a potentiality part that each interviewed person reveals, forward to limitations or visuals differences.

Key-words: Visual deficiency; Inclusion; Labour – Education; Language; World labour

SUMÁRIO

PRÓLOGO: IMPLICAÇÕES DE UM DESAFIO PESSOAL DE ESCREVER E DE CHEGAR	11
1. INTRODUÇÃO	20
2. A DEFICIÊNCIA VISUAL E O MUNDO DO TRABALHO NUMA PERSPECTIVA INCLUSIVA	27
2.1. Os desafios para uma sociedade inclusiva e a importância de pesquisas sobre deficiência e trabalho	27
2.2. Deficiência visual e mundo do trabalho: categorias em análise	35
2.2.1. A deficiência visual	35
2.2.2. O mundo do trabalho	39
2.3. Relações conceituais e estatísticas entre deficiência e trabalho	45
2.4. A legislação relativa ao trabalho de pessoas com deficiência	48
3. A IMPORTÂNCIA DA LINGUAGEM NA CONSTITUIÇÃO SOCIAL DO SUJEITO	57
3.1. O sujeito com deficiência visual e sua ausência de alibi no contexto da ideologia capitalista	58
3.2. A palavra como signo ideológico por excelência	66
3.3. A importância da linguagem e a voz como expressão de muitas vozes	67
4. A CONSTRUÇÃO METODOLÓGICA E SEUS PRESSUPOSTOS EPISTEMOLÓGICOS	73
4.1. A natureza qualitativa do trabalho	73
4.2. Os sujeitos da pesquisa e os depoimentos orais à luz dos pressupostos epistemológicos	76
4.3. Os procedimentos de análise de conteúdo	79
5. AS VOZES DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA VISUAL: TRAJETÓRIAS, INCLUSÃO E EXCLUSÃO NO MUNDO DO TRABALHO.....	84
5.1. A CARACTERIZAÇÃO DOS SUJEITOS ENTREVISTADOS	85
5.2. AS VOZES DOS SUJEITOS EM SEUS DEPOIMENTOS	100
5.2.1. Vozes que refletem um mundo concreto de primazia da visão	102
5.2.2. Vozes que se reconhecem como gritos contra a exclusão	104
5.2.3. Vozes que se alimentam das expectativas de inclusão	109
5.2.4. Vozes que recusam o lugar da acomodação	115
6. CONCLUSÃO: ÁLIBI AUSENTE	120
REFERÊNCIAS	130
APÊNDICES	138

PRÓLOGO

IMPLICAÇÕES DE UM DESAFIO PESSOAL DE ESCREVER E DE CHEGAR

De perto, ninguém é normal.

(Caetano Veloso, Vaca profana, 1990)

Escrever esta dissertação é um empreendimento desafiador, ao menos para mim mesmo. Esse desafio, consiste, inicialmente, no compromisso de produzir um trabalho que não se descuide do criterioso cuidado científico capaz de estabelecer um diálogo acadêmico a respeito do problema específico de que trata. E, além disso, consiste na tentativa de oferecer ao leitor ainda não incorporado à discussão acadêmica a possibilidade de entender e refletir sobre o mesmo fenômeno estudado.

Desejo oferecer ao leitor um texto que fale de vida acadêmica e de humanidade, de fazer científico e de respeito pelo outro. Quero um texto que fale em ciência, educação, método, mas também fale em cidadania e em emancipação do sujeito social e condene a subalternização e a tutela de quem deveria ser emancipado.

Ambiciono escrever em reciprocidade e em amor ao próximo, mesmo na ausência ou no desuso dessas expressões. Quero um texto que pense em igualdade e em diversidade, em diferença e em inclusão.

Desejo que o leitor se encontre neste texto, com uma dissertação de mestrado, mas que se encontre sobretudo com um *texto – textus*, do verbo *têxere*: trançar, tecer – que denota aquilo que está trançado, entrelaçado, interligado. Quero uma produção acadêmica entrelaçada, interligada com a vida de dentro e de fora da academia.

Reconheço que a empreitada é das mais difíceis e que a pretensão de dar conta dela revela-se sinuosa e arriscada. Mas corro os riscos a ela relacionados, tendo a refletir no espelho da minha memória alguns percursos, sentimentos e características pessoais que me trouxeram a esta estrada com alguma implicação pessoal.

Neste texto, esforço-me para não promiscuir meu trabalho científico com indesejáveis colapsos emotivos, mas cada linha traz a traição a que fui submetido pelo desejo de tentar dizer o que realmente queria dizer. Escrevi em perene ausência de um álibi. A sensação é a

de que “... graças à escrita, o mundo do texto pode fazer explodir o mundo do autor” (RICOEUR, 1990, p. 53).

Tudo o que já disse ou vier a dizer neste texto está relacionado a três aspectos que tenho como indissociáveis do desafio de escrever sobre a trajetória profissional de pessoas com deficiência visual no mundo do trabalho, em Salvador, quais sejam: 1) Os caminhos da minha vida acadêmica; 2) O modo como encontrei um tema para pesquisar e 3) A ambição de escrever com a própria mão sobre algo socialmente relevante.

A forma como me relaciono com o conteúdo que vem a seguir de modo algum expressa descuido com a linguagem científica em favor de uma abordagem literária. Apesar disso, Richardson (1999) considera um preconceito a idéia de que trabalhos de pesquisa tenham que abdicar de um texto agradável ao leitor:

“(...) Acreditam alguns que a literatura vai por um lado e o texto científico segue por outro. Formidável engano: existe uma literatura científica boa, confiável, aceita e credenciada não só pela informação, invento ou descoberta veiculados, mas também pelas qualidades de estilo, acessibilidade e limpidez de que é portadora. Não se pretende, com isso, que o pesquisador se torne um artista da palavra e das frases, um literato. O objetivo maior é de caráter utilitarista: dotar os relatórios de pesquisa de maior alcance, isto é, que não se limitem a transitar junto a um pequeno número de iniciados ou junto a pessoas tão necessitadas de lê-los que sejam capazes dos sacrifícios que implicam leitura penosa. Existe ainda um outro aspecto que merece atenção (...) o falso prestígio da linguagem hermética (RICHARDSON, 1999, p. 297).

O que segue é, portanto, a maneira pessoal que encontrei de declarar minhas implicações com o objeto de estudo deste trabalho fazendo notar a presença de vozes e experiências que me trouxeram até aqui.

1) Os caminhos da minha vida acadêmica

A demarcação dos meus caminhos começa por uma constatação: tenho pais que ainda estão sendo alfabetizados.

Duas horas antes de voltar a este texto vi meu pai chegar, à sombra de seus oitenta anos, encharcado sob uma chuva forte que molhou, inclusive, seus documentos. Enquanto ele foi à casa de um outro filho, eu fiquei tentando secar seus pertences com o auxílio de um secador, pois ele gostaria de voltar para sua casa, no Recôncavo Baiano, no mesmo dia.

Enquanto secava seus documentos, me deparei com sua assinatura em um deles. Essa assinatura significa quase tudo o que ele pôde aprender ao longo da vida como estudante. Ele voltou e está me olhando, sentado no sofá da minha casa. Deve estar pensando em algo do tipo: “Esse menino é danado de inteligente!” – coisa que só os pais pensam ou dizem gratuitamente...

Ele chegou de sua cidadezinha, no Interior, à beira-mar, velho navegante aposentado que é, onde passa a maior parte de seus dias com a sua companheira. Essa mulher é a minha mãe, e de pai e de mãe não se fala sem emoção.

Cresci ouvindo-a dizer, a onze filhos nascidos e nove que conseguiu criar, que precisávamos estudar, para sermos diferentes dela e daquele pai que, por falta de oportunidades, nunca haviam adentrado a uma sala de aula.

Lembro dela, manuseando papéis e dizendo: “*O que tem aqui... pra mim ... é o mermo que mostrar a uma cega.*” E completava: “*... Minha mãe nunca pôde me dar estudo... mas me deu amor e isso eu posso dar aos meus filhos*” – dizia, se referindo à minha avó, que morreu analfabeta. Essa mulher simples concebia a educação que oferecia aos seus filhos como um ato de amor.

Minha mãe entrou, muitas vezes, em escolas públicas ou comunitárias onde sempre estudei, para matricular filhos e participar de reuniões, das quais voltava feliz, contando as proezas e elogios que ouvia dos profissionais de educação a respeito de seus filhos. Mas, para estudar, em São Roque do Paraguaçu, Distrito de Maragojipe, numa escola comunitária onde a professora de jovens e adultos não recebia salário, ela só entrou pela primeira vez aos 73 anos de idade, e meu pai só pode fazer o mesmo, ao seu lado, aos 79, quando eu já estava fazendo o Mestrado em Educação na melhor universidade da Bahia.

Pai e mãe – a despeito da importância de tantos professores – foram meus primeiros e maiores mestres, responsáveis pelo que de mais humano este trabalho contém. Pelas mãos deles e por suas orações cheguei à Universidade Federal da Bahia, acreditando em educação como ato de amor e, na minha vida, como um milagre de Deus e penso que sairei com a mesma certeza.

Cheguei à Universidade Federal da Bahia pela apertada porta do vestibular, em 1994. A essa altura já era um ministro de confissão religiosa da denominação batista. Através da Igreja Batista do Lobato, na periferia de Salvador, fui recomendado aos estudos teológicos, fiz um curso de Bacharelado em Teologia, de 1987 a 1990, em regime de internato no Seminário

Teológico Batista do Sul do Brasil – STBSB. Apesar do nome, o STBSB localiza-se no Bairro da Tijuca, na Cidade do Rio de Janeiro. Este curso não era reconhecido pelo MEC, àquela época. Após quatro anos atuando como pastor batista, trabalhando com pessoas de comunidades carentes, minha vocação religiosa e as demandas do trabalho que realizava me fizeram crer que eu precisava de melhor formação, para ser mais útil ao segmento ao qual o meu exercício pastoral se reportava e a toda a sociedade.

Escolhi o curso de Pedagogia e graduei-me em 2001, usufruindo o privilégio de ser o orador da minha turma. Naquele ano, fui também presenteado com o desafio e a oportunidade de ser o primeiro aluno da história do curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Federal da Bahia a apresentar publicamente uma monografia de conclusão de curso, sendo aprovado perante uma banca examinadora formada por professores da Faculdade de Educação - FACED.

Tive como orientadora a professora Iracy Silva Picanço e apresentei a monografia intitulada “*O debate e algumas ações sobre a educação profissional no Brasil veiculados na revista Boletim Técnico do SENAC nos anos de 1995 a 2000.*” Um trabalho de pesquisa bibliográfica que buscava compreender a discussão e as ações sobre a educação profissional na segunda metade da última década do século vinte, a partir da análise de artigos veiculados naquele conhecido periódico.

A convivência com a professora Iracy Silva Picanço, então coordenadora do Núcleo de Pesquisa Trabalho e Educação (NUTE), ao longo do processo de orientação e produção da monografia de graduação, serviu também para me desafiar a participar do processo de seleção do Programa de Pós-graduação em Educação da FACED. Através dessa seleção obtive o ingresso no Mestrado em Educação na Linha de Pesquisa de Filosofia, Linguagem e Práxis Pedagógica.

2) O modo como encontrei um tema para pesquisar

Sempre tive interesse na área de educação para o trabalho. Dentro das possibilidades oferecidas na FACED, vinculei o meu projeto à área de Educação Especial, mais especificamente, às relações existentes entre educação e trajetória profissional de pessoas com deficiência visual.

Meu interesse pela deficiência visual surgiu desde a adolescência, quando fiz cursos profissionalizantes, no SENAI, de Programador Visual Gráfico e Técnico em Impressão *Off Set*.

O então pavilhão de Cursos de Artes Gráficas do SENAI era uma espécie de galpão dividido pela disposição do mobiliário, máquinas e equipamentos de linha de produção gráfica, onde funcionavam diferentes cursos e eram produzidos livros, revistas, *folders*, cartazes, quase sempre para o próprio SENAI. Da prancheta onde fazia a parte prática do meu curso profissionalizante de Programador Visual Gráfico, acompanhava, à distância e com muita curiosidade, os movimentos de um casal de cegos que também estudava na instituição. Eles faziam o curso de Tipografia.

Eram hábeis compositores de textos, manejando minúsculos caracteres metálicos com letras em relevo em uma das extremidades. Aquelas letras eram de diferentes fontes ou famílias, implicando a necessidade de combinar tamanhos, formatos, espaços e pontuação distintos para a composição de textos, ora simples, ora complexos. Estes textos eram montados em posição inversa ou espelhada em relação à que teriam em sua forma final, depois de impressos nas máquinas tipográficas. Era um trabalho que demandava muita perícia, atenção e acuidade, e ver aqueles cegos trabalhando me impressionava. Eu tinha entre dezesseis e dezoito anos.

Concluí os cursos na instituição e trabalhei alguns anos com a formação ali obtida. Já era adulto quando encontrei um daqueles deficientes visuais, ex-estudante da Tipografia no SENAI, vendendo canetas em ônibus coletivos.

Nunca tive amizade com ele, mas senti o desejo de entender por que eu estava ganhando meu sustento e ajudando a minha família através da atuação profissional na área gráfica, com a formação recebida no SENAI, enquanto aquele colega, deficiente visual, estava desempregado e, aparentemente, sem perspectivas.

Já na graduação em Pedagogia, conheci a Dra. Theresinha Guimarães Miranda, então professora de Introdução à Educação Especial. Durante um trabalho dessa disciplina, tive a oportunidade de estudar o tema da educação de pessoas com deficiência visual para a apresentação de um seminário em classe. Isso renovou e ampliou o meu interesse pelo tema.

Vencido o processo seletivo, já no contexto da pós-graduação, com a ajuda de minha orientadora, cheguei à atual delimitação da pesquisa e realizei o percurso que culminou no presente trabalho.

3) A ambição de escrever sobre algo relevante no marco da minha chegada

É fato, e motivo de inúmeras críticas, que alguns trabalhos de pesquisa se perdem na poeira das bibliotecas pela ausência de relevância social em suas conclusões ou na própria temática estudada.

Escolhi estudar o fenômeno da inclusão da pessoa com deficiência visual no mundo do trabalho, em Salvador, porque creio ser socialmente relevante e julgo estar dando uma contribuição também para a reflexão sobre a inclusão das pessoas com outras deficiências no meio produtivo. Ademais, estou implicado com a relação educação-trabalho, porque, além de ser o trabalho um elemento ou categoria estruturante do homem na sociedade contemporânea, tenho acompanhado a reincidência do discurso capitalista de que a educação para o trabalho é o meio pelo qual os países empobrecidos não de reverter as condições de miserabilidade da população com que travo relações.

Sou oriundo de uma família de baixa renda; resido em um bairro da periferia de Salvador. Há cerca de 20 anos, atuo em comunidades evangélicas, onde as classes e segmentos sociais subalternizados afloram suas dores e vicissitudes. Sempre estudei em escolas públicas e comunitárias e nunca olvidei a necessidade de contribuir para minimizar as mazelas da realidade de trabalhadores que chegam à beira do desespero quando não têm um emprego para manter as famílias e igualmente se desalentam quanto se apercebem que, após décadas de sacrifícios, sua trajetória profissional é pífia.

Estou me referindo aqui a pessoas ditas normais. E o que se dirá de pessoas com necessidades especiais oriundas de deficiências físicas ou sensório-motoras?

Há um potencial transformador embutido na reflexão de que se ocupa esta dissertação e isso a faz socialmente relevante, não apenas para as pessoas com deficiência visual, mas para muitos que não convivem bem com os preconceitos e atitudes discriminatórias, que vêm marcando as relações entre os homens através dos tempos.

Acredito, sobretudo, que entrar pela porta aberta da academia com essa discussão seja mais uma oportunidade para repensar condutas e atitudes, fazendo ressoar a polifonia das vozes dos que têm algumas coisas a dizer e vão aproveitar umas folhas em branco que estão à espera de que elas sejam ditas.

Deste modo, optei por um texto sem tentativas de atenuar o meu envolvimento pessoal com as questões relacionadas à inclusão e, mais especificamente, com as vozes e trajetórias de pessoas com deficiência visual no mundo do trabalho em Salvador.

Apesar de inicial hesitação, acabei cedendo ao desejo de escrever este texto na primeira pessoa do singular. Se uso a primeira pessoa, não o faço por modismo, necessidade ou provocação tola. É a equação de um problema.

Diante de atentas e pertinentes observações de minha orientadora, quanto à alternância indevida de variadas pessoas verbais em diferentes versões de meu projeto de pesquisa, compreendi o desafio de abandonar a impessoalidade ou o uso insistente do plural.

Escrevo esse relatório reconciliada com o uso da primeira pessoa do singular, sublinhando mesmo a palavra singular, que expressa a minha real singularidade, meu olhar completamente contaminado por minha experiência particular, pelas coisas, acontecimentos, que julgo importantes de fato. Sem nenhuma preocupação com o estatuto não-científico possível de minhas observações. É uma espécie de liberdade que experimento. (SAMPAIO, 1997, p. 39 *apud* AZEVEDO, 2000, p. 14).

Este texto igualmente exprime e registra uma reconciliação comigo mesmo, com as pessoas, com a história e com os caminhos que me trouxeram até aqui. Escrevo sem álibi. Escrevo com a sensação de quem está chegando, tendo na lembrança momentos alegres, laboriosos, de luta e de vitórias que fizeram esta porta se abrir.

Escrevo pensando na liberdade de revirar, em qualquer tempo, essas páginas e ver as impressões digitais de todos os colaboradores, dos que escreveram antes e me deram suas vozes em empréstimo, da minha orientadora, dos meus amigos cegos, de meus pais, de minha mulher, de meus filhos, de minha igreja, de meu Deus...

Escrevo, hoje, desejando um dia olhar para trás, localizar todas as letras, as que permanecerem e as que sucumbirem, e, bem ali do meio das minhas lembranças, revendo esta página, sussurrar para mim mesmo, agradecido: *Vali-me de todos, apropriei-me de tantos... mas, ainda assim, escrevi em completa ausência de álibi.*

Escrevo sem pretensão de originalidade ou de ineditismo, mas nutrindo a certeza de que ainda há muito e outras formas por dizer e por se descobrir, mas este é o texto momentaneamente ao meu alcance.

Este prólogo, marco de saída, é também o texto comemorativo da chegada. Porque chegar ainda é um sonho impossível para muitos que saíram e jamais chegaram.

Chegar aqui significa olhar para trás e lembrar que paguei o preço da jornada, e também constatar que ainda resta muito chão a percorrer. Chegar aqui é ter sobrevivido às

crueldades do sistema educacional brasileiro, com suas práticas das cavernas vestidas de modernidade.

Chegar é ter a oportunidade de celebrar a vida, a persistência, a tenacidade. É reviver a coragem de quem desafia a calamidade, é alcançar o alvo e ainda continuar a persegui-lo. Chegar é ser relevante tanto para si mesmo quanto para o outro. É poder abrir o sorriso mesmo diante da lágrima insistente.

Chegar é chorar com os que choram, sem esquecer de rir com os que se alegram. É ter uma palavra de gratidão para oferecer a alguém. Alguém que saiba ouvir a palavra ‘ obrigado’ e achar que ela faz sentido. Chegar é entregar-se à festa, tendo ouvido a severa crítica. É gritar: EU CHEGUEI.

Chegar é manter a disposição de abdicar das ilusões, mas nunca das utopias. É sonhar sempre, mas sempre acordado. Chegar é assumir o desafio de reconstruir, de refazer. É renunciar à hipocrisia dos que fazem de conta que chegam, enquanto traem a si mesmos, seus ideais e às esperanças dos que pensaram que haviam chegado com eles. É nunca se vender por um prato de lentilhas ou fazer concessões aos defensores da exclusão.

Chegar é avisar na chegada que os ideais não estão à venda. É desprezar, com atitudes, as exclusões, mesmo quando são feitas em nome da *normalidade*. Chegar é entoar um lamento pelos que desistiram da luta, mas jamais desistir até alcançar a sonhada vitória.

Chegar é transitar entre as muitas letras através das madrugadas, bafejadas pelo hálito das noites e das manhãs rotineiras. É sussurrar entre as lágrimas e os sorrisos, entre o pranto e a euforia. É encontrar um lugar de equilíbrio entre os sonhos e o temor de sucumbir ao medo ou ter que fugir da luta.

Chegar é perceber a paisagem sem a ingenuidade de outrora, imbuído de reter toda a sua ternura e de não perdê-la jamais.

Chegar agora é pedir licença aos que negam um lugar a Deus na academia para dizer que Ele também chegou aqui comigo. Ele esteve velando a cada noite e ouvindo cada prece, enquanto todos dormiam. Leu cada linha desta escrita e compartilhou de cada pensamento.

Chegar é dizer que Deus me afagou a fronte cansada e renovou minhas forças com benfazejas gotas diárias do seu amor. Ele chegou comigo, mesmo quando a vista turva se perdeu no infinito ou a densa treva O quis negar. Dele veio a última centelha de luz de cada noite sem estrelas, e os mais fulgentes raios do sol majestoso, mesmo quando só contemplei

as nuvens mais densas. Suas misericórdias se renovaram a cada manhã. Cheguei dizendo para muitos: *Parece pouco, mas não foi fácil.*

Cheguei implicado com as maravilhosas pessoas com deficiência visual, co-autores na chegada, que me emprestaram suas trajetórias e suas vozes recheadas de lucidez, de cidadania e de humanidade.

Cheguei com amigos, colegas e irmãos que também caminharam o meu caminho. Cheguei com a orientadora exigente, sempre solícita, cobrando e refazendo percursos para que eu logo chegasse.

Cheguei, ouvindo a esposa generosa e paciente, e os filhos, ternos e amáveis, dizendo que eu conseguiria chegar. Eu acreditei, corri, e, enfim, cheguei com o desafio de continuar correndo. Mas não cheguei sozinho. Cheguei junto com você. Muito obrigado.

1. INTRODUÇÃO

O que garante a conexão interior entre os elementos constituintes de uma pessoa? Apenas a unidade de responsabilidade. Eu tenho de responder com a minha própria vida por aquilo que eu experimentei e compreendi na arte, de maneira que tudo o que eu tenha experimentado e compreendido não permaneça inativo na minha vida. Mas a responsabilidade vincula-se à culpa, ou ao risco de culpa. Não é apenas a responsabilidade mútua que a arte e a vida devem assumir, mas também o risco mútuo da culpa. O poeta deve lembrar que é a sua poesia que suporta a culpa pela prosa vulgar da vida, enquanto o homem da vida cotidiana deve saber que a esterilidade da arte se deve a pouca exigência e à falta de seriedade com relação à sua vida. O indivíduo deve se tornar responsável totalmente: todos os seus momentos constituintes devem não apenas ajustar-se uns aos outros na seqüência temporal da sua vida, mas também se interpenetrarem uns nos outros na unidade da culpa e da responsabilidade. (BAKHTIN, 1990, p. 1-2)

As minhas implicações pessoais com o tema desta dissertação exprimem minha filiação à discussão sobre a inclusão de pessoas com deficiência visual no mundo do trabalho.

Essa discussão está situada no contexto de um amplo debate que vem se estabelecendo nas últimas décadas, no Brasil e no mundo, em face às diversas transformações ocorridas nas áreas econômicas, sociais, tecnológicas e políticas, em proporções mundiais. Tais transformações determinaram novas perspectivas paradigmáticas para a relação capital-trabalho, com reflexos nas políticas públicas e nos diversos processos de educação, qualificação e adaptação do trabalhador para enfrentar os desafios emergentes no mundo do trabalho.

Em meio às mudanças, deram-se a criação e a familiarização da sociedade com uma personalidade quase metafísica – por vezes fantasmagórica: O MERCADO. Assim o descrevo, visto que os analistas de economia e política passaram a atribuir-lhe emoções e faculdades humanas, tais como *satisfação*, *apreensão*, *nervosismo* e *agitação*, ao sabor do atendimento, ou não, dos interesses, às vezes inconfessáveis, das elites mais vorazes. Alguns dos seus *humores* são entendidos apenas pela admissão de uma onipresença hegemônica de especuladores, fomentadores ávidos da lógica da acumulação a qualquer preço, o que bem identifica o espírito capitalista hodierno.

Esse movimento que, muitas vezes, abstêm-se de examinar a luz de suas causas e efeitos, desembocou e deixou-se embalar no discutido e, aparentemente, inexorável fenômeno da globalização, anunciando a todos que o mundo ficou pequeno.

Entre incontáveis novidades no novo mundo da comunicação, que se tornou imperiosa, a agora denominada *sociedade da informação* exacerba, em níveis mundiais, as discussões, dantes regionalizadas, sobre economia, política, educação, trabalho, saúde. Isso deixa abertas, entre muitas outras, as portas da discussão a respeito dos novos lugares e dos papéis que devem representar empresários, trabalhadores e educadores diante dos novos cenários das relações Capital – Trabalho, Trabalho – Educação, Economia – Educação, e afins conhecidos ou a serem instituídos.

Têm sido significativos os esforços de educadores, governantes, organizações governamentais e não-governamentais, sindicatos e empresários, através de encontros e documentos, largamente divulgados, tanto para entender as transformações ocorridas e seus desdobramentos quanto para estabelecer os novos parâmetros em que hão de se dar as novas relações sociais e trabalhistas, advindas das circunstâncias deste mundo em mudança.

Emergem, porém, de todos os debates, quase que invariavelmente, a constatação da escassez do emprego em escala mundial, a demanda pela flexibilização das relações trabalhistas, a forte segmentação da força de trabalho em excluídos/incluídos, qualificados/não qualificados, e a crescente exigência mercadológica de profissionais tão polivalentes quanto especializados e afeitos às nuances desse mundo em efervescência. Atrelados a essas condições, os trabalhadores ainda se ressentem do enfraquecimento crescente dos seus sindicatos.

Esses debates e constatações, que caracterizam a atual sociedade dominada pelo capitalismo, se realizam tendo ainda como referência um movimento paralelo em torno da necessidade de respeito às diversidades culturais, ecológicas, étnicas e de tantos matizes quantos sejam os das identidades e diferenças entre os homens e seus cenários no mundo, apesar dos tipos macabros que se reconhecem ou se negam o título de *terroristas*.

No bojo desses movimentos, se inserem os debates sobre a questão da inclusão de segmentos dantes explorados, marginalizados, discriminados e até exterminados – como as pessoas portadoras de deficiências, os indígenas, os negros, os trabalhadores, etc. – que agora precisam instituir, conquistar ou retomar direitos e mecanismos de sobrevivência no exercício de uma cidadania ativa.

Já há algumas décadas, o movimento a favor da inclusão de pessoas com necessidades especiais na educação regular e no mundo do trabalho vem contando com uma ação organizada em escala mundial, com a adesão de importantes expoentes do pensamento

sociológico, econômico e educacional de vários países e com a pressão legal, oriunda de documentos que detalham os princípios norteadores da inclusão para as diversas nações signatárias de tratados internacionais, especialmente as vinculadas à ONU.

É quase consensual a idéia de que, nos últimos anos, devido à pressão advinda de movimentos sociais representativos e à farta legislação daí oriunda, os direitos das pessoas com deficiência, incluindo a igualdade de oportunidades de trabalho, vêm sendo reconhecidos.

Todavia, para além da regulação do Estado e das conquistas dos movimentos sociais e de classes, há uma necessidade de escuta da pessoa deficiente, do sujeito que emerge para além da categorização que lhe é imposta com o excesso de ênfase em sua limitação.

O tratamento dado às pessoas com deficiência¹ parece realçar mais o seu enquadramento na categoria *deficiente* do que as relações complexas que envolvem o ser pessoa com deficiência, em sua identidade, sua individualidade e seu lugar social, político, econômico, etc.

Há uma necessidade de compreensão da pessoa com deficiência visual, respeitando-se o contexto de sua diferença, mas não pela primazia da ênfase em sua limitação, a ponto de despersonalizá-la ou desumanizá-la, primando por uma descrição estigmatizante que lhe ignore a condição de pessoa ao atribuir-lhe o rótulo: DEFICIENTE.

Considero imperioso lembrar que “esses indivíduos, rotulados na literatura especializada como ‘deficientes’, ‘excepcionais’, etc., têm nome e sobrenome e estão situados geográfica e historicamente” (BIANCHETTI e FREIRE, 1998, p.13).

À vista disso, ao afirmar neste texto que a inclusão das pessoas com necessidades especiais, especificamente as portadoras de deficiência visual, no mundo do trabalho, se inscreve como um tema de magna importância, endosso a perspectiva dos esforços na direção da construção de uma sociedade inclusiva.

¹ Neste texto, optei por designar os sujeitos da pesquisa pelas expressões *pessoa com deficiência visual* ou *pessoa deficiente visual* ou ainda *pessoa portadora de deficiência visual*, considerando que essas designações destacam a pessoa, colocando a deficiência como apenas uma característica, referindo-me ao que comumente se chama *cego* e/ou pessoa portadora de *baixa visão*, reconhecidas as distinções entre ambas. Esse uso, porém, não implica em rejeição de outras designações, considerando a controvérsia terminológica que se dá entre os estudiosos da área. No decorrer do estudo, portanto, poderão ocorrer usos de outros termos desde que preservados o sentido e o caráter específico de cada referência ou ainda por estar no contexto de uma citação ou referência a outro autor.

Nessa perspectiva, esta dissertação tem como *objeto de estudo* as vozes e trajetórias de pessoas com deficiência visual no mundo do trabalho, na cidade de Salvador, Bahia, através de depoimentos dos sujeitos entrevistados, considerando como se deu a sua formação para o exercício profissional, seu desempenho e suas perspectivas diante da realidade ou potencialidade de sua inclusão profissional, em processo no contexto da sociedade capitalista, em seu viés atual, denominado neoliberal.

Tendo por base uma reflexão fundada em pressupostos epistemológicos dialéticos enunciados no capítulo que trata da metodologia, apresento um estudo que considera alguns aspectos do problema da inclusão das pessoas com deficiência visual no mundo do trabalho. A problematização se insere, inicialmente, no esforço para entender como vem se dando essa inclusão, em Salvador, em um corte transversal no tempo em que se realiza a pesquisa através dos seus depoimentos.

Ao longo deste trabalho, busco compreender o objeto estudado em particular, em suas conexões com os fenômenos universais, em relações objetivas dentro do modo de produção, tendo em mente a noção de que tudo está em pleno movimento e que as conclusões ou inferências não são estáveis. Presumo relações de causa e efeito entre a estrutura sócio-econômica capitalista e o problema abordado e procuro refletir sobre as possibilidades de transformação da realidade observada.

Entre as questões iniciais que problematizam e orientam o desenvolvimento deste trabalho, estão:

- 1) Como se caracteriza o processo de inclusão de trabalhadores deficientes visuais no mundo do trabalho, na cidade de Salvador, sob a perspectiva dos próprios sujeitos da pesquisa?
- 2) Que fatores interagem e contribuem para determinar a inclusão ou a exclusão de pessoas deficientes visuais no meio produtivo no contexto soteropolitano?
- 3) De que forma os relatos de experiências vividas pelos sujeitos deficientes visuais, desde a sua formação profissional até a condição atual, podem me ajudar a entender o processo de sua inclusão ou exclusão profissional?

O presente trabalho se justifica pelo fato de haver necessidade de se compreender a nova realidade profissional das pessoas com deficiências visuais em contextos locais, nacionais e mundiais e, ao mesmo tempo, de estimular o desenvolvimento de propostas inclusivas para o trabalhador deficiente visual no meio produtivo. Ademais, acredito que o

trabalho se justifica pela importância da análise do fenômeno estudado em si mesmo e a partir das seguintes constatações:

- A necessidade de compreender as novas relações e constantes transformações no mundo do trabalho, a partir da perspectiva e da voz dos próprios sujeitos implicados, quais sejam, as pessoas com deficiência visual na cidade do Salvador .

- A possibilidade de sistematizar uma discussão relevante para os que atuam e/ou pretendem atuar no segmento da educação especial e da educação para o trabalho, ou se interessam pelo estudo das relações entre trabalho e educação especial.

- A oportunidade de reflexão a respeito de como o sujeito com deficiência visual reflete sobre sua realidade de trabalhador e sobre o contexto que consubstancia sua inclusão ou a sua exclusão no mundo do trabalho.

- O desejo de estimular o desenvolvimento de novos estudos, ações e políticas de atendimento às demandas e questões levantadas em favor da inclusão do trabalhador com deficiência visual.

Pretendo, pois, através da análise de conteúdo do material coletado nos depoimentos e amparado por uma fundamentação teórica compatível, auferir os objetivos a seguir delineados.

Tenho como *objetivo geral* compreender o movimento de inclusão/exclusão da pessoa com deficiência visual no mundo do trabalho, na cidade de Salvador, a partir da análise e perspectiva dos próprios trabalhadores deficientes visuais implicados.

A este objetivo geral se vinculam os seguintes *objetivos específicos*:

- Compreender como as pessoas com deficiência visual entrevistadas analisam as suas próprias trajetórias profissionais em Salvador.

- Analisar o movimento de inclusão do trabalhador deficiente visual no meio produtivo soteropolitano.

- Verificar que fatores interagem e que relações concorrem para que o trabalhador com deficiência visual se considere incluído ou excluído no mundo do trabalho.

- Identificar as questões, expectativas ou impasses relativas ao mundo do trabalho que se apresentam como relevantes para as pessoas com deficiência visual na cidade de Salvador.

Busco alcançar os objetivos já mencionados, valendo-me desta pesquisa para possibilitar também aos entrevistados um canal de interlocução sobre como interpretam o seu lugar no processo de produção da existência nesta época em que o “*deus*” atende pelo nome de *capital* e “*o pecado da religião do capital é não ser produtivo*” (BIANCHETTI & FREIRE, 1998, p. 15).

Neste estudo, portanto, tenho como fulcro central a reflexão sobre o problema da inclusão da pessoa com deficiência visual no mundo do trabalho, realizada pelos próprios deficientes visuais. Essa reflexão se revela em seus depoimentos orais a respeito de suas experiências como trabalhadores que se alternam em empregos ou subempregos, em postos de trabalho ou em suposta ociosidade. Condições que lhe emprestam a adjetivação ora de *incluídos*, ora de *excluídos* do meio produtivo local.

Tenho como fundamento uma epistemologia com base dialética que analisa o fenômeno particular da inclusão do trabalhador com deficiência visual no mundo do trabalho em Salvador, compreendendo-o no contexto geral de instabilidade do capitalismo em escala mundial, tendo em vista seus paradigmas e condicionantes históricos em perene mobilidade.

Para isso, entrevistei 8 pessoas com deficiência visual (7 com cegueira total e uma com baixa visão) em diferentes situações profissionais no meio produtivo formal e informal em Salvador e dei proeminência aos seus depoimentos, suas análises e impressões sobre o processo de inclusão/exclusão no mundo do trabalho, que resulta na condição em que eles mesmos se inscrevem.

O presente trabalho apresenta a seguinte estruturação: após uma introdução geral neste primeiro capítulo, busco, no capítulo 2, situar esta pesquisa no contexto do movimento em favor de uma sociedade inclusiva e dos estudos sobre a inclusão profissional de pessoas com deficiência visual. Aponto para a necessidade de compreensão das principais categorias presentes na pesquisa: **deficiência visual** e **mundo do trabalho**, tendo como cenários as perspectivas advindas tanto da nova realidade mundial quanto do movimento a favor da inclusão da pessoa deficiente na sociedade contemporânea.

A seguir, no capítulo 3, estabeleço o referencial teórico que se baseia na contribuição dos estudos de Bakhtin e de Vygotsky a respeito da linguagem, especialmente as noções de dialogia e de constituição social do sujeito, respectivamente, buscando entender como se constituem as vozes dos sujeitos sociais com deficiência visual ao produzirem uma reflexão sobre um tema que lhe é específico.

No capítulo 4, apresento as bases da construção metodológica e os pressupostos epistemológicos da pesquisa, descrevendo como se deram a coleta, o tratamento e a análise dos dados, bem como as possíveis inferências.

No capítulo 5, apresento a análise de conteúdo dos depoimentos dos trabalhadores com deficiência visual sobre suas trajetórias no mundo do trabalho, numa perspectiva qualitativa, e concluo o trabalho, apresentando as considerações finais, à luz da análise dos dados obtidos, do referencial teórico, dos objetivos e da própria experiência no fazer da pesquisa.

Meu desejo é que este estudo responda às questões propostas e forneça prospecções para novas incursões e contribuições que excedam a que ora apresento, nesta dissertação, sob a forma de um diálogo com pessoas interessadas.

CAPÍTULO 2

A DEFICIÊNCIA VISUAL E O MUNDO DO TRABALHO NUMA PERSPECTIVA INCLUSIVA

Da *exclusão social total* passando para o *atendimento especializado segregado* e depois para a *integração social*, o segmento dos portadores de deficiências está agora lutando por sua inclusão social. A inclusão social é o processo pelo qual a sociedade e o portador de deficiência procuram adaptar-se mutuamente, tendo em vista a emancipação de oportunidades e, conseqüentemente, uma sociedade para todos (SASSAKI, 2002, p. 167).

Neste capítulo, analiso o contexto do movimento em favor da construção de uma sociedade inclusiva e dos estudos que vêm sendo produzidos sobre a inclusão de pessoas com deficiência visual no mundo do trabalho. Em seguida, são destacadas as relações existentes entre deficiência visual e mundo do trabalho, considerando os novos cenários e as perspectivas mundiais, diante das proposições de uma sociedade para todos. Apresento ainda uma perspectiva sintética das relações conceituais, estatísticas e legais vinculadas ao objeto de estudo, visando apresentar o pano de fundo histórico-conceitual subjacente ao trabalho.

2.1. Os desafios para uma sociedade inclusiva e a importância de pesquisas sobre deficiência e trabalho

Este trabalho se insere num contexto de crescente produção a respeito da inclusão social de pessoas com deficiências em todo o mundo e diante do surgimento do conceito de *sociedade inclusiva*.

Segundo Sasaki (2002), o uso do conceito de *sociedade inclusiva* é bastante recente nos meios especializados em assuntos de deficiência, e passou a ser mencionado no Brasil a partir de 1995 em traduções, textos originais, palestras e reuniões, visando o estudo e a implementação das 22 normas de equiparação de oportunidades para pessoas com deficiência (Nações Unidas, 1996).

A ONU lançou o gérmen do conceito de sociedade inclusiva em 1981, ao realizar o Ano Internacional das Pessoas Deficientes, apregoando o pleito da população com deficiência em seu lema: “Participação Plena e Igualdade” (SASSAKI, 2002, p. 165).

Desde a resolução 45/91 da Assembléia Geral das Nações Unidas, em 1990, os documentos da ONU vêm relembrando a meta de uma sociedade inclusiva que garanta seus espaços, possibilidades e oportunidades a todas as pessoas, sem prejuízo dos méritos próprios dos indivíduos. Essa sociedade inclusiva deve-se pautar na aceitação das diferenças individuais e de valorização da diversidade humana, com ênfase na importância do pertencimento, da convivência, da cooperação e da contribuição que todas as pessoas podem dar para uma construção social mais justa, saudável e satisfatória. Assim, a ONU esperava, em 1990, que esse processo pudesse se concretizar em cerca de 20 anos (SASSAKI, 2002, p. 163-164), mas isso tende a demandar muito mais tempo, a julgar pelo ritmo atual.

Em 1993, a ONU afirmou que as pessoas com deficiência “devem receber o apoio de que necessitam dentro das estruturas comuns de educação, saúde, emprego e serviços sociais” (Nações Unidas, 1996, § 26). Em junho de 1994, a UNESCO registrou o termo sociedade inclusiva no documento que ficou conhecido como *Declaração de Salamanca* (UNESCO, 1994, p. ix, 6-7).

Alguns autores utilizam o termo *sociedade para todos* com sentido idêntico ao de sociedade inclusiva. JÖNSSON acredita que a “sociedade para todos” é “uma sociedade que se empenha para acolher as diferenças de todos os seus membros. Isto significa que temos que focalizar nossos esforços não mais em adaptar as pessoas à sociedade, e sim em adaptar a sociedade às pessoas”(JONSSON, 1994, p. 63, 68).

Para Sasaki, a inclusão social é o processo pelo qual a sociedade e a pessoa com deficiência procuram adaptar-se mutuamente, tendo em vista a equiparação de oportunidades e, por consequência, uma sociedade para todos (SASSAKI, 2002, p. 167) .

A inclusão social, segundo Sasaki (1995), é um imperativo, resultante de fatores e tendências irreversíveis. Considero tais fatores e tendências como desafios que precisam ser enfrentados para a realização da transição de uma sociedade que ostenta os ranços de muitos preconceitos e atitudes discriminatórias em relação à diversidade e à diferença das pessoas com deficiências para a desejável *sociedade inclusiva*. Eis, a seguir, os desafios:

1) *A solidariedade humanitária* - que implica a aceitação aparentemente simples de que as pessoas com deficiência são seres humanos e devem ser tratadas solidariamente.

2) *A consciência de cidadania* – que equivale saber que todos devem estar cômicos de seus direitos e deveres como cidadãos nos aspectos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais.

3) *A necessidade de melhoria da qualidade de vida* – indo além de produtos e serviços necessários à reabilitação, à educação, ao trabalho e ao lazer, disponíveis às pessoas com deficiência.

4) *O investimento econômico* – visto que as pessoas deficientes, ativas e saudáveis, custam menos para si mesmas, para sua família e para sua comunidade, sua inclusão social tem um retorno econômico significativo.

5) *A necessidade de desenvolvimento da sociedade* – na medida em que todos os seus membros forem atendidos em suas necessidades essenciais, uma sociedade terá desenvolvimento cada vez mais justo e saudável.

6) *A pressão internacional* – em todos os países, há um consenso a respeito de medidas de equiparação de oportunidades para todas as pessoas com deficiências, inclusive as mais severas.

7) *O cumprimento da legislação* – cada vez mais, melhores leis, em âmbitos federal, estadual e municipal, visam garantir os direitos das pessoas com deficiência; urge, portanto, que toda essa legislação seja cumprida e sempre aperfeiçoada.

8) *O combate à crise no atendimento* – parcerias e atividades desenvolvidas por governos e outras organizações vêm combatendo a má qualidade do atendimento de serviços essenciais prestados à população em geral, especialmente, às pessoas com deficiências.

9) *O crescimento do exercício da autonomia e emancipação² pessoal do cidadão* – um processo pelo qual uma pessoa ou um grupo de pessoas utiliza o seu poder pessoal, inerente à sua condição, para fazer escolhas, tomar decisões e assumir o controle de sua vida, em casa, no trabalho, na escola, no lazer e em todas as situações que se apresentam.

Nesta via da sociedade inclusiva, especialmente nos últimos anos, tem crescido a produção bibliográfica sobre a inclusão de pessoas com deficiência nas mais diferentes instâncias sociais.

² Estou denominando de *emancipação* ao que alguns autores, inclusive Sasaki, chamam de *empowerment* e que, em português, seria o mesmo que “empoderamento”.

Sasaki (2002) afirma que, em 1995, foi apresentado por Ana Maria Frapolla com um exemplar da publicação “*Bibliografía Especializada: Discapacidad, Políticas sociales, Bienestar Social, Planificación, Educación, Integración, Inclusión*”, elaborada por um projeto de parceria entre organizações interamericanas. Segundo ele, os temas *integração e inclusão*, juntos, foram contemplados com 196 referências bibliográficas, àquela época, o que revela uma amostra da significativa discussão que tem sido travada a respeito desses assuntos em todo o mundo.

Apesar do crescimento da produção bibliográfica em nível mundial, ainda há carência de material específico sobre a inclusão da pessoa com deficiência visual no mundo do trabalho, especialmente no contexto local de Salvador.

Dentre as publicações periódicas que veiculam estudos sobre deficiência e trabalho em nível nacional, aparecem, com destaque, tanto pela sua importância particular quanto pelas referências feitas às mesmas em recentes relatórios de pesquisas, a *Revista Integração*, a *Revista Brasileira de Educação Especial* e a extinta *Temas em Educação Especial*.

Esses periódicos enfocam temas relativos às diversas deficiências – não apenas à deficiência visual – e discutem a questão da inclusão em vários contextos sociais e educativos – não apenas no mundo do trabalho.

A *Revista Integração* é uma publicação informativa da Secretaria de Educação Especial, veiculada gratuitamente, desde 1988, nas instituições especializadas e entre os profissionais da área e prioriza os relatos de experiências afins. Já a *Revista Brasileira de Educação Especial* é publicada pela Associação Brasileira de Pesquisadores em Educação Especial e tem por objetivo divulgar as pesquisas e estudos científicos sobre a educação especial no Brasil.

Por sua vez, *Temas em Educação Especial*, recentemente extinta, era uma publicação que acompanhava o Ciclo de Estudos sobre Deficiência Mental, desde 1990, cuja organização cabe ao Programa de Pós-Graduação em Educação Especial do Centro de Educação e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Carlos, em São Paulo, há cerca de 20 anos. Nesta publicação, foram divulgados os trabalhos e discussões de diversos pesquisadores, estudantes e profissionais, promovendo atualização na área.

Lancilloti (2000) utiliza as três publicações citadas como base de sua análise sobre as relações entre trabalho e deficiência. Sua pesquisa teve como objeto de estudo a profissionalização de pessoas com deficiências auditiva, física, mental, múltipla e visual, e assinala:

Trata-se de problemática relevante, particularmente no momento histórico em que a sociedade se vê afligida pela crise do trabalho. O debate é importante para o campo da educação especial, porque a profissionalização figura dentre seus objetivos e tem sido pouco discutida. Além disso, tende-se a desconsiderar o contexto amplo no qual a questão se insere. (LANCILLOTTI, 2003, p.1)

A autora supracitada procurou estabelecer uma análise da questão singular da inclusão de pessoas deficientes no mundo do trabalho em Mato Grosso do Sul através dos artigos publicados sobre a questão, no período compreendido entre 1988-1998, nos três periódicos (Revista Integração, Revista Brasileira de Educação Especial e Temas em Educação Especial). Em seguida, observou a questão em seu aspecto prático, através de um levantamento do mercado de trabalho formal de Mato Grosso do Sul, buscando constatar como se encontrava o trabalhador com deficiência, e de que forma vinha sendo utilizada a legislação criada no período, para assegurar seu acesso ao trabalho formal.

Lancillotti estabeleceu o referencial teórico-marxista que dá sustentação à sua análise, e que permitiu a compreensão da questão particular, profissionalização da pessoa com deficiência, a partir de uma perspectiva de totalidade, ou seja, entendendo o movimento contraditório da sociedade capitalista atual, em que essa questão tem lugar. E, finalmente, procurou analisar e debater, a partir do referencial teórico que adotou, a relação entre educação e o trabalho de pessoas com deficiência.

O trabalho de Lancillotti confirma uma tendência da maior parte dos estudiosos da área de educação especial: considerar a questão da inclusão da pessoa com deficiência visual, quase sempre no âmbito de um debate que abarca outras deficiências.

Alguns estudos voltados para a pessoa com deficiência visual têm sido publicados, mas poucos se referem às questões de deficiência visual e mundo do trabalho especificamente. A maioria desses trabalhos, ora realça a necessidade de intervenção precoce na infância, ora enfatiza as potencialidades ou características específicas dos portadores de baixa visão, do ponto de vista clínico, ou ainda aspectos mais voltados para ações educativas.

Poucas pesquisas, porém, têm procurado dar relevo às trajetórias que percorrem os trabalhadores deficientes visuais no meio produtivo. Costa (2001), por exemplo, em tese de doutorado em educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, examinou as experiências de trabalhadores deficientes visuais do Serviço Federal de Processamento de Dados, destacando a sua formação na perspectiva da teoria crítica da sociedade e apontando como vem sendo feita sua inclusão no mundo do trabalho através dos recursos computacionais disponíveis.

A Universidade Federal do Mato Grosso do Sul tem sido prolífera em trabalhos na área de deficiência, inclusive visual, e, além do trabalho de Lancillotti, já mencionado, tem revelado algumas pesquisas que passo a relacionar, apresentando suas sínteses:

O primeiro exemplo é o de Anache (1991), que analisa e discute a Educação Especial em Mato Grosso do Sul e, em particular, o atendimento oferecido ao indivíduo portador de "deficiência" visual.

Anache considera que a Educação Especial está inserida no bojo da Educação Geral, e que se busca entendê-la em uma totalidade histórica. Apresenta um panorama da história da Educação Especial no Brasil, onde se constata que medidas fragmentárias fazem parte do cenário educacional e que as preocupações em relação a "deficiência" mudam de acordo com as condições socioeconômicas e políticas do País. Analisa os conceitos, bem como alguns princípios norteadores da Educação Especial, pois verifica que esses são abrangentes e incoerentes, se constituindo em um dos entraves ao processo de integração do portador de "deficiência", por não expressarem mais este novo momento da história. Num terceiro momento, aborda a Educação Especial em Mato Grosso do Sul. Nessa abordagem, fica patente a ausência de política e estratégia de atendimento ao "deficiente". A seguir, ressalta o atendimento oferecido ao indivíduo portador de "deficiência" visual, em que se discute a

prática de sua integração. A autora procura mostrar que discurso e prática não se dissociam e constituem-se unidades em processo, em conflito. Assim, esses indivíduos vivenciam o paradoxo do binômio segregação-integração.

Neres (1999) realizou investigação sobre a *Educação Profissional do Portador de Necessidades Especiais – PNE*³, em Campo Grande, Mato Grosso do Sul. Para apreensão do objeto desse estudo, Neres (op. cit.) buscou reconstituir historicamente as diferentes formas de atendimento às pessoas com necessidades especiais, com o objetivo de desvelar as necessidades que estariam determinando a existência desses atendimentos, neste momento, na sociedade. Segue, fazendo uma análise das políticas de atendimento aos portadores de necessidades especiais, especialmente as que privilegiam a educação profissional, bem como os programas de profissionalização desenvolvidos em Campo Grande – Mato Grosso do Sul. O objetivo era o de apontar algumas funções que cumprem esses programas, que, em sua teoria, têm como finalidade integrar a pessoa com deficiência na sociedade, via mercado de trabalho.

Tocando em aspectos relativos ao referencial teórico deste trabalho, que reafirma as noções de constituição social do sujeito, está também o trabalho de Brunetto (1999), que busca analisar como o deficiente é visto pelos outros, seus semelhantes, e, sobretudo, pelo professor e técnico de Educação Especial que com ele trabalha.

Partindo de uma abordagem psicanalítica, Brunetto (op. cit.) acredita que a constituição do sujeito se faz pela alteridade e que a forma como é visto pelo outro, pelo professor, e pela cultura, determina como o deficiente mesmo se vê. A autora elabora um perfil de duas instituições de Educação Especial nas quais trabalha, e analisa a dicotomia entre integrar ou institucionalizar o deficiente: frequentar ensino regular ou serviços especializados.

A partir dos relatos de discriminação aos deficientes, tanto na cultura contemporânea, como na exposição que, na Antigüidade Clássica, os gregos faziam com as crianças que nascessem com alguma deficiência observável no corpo, Brunetto analisa por que o deficiente é o estranho, o diferente. Questiona sobre uma possível tentativa de negar a deficiência, e quais as suas razões e define o sujeito psicanalítico como essencialmente um deficiente pulsional, desamparado, estrangeiro e manco. Posteriormente, procede a uma relação entre o deficiente, o feminino e a castração.

³ Terminologia preferida e/ou utilizada por aquele autor em seus trabalho.

Um trabalho apresentado por Dorneles (2002) discute a contribuição das novas tecnologias no processo de ensino e aprendizagem do deficiente visual, buscando explicitar a análise da contribuição das novas tecnologias computacionais no processo de ensino e aprendizagem desse aluno.

Dorneles se propõe a levantar dados históricos sobre a tecnologia na educação e, principalmente, na educação do deficiente visual em Campo Grande, no período de 1994 a 2001. Sua análise é feita através da descrição dos sujeitos pesquisados, inclusos nos níveis de ensino Fundamental e Médio. Sua pesquisa adota o enfoque qualitativo descritivo, ancorada na concepção fenomenológica, apoiada em pesquisa bibliográfica e empírica. A autora realizou sua pesquisa de campo em três escolas da rede pública estadual, com serviço de apoio ao deficiente visual. Os resultados obtidos na análise explicitaram a mediação na construção da aprendizagem, exercida pelos professores e/ou pais e pelos colegas de classe, bem como o uso dos recursos didáticos e computacionais.

A conclusão de Dorneles foi que os investimentos em novas tecnologias digitais, com interfaces de acesso ao deficiente visual, proporcionam ganhos no processo educacional e que se deve contemplar, em instituições de ensino, maiores investimentos para a implementação de recursos tecnológicos computacionais. Esses recursos viabilizam a aprendizagem dos alunos, a formação inicial e continuada dos professores e a orientação pedagógica aos pais na área educacional, contribuindo para uma inserção verdadeira e igualitária dos deficientes visuais.

Em Salvador, espaço em que se localiza a nossa pesquisa, há indícios de raros trabalhos históricos ou na área de serviço social, e ainda outros que tratam das relações entre educação, trabalho e deficiência, mas ainda em fase de produção ou de localização imprecisa.

Melissa Bahia (2001), que também é uma de nossas entrevistadas, realizou um trabalho de conclusão de curso de graduação em Ciências Sociais na UNIFACS, em que tratou da relação entre deficientes visuais e mercado de trabalho; analisando a questão a partir da perspectiva da reintegração e da reabilitação dos trabalhadores, concluiu, ressaltando as dificuldades observadas para a qualificação do trabalhador com deficiência visual. Salientou, porém, que os obstáculos para que o trabalhador com deficiência visual se insira no mundo do trabalho são muito mais acentuados pela desconfiança do empregador quanto ao potencial da pessoa deficiente do que propriamente por sua limitação para ocupar os postos de trabalho.

2.2. Deficiência visual e mundo do trabalho: categorias em análise

Ao tempo em que proponho o estudo da inclusão da pessoa com deficiência visual de forma produtiva no mundo do trabalho, impõe-se a definição dos conceitos e categorias relacionados ao tema. Assim, pretendo estabelecer um entendimento das concepções adotadas para os termos que ocupam as categorias principais deste trabalho: primeiro, estabeleço o que é **deficiência visual** e, posteriormente, o que este trabalho denomina pessoa com deficiência visual, para, mais adiante, adentrar a exposição sobre o que vem a ser entendido como **mundo do trabalho**.

2.2.1. A Deficiência Visual

Conforme Omote (1994), a deficiência é um fenômeno socialmente construído:

A deficiência não é algo que emerge com o nascimento de alguém ou com a enfermidade que alguém contrai, mas é produzida e mantida por um grupo social na medida em que interpreta e trata como desvantagens certas diferenças apresentadas por determinadas pessoas. Assim as deficiências devem, a nosso ver, ser encaradas também como decorrentes dos modos de funcionamento do próprio grupo social e não apenas como atributos inerentes às pessoas identificadas como deficientes (OMOTE, 1994, p.67).

Essa perspectiva coaduna-se com os estudos desenvolvidos por Vygotsky, tendo em vista a constituição social do sujeito, presente neste trabalho, como referencial teórico fundante.

Para fins de clareza, é importante não ignorar que a deficiência visual, em nenhum momento, terá neste texto a acepção de algo que confere anormalidade à pessoa ou ao comportamento do deficiente visual, só pelo fato do mesmo não usufruir completa ou parcialmente sua visão.

“O fato essencial é que o comportamento desviante é produzido pela sociedade, na medida em que esta estabelece suas regras de funcionamento, cuja infração configura ‘o desvio’, mas, inversamente, o estabelecimento da diferença vem confirmar o estado de normalidade” (TOMASINI, 1994, p.29).

Diversos estudiosos têm insistido em que a delimitação do grupamento de deficientes visuais, cegos e portadores de baixa visão se dá por duas escalas oftalmológicas: **acuidade visual**, que se refere ao que se enxerga a determinada distância, e **campo visual**, que se refere à amplitude da área alcançada pela visão.

Há uma clara evolução das discussões em torno das várias tentativas de cunhar uma definição que parecesse apropriada aos que laboraram junto a este segmento de deficiência. Assim, em 1966, a Organização Mundial de Saúde (OMS) registrou 66 diferentes definições de cegueira, utilizadas para fins estatísticos em diversos países.

Para simplificar o assunto, um grupo de estudos sobre a Prevenção da Cegueira da OMS, em 1972, propôs normas para a definição de cegueira e para uniformizar as anotações dos valores de acuidade visual com finalidades estatísticas.

De um trabalho conjunto entre a Academia Americana de Oftalmologia e o Conselho Internacional de Oftalmologia, vieram extensas definições, conceitos e comentários a respeito, transcritos no *Relatório Oficial do IV Congresso Brasileiro de Prevenção da Cegueira (1980, p. 427-433)*. Na oportunidade, foi introduzido, ao lado de *cegueira*, o termo *visão subnormal* ou *baixa visão (low vision, em inglês)*.

Diversamente do que alguns poderiam supor, o termo cegueira não é absoluto, pois reúne indivíduos com vários graus de visão residual. O termo designa o prejuízo da aptidão visual a níveis incapacitantes para o exercício de tarefas rotineiras.

O relatório supracitado fala em *cegueira parcial* (também dita *legal* ou *profissional*). Nessa categoria, estão os indivíduos apenas capazes de ver à curta distância e os que só percebem vultos. Mais próximos da cegueira total estão os indivíduos que só têm percepção e projeção luminosas. No primeiro caso (percepção), há apenas a distinção entre claro e escuro; no segundo (projeção), o indivíduo é capaz de identificar também a direção de onde provém a luz.

A **cegueira total**, ou simplesmente *amaurose*, pressupõe completa perda de visão. A visão é nula, isto é, nem a percepção luminosa está presente. No jargão oftalmológico, é usada a expressão *visão zero* para descrevê-la.

A partir dos documentos da Organização Mundial da Saúde, uma pessoa é considerada cega se corresponder a um dos critérios seguintes: a visão corrigida do melhor dos seus olhos é de 20/200 ou menos, isto é, se ela só pode ver a 20 pés (6 metros) o que uma pessoa de visão normal pode ver a 200 pés (60 metros), ou se o diâmetro mais largo do seu campo visual

subentende um arco não maior de 20 graus, ainda que sua acuidade visual nesse estreito campo possa ser superior a 20/200. Esse campo visual restrito é muitas vezes chamado "visão em túnel" ou "em ponta de alfinete", e a essas definições chamam alguns "cegueira legal" ou "cegueira econômica". Nesse contexto, caracteriza-se como portador de visão subnormal aquele que possui acuidade visual de 6/60 a 18/60 (escala métrica) e/ou um campo visual entre 20 e 50°.

Segundo Haddad (2004), O Conselho Internacional de Oftalmologia, reunido em Sidney em 2002, considerou os seguintes conceitos para designar as deficiências visuais:

Cegueira - a ser usado somente para perda total da visão e para condições nas quais os indivíduos precisam contar predominantemente com habilidades de substituição da visão.

Baixa visão - a ser usado para graus menores de perda de visão, quando os indivíduos podem receber auxílio significativo por meio de aparelhos e dispositivos de reforço da visão.

Visão diminuída - quando a condição de perda visual é caracterizada por perda de função em nível de órgão. Muitas das funções podem ser medidas quantitativamente (acuidade visual, campo visual, etc.).

Visão funcional - capacidade da pessoa em usar a visão nas atividades diárias da vida. Muitas dessas atividades podem ser descritas qualitativamente.

Perda da visão - termo geral, inclusive para perda total (cegueira) e perda parcial (Baixa visão), caracterizada ou baseada em visão diminuída ou perda de visão funcional.

O Conselho Internacional de Oftalmologia apresentou também as faixas de perda de visão, assim designadas:

- Visão normal - maior ou igual a 0,8
- Perda leve da visão - $< 0,8$ e $\geq 0,3$
- Perda moderada da visão - $< 0,3$ e $\geq 0,125$
- Perda grave da visão - $< 0,125$ e $\geq 0,05$
- Perda profunda da visão - $< 0,05$ e $\geq 0,02$
- Perda quase total da visão (próximo à cegueira) - $< 0,02$ e \geq SPL
- Perda total da visão (cegueira total) – SPL

A OMS considera que possui baixa visão o indivíduo que apresenta, mesmo após tratamentos clínico/cirúrgico pertinentes, acuidade visual corrigida no melhor olho for menor ou igual a 6/18 ou campo visual menor ou igual a 10 graus no seu maior eixo. Potencialmente, é capaz de planejar e executar uma tarefa. E deficiente visual – para efeitos legais – aquele cuja acuidade visual, quando corrigida no melhor olho, for menor ou igual a 20/200 ou o campo visual for menor que 20 graus.

Pedagogicamente, delimita-se como cego aquele que, mesmo possuindo baixa visão, necessita de instrução em Braille (sistema de escrita por pontos em relevo) e como portador de visão subnormal, aquele que lê tipos impressos ampliados ou com o auxílio de potentes recursos ópticos.

A partir dessas definições, o termo deficiência visual, neste trabalho, pretende subsumir ambas as delimitações sob um mesmo termo, para nomear os diversos níveis de limitação visual, compreendidos entre a visão subnormal (baixa visão) e a cegueira total. Mas, quando me refiro aos sujeitos entrevistados e nomeados, cujos depoimentos registro neste estudo específico, as expressões *peças com deficiência visual*, *deficiente visual* ou equivalente, se reportam precisamente a pessoas com cegueira total ou parcial. São 7 pessoas, sujeitos da pesquisa, que não enxergam mesmo com o auxílio dos mais potentes recursos óticos e 1 pessoa com a chamada cegueira legal.

A concepção que apresento de pessoa trabalhadora com deficiência visual, em diversos momentos pressupõe o reconhecimento total do exercício de sua cidadania ativa. Trata-se da apresentação da pessoa com deficiência visual a partir de uma aceitação plena de sua cidadania por considerar que:

- a) cidadania é uma das noções mais elementares e necessárias à vivência e à convivência na sociedade contemporânea e institui, para o homem, uma compreensão de si mesmo, vinculada a uma compreensão do outro e da diversidade que o cerca;
- b) a noção de cidadania é central tanto nas questões sobre inclusão de pessoas com deficiência quanto nos diversos debates envolvendo aspectos do mundo do trabalho;
- c) numa tentativa de compreensão do sujeito como constituído nas relações sociais, o cidadão se apresenta como o produto destas relações, resguardadas sua individualidade e subjetividade, na busca de sua crescente emancipação.

Entretanto, claro está que não endosso a tese neoliberal de que à cidadania cabe responder a todas as demandas indesejáveis do capitalismo em crise. Acredito que a tese é

apenas parcialmente válida, se não se considerar a necessidade de mudanças estruturais no modo de produção vigente, em que a falta de cidadania tem sido usada apenas como instrumento para explicar e até justificar a exploração das classes menos favorecidas pelas mais abastadas economicamente. Isso significa que a cidadania se faz muitas vezes falaciosa se não consegue operar movimentos coletivos de radical transformação social quando estes se fazem exigir.

Santos (2004) observou que a incorporação, pelo mercado de trabalho, de pessoas com deficiência depende de condicionantes históricos e é determinada pelas condições materiais de uma dada sociedade, em um dado momento. Na conjuntura atual, os trabalhadores com deficiência são absorvidos à medida que se mostram capazes de promover vantagens econômicas para o capital e deixam de ser aproveitados à medida que a oferta de mão-de-obra se amplia, por avanços tecnológicos ou pelas condições materiais distintas de cada momento histórico. (SANTOS, 2004, p. 27).

2.2.2. O Mundo do trabalho

No modo de produção capitalista, a idéia de mundo do trabalho tem sido recorrente. Para entender o que vem a ser mundo do trabalho, considero apropriado, inicialmente, situar o que é trabalho na sociedade capitalista para, a partir dessa relação com o significado geral, entender o que vem a ser mundo do trabalho neste texto.

Karl Marx reservou para a categoria trabalho um lugar central em sua formulação teórica, pois vê o trabalho como fundamental na definição e caracterização humanas (MARX, 1988). Ele é o pensador que, até hoje, forneceu as melhores contribuições para se compreender a sociedade capitalista em suas contradições e movimentos. Esse autor entende que o trabalho

[...] é a atividade orientada a um fim para produzir valores de uso, apropriação do natural para satisfazer as necessidades humanas, condição universal do metabolismo entre o homem e a natureza, condição natural eterna da vida humana e, portanto, independente de qualquer forma dessa vida, sendo antes igualmente comum a todas as formas sociais. (MARX, 1988, p. 146)

O trabalho era considerado por Marx como uma atividade essencial à manutenção da vida, a despeito de sua crítica à forma como o modo de produção capitalista se apropriou da força de trabalho e explorou a classe trabalhadora:

O primeiro pressuposto de toda a existência humana e, portanto, de toda a história, é que os homens devem estar em condições de viver para poder “fazer história”. Mas, para viver, é preciso antes de tudo comer, beber, ter habitação, vestir-se e algumas coisas mais. O primeiro ato histórico é, portanto, a produção dos meios que permitam a satisfação destas necessidades, a produção da própria vida material (MARX & ENGELS, 1993, p. 39)

Marx denunciou que a atividade humana para produzir a sua própria existência foi-se transformando, paulatinamente, na sociedade capitalista, até se constituir em trabalho alienado, com a divisão entre trabalho e propriedade privada, como faces de uma mesma totalidade contraditória, tendo, de um lado, a alienação do trabalhador e de outro, a apropriação do seu produto. Daí se conclui que o capitalismo não apenas promoveu uma divisão social a partir da cisão entre trabalho material e trabalho espiritual, trabalho manual e trabalho intelectual, mas, principalmente, reduziu o homem à condição de mercadoria, que vende a força de seu próprio corpo em forma de trabalho, como única forma de satisfazer as suas necessidades e produzir a própria existência. O capitalismo, ao comprar a força de trabalho do homem, “incorporou o próprio trabalho, como fermento vivo, aos elementos mortos constitutivos do produto que lhe pertencem igualmente.” (MARX, 1988, p. 142).

Assim, o trabalho é comprado pelos que detêm a propriedade privada, a quem pertence, então, o produto da atividade do homem, e, atendendo às necessidades do proprietário, o trabalhador recebe o salário que transforma sua atividade em capital e que atribui valor de coisa estranha a si mesmo, e não de uma manifestação pessoal. Nisso, se observa que “com a valorização do mundo das coisas, em proporção direta, dá-se a desvalorização do mundo dos homens” (LANCILLOTTI, 2003, p. 55).

A reflexão sobre o que vem a ser o trabalho tem encontrado no pensamento marxista um importante fundamento; desenvolvimentos posteriores do tema, levando em conta as mudanças históricas ocorridas, têm estimulado amplo debate na contemporaneidade e revelado que as mudanças sociais não diminuíram ou, quando muito, apenas mudaram o modo de compreender a centralidade da categoria *trabalho* na compreensão do homem no mundo capitalista.

Frigotto (1995) indica que, nos últimos setenta anos, o capital viveu um longo período de acumulação, revolucionando a tecnologia do processo produtivo e gerando transformações na divisão, conteúdo, qualidade e quantidade do trabalho. Isso se deu, exacerbando-se a exclusão social com o aumento do desemprego e a aceitação do subemprego pelo trabalhador, especialmente nos países mais pobres.

Em função de mudanças ocorridas, com o incremento tecnológico e inovações na forma de gestão da produção, que diminuem o trabalho produtivo industrial, enquanto aumentam o movimento no setor de serviços e tornam precária a condição do trabalhador com a flexibilização da legislação trabalhista (ANTUNES, 1995, p. 41,42), há quem indique, porém, que a sociedade capitalista se encaminha para o “não-trabalho” (GORZ, 1987, apud LANCILLOTTI, 2003, p. 59).

Esse, porém não me parece ser um destino plausível, pois é da própria lógica capitalista a apropriação do trabalho do homem para sua subalternização e enriquecimento da propriedade privada. O que se vê é a extinção gradual do emprego e o surgimento de noções como empregabilidade, emprego temporário, terceirização, etc. a indicarem que trabalho existe, o que tende a faltar é o emprego, em sua concepção tradicional.

Marx analisa a categoria *trabalho* dentro da dupla dimensão que o trabalho ocupa na sociedade capitalista, ora como trabalho abstrato, ora como trabalho concreto, e esclarece:

Todo trabalho é, por um lado, dispêndio de força de trabalho do homem no sentido fisiológico, e nessa qualidade de trabalho humano igual ou trabalho humano abstrato gera o valor da mercadoria. Todo trabalho é, por outro lado, dispêndio de força de trabalho do homem sob forma especificamente adequada a um fim, e nessa qualidade de trabalho concreto útil produz valores de uso. (MARX, 1988, p. 53).

Na presente investigação, mundo do trabalho é entendido como o conjunto de processos relacionados às atividades materiais, produtivas, econômicas e culturais que se geram em torno da reprodução da vida (HOBSBAWM, 1987) e está ligado às necessidades humanas e às condições materiais e políticas de cada época em que são engendradas as mediações objetivas que respondem a essas necessidades.(CIAVATTA, 2002, p. 121).

Reitero a centralidade do trabalho como uma categoria estruturante da existência humana e da produção do conhecimento (LUKÁCS, 1978), tendo-a como historicamente construída pelas relações de produção capitalistas, tornando-se componente fundamental das

condições de desenvolvimento desigual, de empobrecimento e marginalização de dois terços da humanidade (CIAVATTA, 2002, p. 120).

Neste texto, a noção de mundo do trabalho assume um lugar fundamental e está aqui situada em detrimento da idéia de mercado de trabalho, expressão mais usual no contexto de produção capitalista e que considero estreitamente vinculada à sua lógica e estrutura de exploração do trabalho humano em favor da sustentação de seus princípios, em especial à aquisição de bens e troca de mercadorias, para acumulação do lucro por uns e a venda da força de trabalho, geralmente alienado, por outros. Tal distinção de termos nem sempre aparece nas citações ou em comentário dos autores citados.

Vários autores têm se debruçado sobre as questões que dizem respeito às relações entre o capitalismo, o trabalho e a educação e os conceitos ou transformações que as circundam e essas relações, embora não sejam partes do marco principal deste trabalho, ajudam a entender os cenários em que aparecem, ao longo do exame do problema da pesquisa, quanto à inclusão ou a exclusão da pessoa com deficiência visual em relação ao meio produtivo local.

Ao analisar a relação trabalho-educação, Gentili (2002) propõe três teses, que acredita sejam fundamentais para compreender essa relação no contexto dos processos de reforma educacional promovida por governos neoliberais na América Latina.

Estas teses ajudam a localizar a presente reflexão proposta sobre a inclusão de pessoas com deficiência visual dentro de um arcabouço teórico que se transforma junto com o modo de produção.

Inicialmente, Gentili afirma, como primeira tese, que, na sua formulação clássica, a Teoria do Capital Humano está esgotada e que isso, infelizmente, não parece ser uma boa notícia (GENTILI, 2002, p. 47).

Ao comentar a recente ascensão do conceito de empregabilidade, apresenta a segunda tese, indicando que empregabilidade é o eufemismo da desigualdade estrutural que caracteriza o mercado de trabalho e que sintetiza a incapacidade – também estrutural – da educação em cumprir sua promessa integradora numa sociedade democrática” (GENTILI, op. cit., p. 52).

A terceira tese indica que a desintegração social promovida pelos regimes neoliberais, em contextos marcados por um aumento significativo dos índices de escolarização, demonstra que a educação e o desenvolvimento se relacionam e influenciam, mas não necessariamente de uma forma positiva, visto que é fácil constatar, por exemplo, que os pobres latino-

americanos são hoje mais pobres e mais “educados”. Isso significa que, ao contrário do que a Teoria do Capital Humano continua a apregoar, o aumento nos índices de escolarização não cumpriu a promessa de ocasionar o aumento da renda dos mais pobres, diminuindo a disparidade econômica endêmica que caracteriza a desigual distribuição da riqueza na região, antes, a consolidou (GENTILI, id., p. 56, 59, 58).

Ao tratar do que denomina “Fundamentos da relação trabalho e educação”, Frigotto (2002) alinhava questões importantes para subsidiar a discussão quanto aos marcos adotados pelo capitalismo para a mencionada relação.

O autor parte do pressuposto de Marx de que o fundamento ou a raiz do homem é o próprio homem, buscando situar, primeiro, a questão da relação entre estrutura e determinações, e o sujeito, sua liberdade e possibilidade de escolhas (FRIGOTTO, 2002, p. 63-66).

Num segundo aspecto, Frigotto argumenta que a contradição entre o trabalho social, criador de valores de uso – condição da produção e reprodução da existência humana, eterna necessidade natural – e as relações sociais de produção, radicaliza-se na atual fase do capitalismo, ao qual denomina de capitalismo tardio e “ampliam-se a alienação e o trabalho supérfluo e fantasmagórico.” (FRIGOTTO, op. cit., p. 66-69). Por fim, o autor assinala questões decorrentes dos pontos citados na página anterior e que se referem às pesquisas atuais relacionadas aos processos educativos e formativos com (ou como??) a questão do desemprego e do subemprego e, mais amplamente, situando o debate das reformas educativas no Brasil.

Em reflexão em que recorre a vários outros textos de sua autoria, Kuenzer (2002) analisa as novas relações do mundo do trabalho, e denuncia a nova forma de dualidade estrutural que objetiva as novas relações entre educação e trabalho, considerando suas contradições dentro do capitalismo. Kuenzer enfatiza que os processos de inclusão pretendidos pela educação ainda assim se revelam excludentes pela lógica do capital no mundo do trabalho, numa relação dialética que ora aponta para uma inclusão excludente, ora para uma exclusão includente. Essa lógica capitalista indica que, ao mesmo tempo em que são identificadas várias estratégias para excluir o trabalhador do mercado formal, no qual ele tinha direitos assegurados e melhores condições de trabalho, são também colocadas estratégias de inclusão no mundo do trabalho, mas sob condições precárias (KUENZER, 2002, p. 92).

Tedesco (2002) parece refletir na mesma direção, quando postula que está havendo uma redefinição da relação entre educação e trabalho e observa que a incapacidade dos novos modos de produção para incorporar toda a população de maneira relativamente estável modifica substancialmente não só a situação dos que ficam de fora, mas também a dos que são incorporados (TEDESCO, 2002, p. 52,53). E complementa:

Nesse sentido, numerosos estudos evidenciam que as novas tecnologias de produção e os modelos de gestão que as acompanham, implicam, pelo menos, dois fenômenos que afetam diretamente a situação dos trabalhadores que atuam nos setores-chaves da produção: a redução significativa de postos de trabalho estáveis e a utilização total das pessoas que ocupam esses postos.

Quanto à redução dos postos de trabalho, todas as evidências indicam que as empresas de tecnologia avançada só podem garantir postos estáveis a uma reduzida parcela de seu pessoal, gerando – além de um significativo aumento do desemprego – um fenômeno de precarização das condições do restante dos trabalhadores (TEDESCO, 2002, p. 53).

Ao lado destas constatações, aparece uma outra, feita por diversos autores e também enumerada por Tedesco, que diz respeito à contratação e à forma de manutenção do trabalhador nos postos de trabalho já precarizados:

As empresas estão se orientando para formas flexíveis de contratação tanto de caráter externo como interno. A flexibilidade externa refere-se à subcontratação de partes do processo produtivo a outras empresas, enquanto a flexibilidade interna refere-se à polivalência de seu pessoal, que deve adaptar-se a condições de trabalho em mudança. Esta exigência de polivalência e de adaptação permanente, unida às exigências de trabalho em equipe e de criatividade na solução de problemas variáveis, gera, potencialmente, um clima desestabilizador muito forte, tanto no plano individual quanto no institucional. Uma das formas de resolver essa situação de instabilidade é dotar as pessoas que ocupam esses postos de trabalho de condições de seguridade muito altas, como contrapartida a uma entrega total às exigências da empresa (TEDESCO, 2002, p. 53).

Ferretti (2002), em texto que trata dos diferentes olhares sobre as relações trabalho e educação no Brasil nos anos recentes, comenta e analisa as diferentes perspectivas reveladas por empresários, trabalhadores e educadores sobre as relações e sobre as transformações da relação trabalho e educação no Brasil, no final da década de 1990 e início da década de 2000, revelando o que já se poderia deduzir: embora discutam e negociem sobre o mesmo problema, são muito distintos os pontos de vista. (FERRETI, 2002, p.97-118)

Este panorama da reflexão sobre trabalho e educação serve para delinear a complexidade das relações que estão engendradas na trama de qualquer discussão em relação

à inclusão de qualquer trabalhador no mundo do trabalho e não se dá de forma diferente em relação à inclusão da pessoa com deficiência visual no mundo do trabalho em Salvador.

As observações dos autores citados e de outros, por sua vez, indicam que o debate se amplia a ponto de exceder os interesses desta pesquisa, obrigando-me a restringir a discussão àquilo que se refere à abordagem do tema proposto: a inclusão das pessoas com deficiência visual no mundo do trabalho em Salvador, a partir de seus depoimentos.

2.3. Relações conceituais e estatísticas entre deficiência e trabalho

Em um trabalho como este, considero pertinente estabelecer as relações existentes entre os conceitos de deficiência – especialmente deficiência visual – e trabalho, bem como atentar para os dados estatísticos disponíveis que indicam como essas relações vêm se dando.

De acordo com o Censo Demográfico de 2000, o Brasil possui 24,5 milhões de pessoas com algum tipo de deficiência, isso equivale a 14,5% da população. Os números do Censo 2000 superam a estimativa da Organização Mundial da Saúde, que é de 10% em cada país em todo o mundo, desde 1980. O Censo revelou ainda que 57,16 % dos brasileiros alegam ter *alguma dificuldade* para enxergar e 10,5% têm *grande dificuldade* para enxergar, enquanto 0,6% considera-se *incapaz* de enxergar. (IBGE, 2000).

De acordo com dados da Fundação Getúlio Vargas 2,5% dos deficientes revelam percepção de incapacidade e apenas 0,1 % afirma ter incapacidade visual (Haddad, 2004)

Em texto que trata sobre as *Oportunidades de trabalho para portadores de deficiência*, Miranda (2004) afirma que são poucos os portadores de deficiência que trabalham no mercado formal e destaca que a baixa participação dos portadores de deficiência no mercado de trabalho constitui-se hoje num dos mais graves problemas sociais do Brasil. Ele estima que cerca de 56%, aproximadamente 13 milhões das pessoas com deficiência, estão em idade de trabalhar. Destes, apenas 2% trabalham no mercado formal, enquanto nos países mais avançados essa proporção fica entre 30% e 45% (PASTORE, 2001 apud MIRANDA, 2004).

Em diversos documentos, a título de esclarecer alguns aspectos conceituais, do ponto de vista médico, a OMS descreve deficiência como “a incapacidade de uma ou mais funções

do indivíduo”, ou seja, refere-se à perda ou anomalia de uma estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica. Mas a própria Organização Mundial de Saúde vem promovendo, desde 1999, a revisão e a ampliação deste conceito estritamente médico, incorporando agora uma dimensão social, e passando a considerar que uma pessoa é deficiente quando tem restrições de estrutura ou funções corporais não compensadas por providências sociais. Com base nessa definição, levando em conta apenas as pessoas que têm limitações para o trabalho, é que a OMS estima que 10% da população mundial são portadores de deficiência (WHO/OMS, 1999).

De acordo com a Convenção 159 da Organização Internacional do Trabalho (OIT, 1983), ratificada pelo Brasil, em 1991, através do Decreto n.º 129, a pessoa portadora de deficiência, do ponto de vista do trabalho, foi definida como aquela cuja possibilidade de conseguir, permanecer e progredir no emprego é substancialmente limitada em decorrência de uma reconhecida desvantagem física ou mental.

Com base nessa definição, a OIT estima que cerca de 8% da população economicamente ativa do mundo são constituídos por portadores de deficiência. A legislação brasileira, adota como paradigma a Convenção 159 da OIT, e também considera pessoa portadora de deficiência aquela que apresenta, em caráter permanente, perdas ou anomalias de sua estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica, que gerem incapacidade para o desempenho de atividade, dentro do padrão considerado normal para o ser humano, conforme estabelecido na Lei n.º 7.853/89 e no Decreto n.º 3.298/99 (BRASIL, 1999).

Nem todos os números envolvendo deficiência e trabalho são precisos. Um cruzamento das estimativas da OMS, dados do censo 2000 e outros dados do governo, indica que o Nordeste concentra 40% dos portadores de deficiência do país, o Norte, 14%; o Sudeste, 12%; o Sul, 18%; e o Centro Oeste, 16% (BRASIL/MPAS, 1998).

Dos cerca de 13 milhões de pessoas com deficiência, em idade de trabalhar, aproximadamente 260.000 trabalham no mercado formal. Incluindo os que atuam no mercado informal, o total de trabalhadores com alguma deficiência é pouco superior a 1 milhão de pessoas.

Não obtive dados precisos sobre a realidade dos trabalhadores com deficiência visual em Salvador, e mesmo os dados do Censo não parecem absolutamente seguros quanto à deficiência visual, pois incluem, nessa categoria, desde pessoas que declararam *ter alguma dificuldade de enxergar* até aquelas que são *incapazes de enxergar*. Todavia, considerando a

realidade soteropolitana, no contexto dos dados da Bahia e do Brasil e em comparação com expectativas da OMS, pode-se chegar às estimativas constantes nas seguintes tabelas:

Tabela 1. Número de Portadores de deficiência, por tipo de deficiência, segundo estimativa da OMS* no Brasil, na Bahia e em Salvador.

DEFICIÊNCIA	BRASIL	BAHIA	SALVADOR
Deficientes Mentais (5% da população)	8.000.000	650.000	120.000
Deficientes Físicos (2% da população)	3.200.000	260.000	48.000
Deficientes Auditivos (1,5% da população)	2.400.000	195.000	36.000
Deficientes Múltiplos (1,0% da população)	1.600.000	130.000	24.000
Deficientes Visuais (0,5% da população)	800.000	65.000	12.000
Total (10% da população)	16.000.000	1.300.000	240.000

* Com base em dados populacionais do Censo Demográfico 2000 - IBGE

Tabela 2. Número de Portadores de deficiência para o trabalho, segundo estimativa da Organização Internacional do Trabalho (OIT)*, Salvador, Bahia e Brasil

BRASIL	11.000.000
BAHIA	800.000
SALVADOR	160.000

* Com base em dados populacionais do Censo Demográfico 2000 - IBGE

Tabela 3. Número de Portadores de deficiência, por tipo de deficiência, segundo o Censo Demográfico 2000 (IBGE), Brasil e Bahia

Região	Total	Deficiência Mental	Deficiência Física	Deficiência Visual	Deficiência Auditiva
Brasil	24.600.256	2.844.937	1.416.060	16.644.842	5.735.099
Bahia	2.046.326	223.815	112.402	1.427.638	477.270

Tabela 4. Comparação entre estimativas sobre o número de portadores de deficiência para Salvador, Bahia e Brasil

Região	Organização Internacional do Trabalho – OIT*	Organização Mundial de Saúde – OMS*	Censo Demográfico 2000 - IBGE
Brasil	11.000.000	16.000.000	24.600.256
Bahia	800.000	1.300.000	2.046.326
Salvador	160.000	240.000	Não disponível

* Com base em dados populacionais do Censo Demográfico 2000 - IBGE

2.4. A legislação relativa ao trabalho de pessoas com deficiência

A partir da década de 1970, as organizações internacionais passaram a desenvolver esforços legislativos no sentido de ampliar a integração dos portadores de deficiência no mercado de trabalho, sendo que tal esforço teve grande impacto na elaboração e implementação das legislações nacionais de inúmeros países.

Em 1975, a Organização das Nações Unidas (ONU) aprovou a “Declaração dos Direitos das Pessoas Portadoras de Deficiência”, que estabeleceu que as pessoas portadoras de deficiência têm o direito de ter as suas necessidades especiais levadas em consideração em todos os estágios de planejamento econômico e social.

Em 1994, na Declaração de Salamanca (Espanha), os países membros da ONU firmaram um compromisso de estruturar e executar serviços de educação, formação e reabilitação dos portadores de deficiência em todo o mundo, adotando como princípio que os portadores de deficiências são membros da sociedade e têm o direito de permanecer nas comunidades e ali receber os serviços de educação, saúde e emprego como os demais habitantes. Cumpre destacar que todos esses instrumentos de âmbito internacional foram ratificados pelo Brasil.

A Organização Internacional do Trabalho (OIT), em 1983, aprovou a Convenção 159 que definiu a pessoa portadora de deficiência para o trabalho como aquela cuja possibilidade de conseguir, permanecer e progredir no emprego é substancialmente limitada em decorrência de uma reconhecida desvantagem física ou mental. Essa Convenção foi ratificada pelo Brasil, em 1991, através do Decreto n.º 129.

No Brasil tem sido dada grande ênfase à dimensão jurídica da inserção dos portadores de deficiências no mercado de trabalho. A Constituição Federal de 1988 prevê, em seu artigo 7º, inciso XXXI, “a proibição de qualquer tipo de discriminação no tocante a salários e critérios de admissão do trabalhador portador de deficiência”. O artigo 227, por sua vez, obriga o Estado a “criar programas de prevenção e atendimento especializado para os portadores de deficiência física, sensorial ou mental, bem como de integração social do adolescente portador de deficiência, mediante o treinamento para o trabalho e a convivência, e a facilitação do acesso aos bens e serviços coletivos, com a eliminação de preconceitos e obstáculos arquitetônicos”.

No âmbito da legislação ordinária, a Lei n.º 7.853/89 estabeleceu as normas gerais que asseguram o pleno exercício dos direitos individuais e sociais das pessoas portadoras de deficiência, e sua efetiva integração social. Essa lei criou a Coordenadoria Nacional para Integração das Pessoas Portadoras de Deficiência (CORDE) e atribuiu ao Poder Público o dever de assegurar às pessoas portadoras de deficiência o pleno exercício de seus direitos básicos, inclusive dos direitos à educação, à saúde, ao trabalho, ao lazer, à previdência social, entre outros.

Neste sentido, a Lei n.º 7.853/89 prevê a adoção de legislação específica que discipline a reserva de mercado de trabalho, em favor das pessoas portadoras de deficiência, nas entidades da administração pública e do setor privado. Além disso, essa lei estabelece, em seu artigo 8º, que constitui crime punível com multa e reclusão de 1 a 4 anos, negar, sem justa causa, a alguém, por motivos derivados de sua deficiência, emprego ou trabalho.

Em 1990, a Lei n.º 8.112 assegurou às pessoas portadoras de deficiência o direito de se inscreverem em concurso público para provimento de cargo, cujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência de que são portadoras, reservando para tais pessoas até 20% (vinte por cento) das vagas oferecidas no concurso.

Em 1991, a Lei n.º 8.213 (Plano de Benefícios da Previdência Social), em seu artigo 93, estabeleceu o sistema de cotas em que a empresa, com 100 ou mais empregados, está obrigada a preencher de 2 a 5% dos seus cargos com trabalhadores reabilitados ou pessoas portadoras de deficiências, habilitadas, na seguinte proporção:

- até 200 empregados - 2%
- de 201 a 500 empregados - 3%
- de 501 a 1000 empregados - 4%
- de 1001 empregados em diante - 5%

Os sistemas de reserva de mercado ou cotas para emprego de portadores de deficiência foram desenvolvidos na Europa, no início do século vinte (1923), para integrar os feridos da Primeira Guerra Mundial, por recomendação da Organização Internacional do Trabalho (OIT), visando empregar os portadores de deficiências causadas pela guerra.

Em 1944, essa recomendação da OIT foi estendida para os portadores de deficiências não-combatentes. Nas décadas seguintes, vários países adotaram o sistema de cotas, com o objetivo de ampliar as oportunidades de trabalho para os portadores de deficiências.

O sistema tem sido objeto de muitas controvérsias e tanto exige uma boa definição de quem é o portador de deficiência para saber quem é seu beneficiário como, no caso brasileiro, requer que sejam comprovadas a qualificação e a capacidade produtiva do portador de deficiência.

O fato é que, no campo do trabalho, os portadores de deficiência continuam sendo vistos como geradores de custos, e sua inserção no mercado de trabalho depende não só da superação de preconceitos, mas também da viabilização econômica de sua adaptação.

Os empregadores, em geral, têm sido críticos das medidas legais que os obrigam à admissão dos portadores de deficiências. As grandes empresas alegam haver falta de candidatos qualificados. As pequenas e médias argumentam que a obrigatoriedade legal as obriga a assumir despesas arquitetônicas e de equipamentos.

Em meio a essa discussão, o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) realizou, em 1999, um estudo nacional envolvendo 516 empresas e constatou que apenas 30% declararam considerar a questão dos portadores de deficiência dentro da política geral da empresa, sendo que somente 7% afirmaram possuir programas específicos de emprego ou convênios com associações representativas e de assistência (SENAI, 2000).

Embora o sistema de cotas tenha sido adotado e persista em vários países, parece existir uma forte tendência de mudança na sua concepção, com a ênfase sendo colocada na combinação de leis anti-discriminação, sistemas de cotas e esquemas de contribuição, dentro do conceito de “rede de apoio”⁴(PASTORE, 2001 *apud* MIRANDA, 2004).

Isso equivale dizer que a experiência mundial tem revelado pouca eficiência no sistema de cotas e na regulação compulsória do emprego, a menos que atividades complementares sejam realizadas de forma articulada e com a participação das entidades de portadores de deficiência.

O Decreto n.º 914, de 1993, considera a pessoa portadora de deficiência nos mesmos moldes já citados da OIT, e a Portaria n.º 4.677, de 1998, define como pessoas portadoras de deficiências habilitadas aquelas não vinculadas ao Regime Geral da Previdência Social (RGPS), que se tenham submetido a processo de habilitação desenvolvido pelo Instituto

⁴ *Rede de apoio* é uma expressão que designa a articulação de instituições públicas e privadas que atuam no sentido de educar, formar, reabilitar, informar, intermediar e criar estímulos para inserir, reter e recolocar os portadores de deficiência no mercado de trabalho. Essas redes de apoio podem ser tanto formais como informais.

Nacional do Seguro Social (INSS) ou por entidades reconhecidas legitimamente para esse fim.

Nesse mesmo ano de 1998, a Ordem de Serviço Conjunta n.º 90 estabeleceu critérios médicos para o enquadramento da pessoa portadora de deficiência, considerando as seguintes categorias: deficiência física (motora), deficiência sensorial (auditiva e visual), deficiência mental e deficiências múltiplas.

Em 1999, o Decreto n.º 3.298 estabeleceu a Política Nacional para a Integração de Pessoas Portadoras de Deficiência no mercado de trabalho e na sociedade em geral, adotando como princípio o fato de que a integração dos portadores de deficiência no meio em que vivem depende da ação conjunta do Estado e da sociedade civil. Esse Decreto criou o Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência (CONADE) e definiu uma série de responsabilidades dos órgãos públicos nos campos da educação, saúde, trabalho, cultura, lazer, habilitação e reabilitação profissionais.

Em relação ao mercado de trabalho, o Decreto n.º 3.298/99 mantém o sistema de cotas, conforme previsto na Lei n.º 8.213/91 (Plano de Benefícios da Previdência Social), além de prever várias modalidades de inserção dos portadores de deficiência, incluindo o trabalho em oficina protegida, de produção ou terapêutica, e a promoção do trabalho autônomo, realizado no domicílio ou em cooperativas. Vale observar, porém, que em nenhum desses casos é possível às empresas incluir essas modalidades de trabalho dentro de suas cotas. De acordo com o artigo 30 do Decreto n.º 3.298, a pessoa portadora de deficiência, beneficiária ou não do Regime Geral de Previdência Social, tem direito às prestações de habilitação e reabilitação profissional para capacitar-se a obter trabalho, conservá-lo e progredir profissionalmente.

Em seu artigo 36, parágrafo 5º, o mesmo Decreto em apreço prevê que compete ao Ministério do Trabalho e Emprego estabelecer sistemática de fiscalização, avaliação e controle das empresas, bem como instituir procedimentos e formulários que propiciem estatísticas sobre o número de empregados portadores de deficiência e de vagas preenchidas.

O Decreto n.º 3.298/99, considera *deficiência* o que já foi dito no Decreto n.º 914, mas definiu com mais detalhes as diversas deficiências, considerando como *pessoa portadora de deficiência visual* a que possui acuidade visual igual ou menor que 20/200 no melhor olho, após a melhor correção, ou campo visual inferior a 20º (tabela de Snellen), ou ocorrência simultânea de ambas as situações.

A ONU admite a existência de 500 milhões de pessoas portadoras de deficiência no mundo, 80% dessas nos países em desenvolvimento. Para a OMS, 180 milhões de pessoas possuem alguma deficiência visual, e de 40 a 45 milhões são cegas. De 135 a 140 milhões apresentam baixa visão. Deste contingente, cerca de 40% estariam nos países em desenvolvimento e 60% na África, Ásia e Índia (WHO/OMS, 1999).

Além disso, os organismos internacionais reconhecem que 80% da cegueira poderiam ser evitados com prevenção ou tratamento e que sua prevalência seria variável nas diversas regiões do mundo, de acordo com fatores sociais, econômicos e culturais.

Refazendo os vínculos entre conceitos, estatísticas e legislação sobre deficiência e trabalho, o leitor facilmente observa que a legislação é cuidadosamente elaborada, prevendo, inclusive, fiscalização de seu cumprimento, mas, até agora, não surtiu o efeito prático esperado.

Em recente estudo realizado na região metropolitana de São Paulo, Ribas constatou que apenas 16,6% das empresas obedeciam à legislação relativa ao trabalho das pessoas portadoras de deficiência (RIBAS, 2000).

É consensual que o Brasil possui, hoje, um conjunto de leis avançadas para assegurar direitos, mas isso ainda não garante o trabalho para pessoas com deficiência. Os problemas relacionados à deficiência e ao mundo do trabalho têm raízes muito profundas nas mazelas do modo de produção capitalista e sua economia de mercado.

Na verdade, a inclusão de pessoas deficientes, bem como de outros excluídos, é principalmente uma questão que aponta para a necessidade de transformação da sociedade capitalista, cujo modelo, na prática, se alimenta mesmo é da exclusão, em todas as formas e matizes conhecidos. A essa idéia, Miranda acrescenta:

As informações estatísticas sobre as atividades dos portadores de deficiência não são confiáveis e as estimativas existentes são bastante descontraídas. No entanto, é evidente a distância entre o prescrito pela lei e o praticado na realidade. As políticas públicas, em nosso país, têm sido incapazes de motivar a maioria das empresas e o mercado de trabalho a abrir mais espaço para os portadores de deficiência. Em conclusão, a fraca participação dos portadores de deficiência no mercado de trabalho brasileiro decorre, então, não da falta de leis, mas sim de uma fiscalização insuficiente e da carência de ações, estímulos e instituições que viabilizem, de forma concreta, a formação, habilitação, reabilitação e inserção dos portadores de deficiência no mercado de trabalho. (MIRANDA, 2004)

O desencontro entre a legislação e a prática dá indicação da necessidade de uma

postura mais emancipada da cidadania, para fazer valer os seus direitos já garantidos por lei.

Quando trata das relações entre cidadania, emancipação e subjetividade, o sociólogo português Boaventura Sousa Santos (1999) faz uma importante análise, considerando o capitalismo atual, onde afirma que o projeto da modernidade é caracterizado por um equilíbrio, em sua matriz, entre os pilares da regulação e da emancipação que sustentam a transformação radical proposta à sociedade pré-moderna. Aponta, porém, a ocorrência de um desequilíbrio entre regulação e emancipação, resultando em excesso de regulação e em detrimento da emancipação.

Ao tratar do desequilíbrio no pilar da regulação, Santos declara que este “consistiu globalmente no desenvolvimento hipertrofiado do princípio do mercado em detrimento do princípio do Estado e de ambos em detrimento do princípio da comunidade.” (SANTOS, 1999, p. 278)

O sociólogo português aponta a teoria política liberal como expressão mais sofisticada do referido desequilíbrio, quando tenta compatibilizar a subjetividade coletiva do Estado centralizado com a subjetividade atomizada dos cidadãos autônomos e livres, sob as regras da propriedade e do mercado.

Santos (1999) acrescenta ainda que a teoria liberal concebe a sociedade civil de forma monolítica, como o mundo do associativismo voluntário, onde todos representam de igual modo o exercício da liberdade, da autonomia dos indivíduos e seus interesses. Destaca, nesse item, a exclusão que o capitalismo faz de sua unidade econômica básica, a empresa, negando-lhe caráter político, certamente temendo que a cidadania ali chegue como lugar de associativismo, inclusive no aproveitamento dos lucros. Firmado neste pressuposto, Santos também faz a crítica ao “esquecimento” da teoria liberal do domínio das relações domésticas e familiares, com as desigualdades que nele se registram, deixando-o de fora de qualquer contrato social (SANTOS, 1999, p. 277).

Após analisar e confrontar idéias de cidadania em Marx, Marshall, Marcuse, Foucault e Habermas, bem como nos novos movimentos sociais, apontando suas contradições com a subjetividade, Santos propõe sua visão de cidadania para a atualidade:

A nova cidadania tanto se constitui na obrigação vertical entre os cidadãos e o Estado, como na obrigação política horizontal entre os cidadãos. Com isto, revaloriza-se o princípio da comunidade e, com ele, a idéia da igualdade sem mesmidade, a idéia de autonomia e a idéia de solidariedade. (SANTOS, p.277-278).

No Brasil atual, a despeito das expectativas de mudanças, dado o contexto de capitalismo na sociedade brasileira, a cidadania vem sendo entendida, com raros momentos de exceção, como resultado da regulação do Estado sobre a prática social. Isso se dá em meio ao realce das prerrogativas dos cidadãos de instituir direitos e deveres, para si e para os demais, através de seus representantes, no âmbito de uma consciência política onde todos são tidos como iguais perante a lei.

A cidadania da pessoa com deficiência visual precisa ser entendida, respeitando-se o contexto de sua diferença sem despersonalizações e rotulações.

Ao mesmo tempo deve ser alvo de crítica qualquer concepção destes sujeitos como se fossem a-históricos ou atemporais. Daí a importância de se salientar, neste trabalho, a construção da consciência do ser cidadão com deficiência visual em um triplice processo que envolve a linguagem, o trabalho e a ação recíproca (MARCONDES, 2001, p. 25-26).

Interessa ao presente trabalho a compreensão de que o social e o subjetivo se constituem mutuamente, sendo que o social se faz da interação entre os sujeitos e o sujeito se constitui do social. Isso, entretanto, não permite ao pesquisador nem ao leitor ignorar a realidade e a validade da afirmação de que “as idéias da classe dominante são, em cada época, as idéias dominantes” e que as elites econômicas pensam poder manter a alienação dos cidadãos enquanto consola os desalentados com sua ideologia, desde que tudo mude, sob sua tutela, mas permaneça exatamente como está (MARX e ENGELS, 1979, p. 72).

Urge que a cidadania seja emancipada e não apenas regulada, ou regulamentada, para instituir seus direitos e deveres. É necessário um fazer político social que permita à cidadania a inspiração de tomar as rédeas da vida em comunidade, com todas as diferenças que lhe são próprias, inclusive com as peculiaridades das pessoas com deficiência visual.

É preciso não alimentar grandes ilusões em relação ao exercício da cidadania emancipada, diante da constatação de que a economia mundial atual, formatada pelo neoliberalismo, conduz o proletariado ao imobilismo letárgico da falta de perspectivas nas lutas de classe, diante da crise mundial do emprego. Necessário é que se tenha em mente que a mesma teoria que regula, através do mercado, a vida dos cidadãos, manipula o Estado e instaura a sociedade do consumo e da informação com suas variáveis de alta tecnologia e de miséria em absurda convivência – com a minoria, possuindo tudo que o corpo pode possuir, enquanto a maioria quase não possui nem mesmo o seu próprio corpo.

Contudo, fazendo o movimento contrário a isso, na esteira da tentativa de *descoisificação* do outro, impõe-se a adoção de gestos e atitudes individuais que endossem a proposição de uma cidadania que conceba o sujeito homem, pessoa, ser que se cidadaniza, com suas particularidades, sua diversidade e seus anseios para se constituir comunidade e viver em sociedade. O ser–sendo-cidadão, sem se surpreender com a factibilidade de a deficiência ser apenas um marco da diferença no outro.

Convém sempre lembrar que, na obra de Vygotsky, e em toda a reflexão sócio-histórica da constituição social do sujeito e de sua consciência, o indivíduo humano não se limita à ordem do biológico e nem se localiza na ordem do abstrato, mas se reporta ao sujeito que é constituído e é constituinte de relações sociais. Neste sentido, o homem sintetiza o conjunto das relações sociais e as constrói.

Na reflexão vygotskyana, pensar o homem como um agregado de relações sociais implica não apenas considerar também o sujeito com deficiência visual em uma perspectiva de polissemia, pensar na dinâmica, na tensão, na dialética, na estabilidade instável, na semelhança diferente (MOLON, 1999), mas também significa acreditar que a história pode ser mudada a partir da transformação dos sujeitos que a constroem.

Não há de ser esquecido o fato de que a experiência contemporânea indica que a vida humana tem sido banalizada num mundo de *desiguais*, em termos de condições de desenvolvimento humano, e onde a diferença é medida na base de um princípio hegemônico e linear, que é o mesmo que tomar a diferença como princípio de desigualdade (GALEFFI, 2002, p. 73), mas alguns ousarão querer subverter esse princípio.

A ousadia consiste em propor uma noção de vida mais humana, que entenda e aceite a realidade do indivíduo em sua subjetividade: a de conviver no meio social não necessariamente sob a regência de um Estado monumental ou da crueldade mercadológica, e sob a lógica do mercado, nem tutelado por movimentos de classes ou partidários.

Isso, certamente, alimentará a idéia da inclusão de todos os indivíduos, inclusive pessoas deficientes visuais, no meio educativo e no mundo do trabalho em suas faces distintas, sem que signifique um ato de caridade ou uma concessão sacrificial com base na regulação que estabelece um sistema de cotas.

Antes, impõe-se a visão da diversidade em meio aos que se reconhecem iguais. Isso implica mudar condutas sociais e práticas educativas. É uma construção para uma nova

sociedade feita para pessoas e levada a efeito por pessoas, que se igualam no trato com suas diferenças.

Historicamente, o deficiente vem sendo compreendido à margem dessa noção de igualdade entre os homens, visto como pessoa incompleta, dentro de uma excepcionalidade, e o deficiente visual nisso também se inscreve. Todavia, declara Ross:

Se aceitarmos, por outro lado, a desigualdade existente no real como ‘natural’, ‘irreversível’ e ‘imutável’, como produto das limitações individuais, isso alimenta uma relação de verticalidade entre as pessoas, ou seja, uns superiores e outros, inferiores.” (ROSS, 1998, p. 69).

A cidadania embutida nas entrelinhas deste trabalho é uma cidadania do ser que é solidário. E o é, porque é ser vivente e convivente. Sendo mesmo uma utopia, mas como sonho que se sonha para concretizar. É o “não lugar”, ou mesmo o “outro lugar”, que ainda é desejável que se faça.

CAPÍTULO 3

A IMPORTÂNCIA DA LINGUAGEM NA CONSTITUIÇÃO SOCIAL DO SUJEITO

A história dos signos nos leva a uma lei muito mais geral que governa o desenvolvimento da atividade humana (...) A essência dessa lei é que, no processo de desenvolvimento, as crianças começam a usar as mesmas formas de comportamento em relação a si mesmas que os outros inicialmente usaram com elas(...) Um signo é sempre originalmente um meio usado para fins sociais, um modo de influenciar os outros e só posteriormente vem a ser um modo de auto-regulação.

Todas as funções mentais superiores são relações sociais internalizadas (...) A função mental da palavra só pode ser explicada por um sistema que vai além do indivíduo. A primeira função da palavra é a função social e, se quisermos traçar como ela funciona no comportamento do indivíduo, devemos considerar como ela é usada e funciona no comportamento social. (VYGOTSKY, 1994)

Todo trabalho acadêmico revela o endividamento do seu autor com muitos teóricos visitados, alguns cujas idéias toma por empréstimo, outros com os quais discorda, alguns que usa apenas como contraponto ou ainda os que são ignorados na composição do texto. O presente texto não é uma exceção.

As principais referências teóricas deste trabalho estão diretamente relacionadas aos estudos socioculturais que tratam da constituição social dos sujeitos e que dão proeminência ao uso e à importância da interação e da linguagem na formação dos indivíduos, tendo por base uma filosofia dialética e dialógica da linguagem.

A escolha de uma base teórica para este trabalho, nos estudos de Mikhail Bakhtin (1895-1975) e Lev Semionovic Vygotsky (1896-1934), está vinculada a duas exigências deste trabalho. A primeira exigência está relacionada com o *objetivo geral* deste estudo, que é compreender o movimento de inclusão/exclusão da pessoa com deficiência visual no mundo do trabalho na cidade de Salvador, a partir da análise e perspectiva dos próprios trabalhadores deficientes visuais implicados. Inicialmente, admito que o sujeito se constitui nas relações com o meio em que está inserido, tendo a linguagem como principal instrumento de interação entre o sujeito e o meio social, e depois destaco que a reflexão e a fala dos sujeitos entrevistados só podem ser realmente compreendidas se forem situadas no contexto social econômico e ideológico do qual os falantes são participantes, nele constituídos e dele

constituintes. A segunda exigência está relacionada à importância que Bakhtin e Vygotsky dão à mediação dos signos lingüísticos nas relações sociais e à sua utilidade para a compreensão de como o sujeito socialmente construído refaz o caminho da reflexão a respeito de sua condição e se expressa, fazendo uso da linguagem verbal e tendo-a como mediadora entre a sua voz, as vozes dos outros e todas as relações sociais a ela interligadas, em constante diálogo.

A fim de explicitar e esclarecer o referencial teórico adotado neste trabalho, recorro a um breve histórico de conceitos que subsidiam a noção de sujeito conforme alguns autores, para, em seguida, considerar as perspectivas de Bakhtin e Vygotsky sobre a constituição social dos sujeitos. Apresento as noções de palavra como símbolo ideológico por excelência e como expressão de muitas vozes de si mesmo e dos outros, encontradas em Bakhtin e, ainda, a situação da pessoa com deficiência visual como ser-evento dentro de um contexto histórico-cultural-social do qual não se pode abster por total ausência de um álibi.

Não ter um álibi é o mesmo que ser acusado de um crime e não ter como provar ou demonstrar que estava em lugar diverso daquele em que o delito foi cometido. Por analogia, neste trabalho, a ausência de álibi equivale à constatação de que o sujeito social, com uma deficiência visual, só pode ser compreendido sem abstração em relação a si mesmo e ao contexto concreto que o cerca, pelo simples fato de que ele não poderia ser outro ou estar em outro lugar senão naquele em que vive de forma histórica, social, política e economicamente implicada. Por outro lado, nenhuma análise do fenômeno da inclusão/exclusão da pessoa com deficiência visual no mundo do trabalho pode abstrair dessa discussão o próprio sujeito que a esse mesmo fenômeno constitui. Sujeito e contexto coexistem em cumplicidade.

3.1. O sujeito com deficiência visual e a ausência de álibi no contexto da ideologia capitalista

Mikhail Bakhtin, tanto quanto Vygotsky, exhibe em suas formulações sobre a ideologia as bases de uma teoria marxista da criação ideológica e sustenta que um produto ideológico faz parte de uma realidade natural ou social, como todo corpo físico, instrumento de produção ou produto de consumo. Mas também reflete e refrata uma outra realidade que lhe é exterior.

Isso significa que tudo que é ideológico possui um significado e remete a algo situado fora de si mesmo. Tudo o que é ideológico é um signo.

Sob esse referencial, o sujeito com deficiência visual é visto neste trabalho com duas características básicas: 1) é um sujeito constituído nas relações sociais e essas relações se dão no contexto de uma sociedade que lhe atribui sentido, conforme a ideologia que a sustenta; 2) apresenta-se em completa ausência de alibi em relação à sua presença no contexto ideológico, histórico, social e econômico do modo de produção capitalista vigente e, portanto, precisa ser ouvido com prioridade por qualquer pessoa que pretenda compreender a sua inclusão no mundo do trabalho ou ainda perceber como este sujeito analisa seu papel nas cenas da inclusão ou exclusão que lhe são impostas no meio produtivo.

Em outras palavras: o sujeito trabalhador com deficiência visual é compreendido, neste trabalho, à luz da teoria que o analisa como constituído e constituinte no conjunto das relações e interações sociais, bem como situado em contexto e determinantes históricos próprios do capitalismo contemporâneo, dos quais não pode desvincular-se por não ter qualquer explicação que justifique uma análise diferente, pelo que recorro à imagem bakhtiniana da ausência de alibi para os protagonistas. Essas noções estão subjacentes a tudo que é dito a seguir, mesmo quando implicitamente.

Inicialmente, saliento que a idéia de sujeito com deficiência visual está ligada às acepções do conceito de indivíduo. É no período do Renascimento que o conceito de indivíduo assume o significado de homem singular, diferenciado dos interesses alheios.

Em textos desse período, fica evidente que, a partir da segunda metade do século XIV, ganha projeção “um espírito de liberdade, pelo qual o homem reivindica a sua autonomia de ser racional e se reconhece como intimamente ligado à natureza e à história” (ABBAGNANO, 1984, p. 332).

Com as mudanças sociais e ideológicas ocorridas nos séculos seguintes, o retorno ao conhecimento clássico e certa destituição da leitura de homem feita pelo cristianismo medieval, também emerge a idéia de homem livre, independente, autônomo, dono de si.

O delineamento dos primeiros passos da ciência moderna, a busca de um conhecimento e de uma racionalidade “natural”, desvinculados da religião, corroboram para estabelecer esse conceito.

Chegando no século XVIII, o Iluminismo reforça a idéia do homem como indivíduo, com o ideal do ser humano único, capaz e livre para desenvolver suas potencialidades inatas,

fundamentado na ciência e se estendendo até o âmbito político. Tal discurso é acolhido por declarações emergentes e aspirantes de uma nova ordem social, como estas proferidas por Rousseau em 1757:

O homem nasce livre, e por toda parte encontra-se a ferros (...) A ordem social, porém, é um direito sagrado que serve de base a todos os outros. Tal direito, no entanto, não se origina na natureza: funda-se, portanto, em convenções. Trata-se, pois, de saber que convenções são essas (ROUSSEAU, 1983, p. 62).

O modo de conceber o homem modifica-se com o passar dos anos e em meio aos movimentos de organização social e as mudanças das relações de produção, conforme a realidade ideológica e material de cada período histórico.

Com isso, nos fins do século dezenove e no limiar do século vinte, surgem Karl Marx (1818-1883), Friedrich Nietzsche (1844-1900) e Sigmund Freud (1856-1939), dando importantes contribuições sobre a categoria indivíduo e a noção de sujeito. Assim, possibilitam um questionamento radical deste conceito, desconcertando e problematizando o sujeito como “penhor de si” para submetê-lo “à ideologia, à linguagem, ao inconsciente” (SMOLKA, 1997, p. 33,34 apud KASSAR, 1999, p. 66).

Ao analisar o pensamento marxista de indivíduo, Adam Schaff (s.d.) destaca que Marx considera três fundamentos básicos para a compreensão do homem.

Primeiro, Marx o compreende como “um exemplar da espécie biológica”, como parte da natureza. Segundo, o ser humano distingue-se dos outros animais não em razão de suas propriedades biológicas, mas sim por suas propriedades histórico-culturais, pois ocorre na evolução humana uma mudança na qualidade das relações. Neste ponto, Schaff destaca que “no pensamento marxista, o homem só existe no conjunto das condições sociais” (MARX & ENGELS, apud SCHAFF, s.d., p.67).

O terceiro fundamento é a constitucionalidade social do sujeito: “Em outras palavras, a evolução humana tornou-se possível pelo próprio trabalho humano: O homem se transforma e se cria ao modificar as condições de existência” (SCHAFF, op. cit., p. 77,78).

Essas “condições de existência para o desenvolvimento humano” se referem a determinadas condições sociais, condições ideológicas e materiais, ou, em outras palavras, relações de superestruturas e base – infra-estrutura (KASSAR, 1999, p. 68).

A metáfora da construção (infra-estrutura e superestrutura) é utilizada por Marx e Engels para apresentar a idéia de que a estrutura econômica da sociedade condiciona o processo da vida social, política e intelectual em geral (superestrutura), logo a superestrutura encontra seus fundamentos nas relações sociais de produção (BOTTOMORE, 1988 *apud* KASSAR, 1999. p. 68).

Vygotsky, assim como Bakhtin, analisa o indivíduo, sua constituição e linguagem, *a partir e no* contexto das relações sociais sobre as quais exercem grande influência os fundamentos ideológicos do modo de produção que lhe é hegemônico.

Os escritos de Vygotsky estabelecem possibilidades de entender que as pessoas com deficiência apresentam especificidades em relação ao processo de sua constituição como indivíduos no meio social. Por isso, após a Revolução Russa de outubro de 1920, Vygotsky revelou especial interesse pelo estudo da *defectologia* e a imaginava como uma ciência ocupada em estudar as deficiências, suas relações com as demais ciências e com a educação.

Para Vygotsky, a *defectologia*, em seu tempo, estava realizando um trabalho de elaboração de idéias similar ao que realizaram em outros tempos a pedagogia e a psicologia infantil, quando defenderam a tese de que a criança não é um adulto pequeno. Vygotsky estava se referindo à sua constatação de que “a criança cujo desenvolvimento está complicado por uma deficiência não é simplesmente uma criança menos desenvolvida que seus coetâneos normais, mas sim uma criança cujo desenvolvimento se dá de outro modo.” (VYGOTSKY, 1983, p. 12)⁵

Criticando uma concepção puramente quantitativa, que ainda predomina em algumas análises das deficiências, Vygotsky declara:

Assim como a criança, em cada etapa do desenvolvimento, em cada uma de suas fases, apresenta uma peculiaridade quantitativa, uma estrutura específica do organismo e da personalidade, de igual maneira a criança deficiente apresenta um tipo de desenvolvimento qualitativamente distinto, peculiar. Disse R. Guntler [sic] que, assim como do oxigênio e o hidrogênio não surge uma mescla de gases, mas sim água, de igual modo a personalidade da criança débil mental é algo qualitativamente distinto da simples soma das funções e propriedades pouco desenvolvidas (VYGOTSKY, 1983, p. 12).

Segundo Vygotsky, a tese central da *defectologia* é que toda deficiência cria os estímulos para elaborar uma compensação. Daí, afirma que o estudo dinâmico da pessoa com

⁵ As citações desta obra foram traduzidas livremente por mim da versão em Espanhol.

deficiência, especialmente a criança, não pode se limitar a descrever o nível de gravidade da insuficiência, mas deve incluir obrigatoriamente a consideração dos processos compensatórios, isto é: os substitutivos sobreestruturados e niveladores no desenvolvimento e conduta da criança (VYGOTSKY, 1983, p. 14).

Deste modo, ele acreditava que a reação do organismo e da personalidade da pessoa com deficiência é o fato central e básico, a única realidade com que opera a defectologia. Assim, a insuficiência de uma capacidade se compensa, por completo ou em parte, com o intenso desenvolvimento de outra.

Isso equivale a dizer, por exemplo, que a pessoa com deficiência visual compensa sua dificuldade ou impossibilidade de enxergar com um desenvolvimento das capacidades tátil, auditiva, olfativa, senso de orientação e mobilidade e afins para suprir a falta da visão. A deficiência visual não a torna, portanto, inferior ou menos importante que ninguém.

Ocorre, porém, que as relações sociais estão estabelecidas com base em uma realidade de videntes e, por vezes, as próprias pessoas com deficiência interiorizam a avaliação de si mesmas que lhes foi imputada, a partir da falta ou dificuldade de visão, ignorando o potencial de desenvolvimento advindo da compensação por outras capacidades.

A criança cega ou surda pode alcançar o mesmo desenvolvimento que a normal, porém as crianças com deficiência o alcançam de modo distinto, por um caminho distinto, com outros meios, e para o pedagogo é importante conhecer a peculiaridade do caminho pelo qual deve conduzir a criança. A chave da peculiaridade é brindada pela lei de transformação do menos da deficiência no mais da compensação. (VYGOTSKY, 1983, p. 17).

Vygotsky, porém, salienta que, como qualquer processo de superação e de luta, a compensação pode ter diferentes desenlaces: a vitória e a derrota, entre os quais se situam todos os graus possíveis de transição de um para o outro. Ele lembra que esse processo depende de muitas causas, mas destaca como fundamental a correlação entre o grau da deficiência e a riqueza do caudal compensatório. (VYGOTSKY, 1983, p. 16).

Embora fascinante, o detalhamento da explicação vygotskyana acerca do processo compensatório excede ao foco deste estudo. A síntese, ora apresentada, objetiva apenas fornecer uma noção de que ser um indivíduo com uma deficiência pode significar também ser um indivíduo em constante possibilidade de realizar, de modo diferente, através da compensação, o que outros realizam pela via dita *normal*.

É uma premissa deste trabalho, porém, que a deficiência visual além de ser determinada por fatores biológicos, é também constituída no grupo do qual o indivíduo que a possui faz parte, já que é este grupo que dá significado àquilo que é considerado como deficiência. Dessa forma, o sujeito deficiente visual tem a sua identidade determinada pelas concepções presentes no grupo social ao qual pertence.

Do mesmo modo, as pessoas que com ele convivem, como pais e profissionais que lhe dão apoio e atendimento, dão significado à deficiência e às possibilidades dos sujeitos por ela acometidos em função do grupo social no qual estão inseridos.

Por sua vez, as atitudes, reivindicações, desejos e expressões dos sujeitos com deficiência também influenciam, e constituem, as concepções dos sujeitos com os quais eles se relacionam.

Segundo Bakhtin (1997), as pessoas vão se constituindo como sujeitos nas sucessivas interações, nos diversos espaços discursivos, podendo-se presumir que a subjetividade se forma pelos “olhos dos outros”.

É só ocupando o lugar do outro, o lugar “de fora”, que o homem consegue ver a si mesmo e iniciar sua constituição como sujeito.

Ao tempo em que diz isso, Bakhtin procura extrapolar a noção kantiana do “imperativo ético”, dando relevo à presença do sujeito no que ele chama de *ser-evento*, ou *evento do ser* ou ainda *o ser como evento*: “O evento do ser é um conceito fenomenológico, por estar presente ele mesmo em uma consciência viva como um evento [em processo], e uma consciência viva orienta-se ativamente e vive nele como em um evento [em processo]” (BAKHTIN, 1990, p.78).

Isso alimenta a idéia que se apresenta neste trabalho, da “ausência de álibi” do sujeito, isto é:

O reconhecimento de que não temos “álibi” na existência. O nosso “não-álibi”, isto é, o fato de que não podemos “estar em outro lugar” (em cuja raiz se entrevê a desconfiança de Bakhtin com relação a toda abstração filosófica incapaz de incluir o sujeito); e a *exotopia*, o “estar do lado de fora” como momento inseparável tanto do objeto estético quanto da própria constituição do sujeito, para ele inexistente fora de uma relação dialógica (só podemos ser “completados” de fora). (TEZZA, 2003, p. 181).

Fica evidente no pensamento de Bakhtin que o sujeito só existe nas relações com as pessoas, e tendo em vista que as relações são sucessivas e infinitas, não se tem nunca um

sujeito absoluto. Este sujeito é sempre resultante de uma experiência vivida num passado e uma expectativa do que poderá vir a ser no futuro (BAKHTIN, 2002, p. 36).

Desse modo, pode-se dizer que sempre há um *inacabamento constituinte*, que é dado pelo lugar que os outros ocupam nas interações que se sucedem.

É importante mencionar aqui que este inacabamento do sujeito está relacionado objetivamente ao conceito desenvolvido por Bakhtin sobre o *excedente de visão*, que seria o que os outros vêem dele e ele não vê, como se fosse uma paisagem de fundo (CAMARGO & TOREZAN, 2004).

Camargo e Torezan comentam, neste ponto, a aproximação do pensamento de Bakhtin com a teoria das representações sociais em Vyon:

Vyon (1992) também discute a questão da intersubjetividade e se refere a ela como “... universos de conhecimentos ou imagens a que os protagonistas reagem, sejam imagens deles mesmos, de seus parceiros ou da situação. A comunicação se desenrola dessa forma sobre um fundo imaginário que as ciências sociais se esforçam em entender através do conceito de representação” (VYON, 1992:47). Assim, o indivíduo não reage à situação objetiva em si, mas à representação que faz dela e que decorre de conhecimentos precedentes, ou seja, pressupostos culturais. A representação está relacionada à imagem que o sujeito faz de si, dos outros, da situação e, por último, das regras e normas de comportamento do grupo social ao qual pertence. (CAMARGO & TOREZAN, 2004, p. 2)

Nesta linha de entendimento, os conceitos de subjetividade, intersubjetividade, representação e indeterminação do sujeito indicam que as pessoas vão se constituindo e se reconstituindo nas interações que ocorrem ao longo da história de cada um.

Os indivíduos (re)fazem seus percursos a partir dos muitos contatos que estabelecem ao longo da vida, e as interações que se estabelecem entre eles, certamente, também interferem na constituição da subjetividade de cada um. No decorrer dessas interações, emerge sempre a possibilidade de que novas significações e ressignificações sobre o sujeito, inclusive a pessoa com deficiência visual, possam surgir. (CAMARGO & TOREZAN, 2004, p. 3)

Segundo Vygotsky (1987), é imprescindível direcionar o *olhar* para o desenvolvimento como processo que se estabelece nas relações sociais. Todas as funções especificamente humanas são constituídas através da vida social, envolvendo, portanto, a linguagem e a dimensão histórico-cultural. Dentro dessa perspectiva, a linguagem tem uma

importância crucial no desenvolvimento humano, sendo seu aparecimento um “marco” no desenvolvimento da criança (VYGOTSKY, 1987).

A linguagem é um sistema semiótico privilegiado que, conjuntamente com outros sistemas de signos (as diferentes formas de numeração, os dispositivos mnemotécnicos, o simbolismo algébrico, a escrita, entre outros), tem origem na vida social e, modificando globalmente a evolução e a estrutura das funções psíquicas, transforma-se em instrumento psicológico.

O homem passa a ver o mundo e a percebê-lo de acordo com a cultura em que está inserido. Esse recorte do mundo é elaborado para ele pelas outras pessoas do seu grupo social através da linguagem, nas diferentes, sucessivas e infinitas interações sociais que vão constituindo o sujeito ao longo de sua história.

Com respeito à questão da deficiência, Vygotsky (1995) discorre sobre a importância do recorte do mundo feito para a criança e para o jovem “deficiente” por seus pais e pela sociedade como um todo. São as significações e ressignificações feitas pelos seus pares sociais que os constituem enquanto sujeito.

Dessa maneira, um indivíduo com limitações e com um potencial biológico diferente dos demais pode ter os rumos de seu desenvolvimento alterados em função do modo como o seu meio social o encara e em função das expectativas existentes em relação a ele.

A sociedade tem restrições em relação ao que é diferente, àquilo a que não está habituada e muitas vezes manifesta-se de forma absurdamente cruel. Portanto, a constituição da pessoa com deficiência pode ser prejudicada pela quebra da expectativa de seu grupo social, pelo estranhamento em relação à inteligência desse indivíduo, pelos preconceitos e estigmas presentes na sociedade frente às diferenças.

Assim, o “*olhar*” da sociedade irá influenciar o desempenho da pessoa deficiente visual, inclusive como profissional e no modo como concebe a si mesma como trabalhadora. Se o “*olhar*” voltado para ela for de incapacidade, provavelmente ela se tornará incapaz. (CAMARGO & TOREZAN, 2004, p. 4).

Daí a importância dada, neste estudo, à percepção dos próprios indivíduos com deficiência visual sobre sua inclusão/exclusão no mundo do trabalho. Este esforço visa uma apropriação do que estes sujeitos consideram como relevante na sua constituição, como pessoas com uma deficiência visual, diante dos desafios que lhe impõe o momento histórico social em que se inserem.

No pensamento de Bakhtin, a única definição objetiva possível da consciência é de ordem sociológica, pois esta consciência não pode derivar diretamente da natureza ou de aspectos puramente biológicos. Logo, a consciência de ser uma pessoa com deficiência visual é uma construção sociológica, à luz de condicionantes históricos e ideológicos específicos.

A ideologia não pode derivar da consciência, como pretendem o idealismo e o positivismo psicologista. A consciência adquire forma e existência nos signos criados por um grupo organizado no curso de suas relações sociais. Os signos são o alimento da consciência individual, a matéria de seu desenvolvimento, e ela reflete sua lógica e suas leis. A lógica da consciência é a lógica da comunicação ideológica, da interação semiótica de um grupo social. Se privarmos a consciência de seu conteúdo semiótico e ideológico, não sobra nada. A imagem, a palavra, o gesto significativo, etc. constituem seu único abrigo. Fora desse material, há apenas o simples ato fisiológico não esclarecido pela consciência, desprovido do sentido que os signos lhe conferem. (BAKHTIN, 2002, p. 35,36).

3.2. A palavra como signo ideológico por excelência

Embora fizesse ressalvas aos rumos do marxismo em seu tempo, Bakhtin associa o problema das relações entre a infra-estrutura e as superestruturas aos problemas da filosofia da linguagem, em seus principais aspectos. Assim, contribui para o entendimento da questão ao analisar as relações entre infra-estrutura e superestrutura, apontando especificamente para o material semiótico-ideológico da superestrutura, argumentando sobre o papel do signo em refletir e refratar a realidade em movimento. (BAKHTIN, 2002, 39).

Bakhtin considera que

a explicitação de uma relação entre a infra-estrutura e um fenômeno isolado qualquer, destacado de seu contexto ideológico completo e único, não apresenta nenhum valor cognitivo. Antes de mais nada, é impossível estabelecer o sentido de uma dada transformação ideológica no contexto da ideologia correspondente, considerando que toda esfera ideológica se apresenta como um conjunto único e indivisível, cujos elementos, sem exceção, reagem a uma transformação da infra-estrutura. (BAKHTIN, op. cit.)

Bakhtin afirma que “o problema da *relação recíproca* entre a infra-estrutura e as superestruturas (...) pode justamente ser esclarecido, em larga escala, pelo estudo do material verbal.” (BAKHTIN, 2002, p. 41). Ele tem por certo que as características da palavra como

signo ideológico a transformam em um instrumento de manifestação ideológico-social. E continua:

Não é tanto a pureza semiótica da palavra que nos interessa na relação em questão, mas sua *ubiquidade social*. Tanto é verdade que a palavra penetra em todas as relações entre indivíduos, nas relações de colaboração, nas de base ideológica, nos encontros fortuitos da vida cotidiana, nas relações de caráter político, etc. As palavras são tecidas a partir de uma multidão de fios ideológicos e servem de trama a todas as relações sociais em todos os domínios (BAKHTIN, 2002, p. 41).

Tais expressões apontam para a idéia de que,

no movimento da sociedade, base material e superestrutura ideológica vão se constituindo mutuamente. No cerne dessa relação, está o homem, produzindo e também sendo produzido por sua própria produção: a história (KASSAR, 1999, p. 69).

Contudo, Kassar (op. cit.) considera importante assinalar que o sujeito não é apenas influenciado ou controlado numa relação causa-efeito pelo contexto social, e sim que, ao participar do processo de constituição tanto da sociedade quanto de sua particularidade, o homem se constitui, pois traz em sua própria individualidade aspectos da mesma sociedade. No entendimento de Marx “não é a consciência dos homens que determina o seu ser; é o seu ser social que, inversamente, determina sua consciência” (MARX, 1983, p. 24).

3.3. A importância da linguagem e da voz como expressão de muitas vozes

Os trabalhos de Vygotsky e Bakhtin, bem como os de Luria, discutem e indicam caminhos para a compreensão de como se dá a constituição do sujeito, referindo-se com frequência à importância da criação e da utilização dos signos na constituição da especificidade humana.

Vygotsky exalta a importância da linguagem para o surgimento e o desenvolvimento do pensamento que caracteriza o homem e vincula definitivamente os signos à origem do pensamento: “O pensamento não é simplesmente expresso em palavras; é por meio delas que ele passa a existir” (VYGOTSKY, 1987, p. 108).

Na opinião de Luria, o aparecimento da linguagem foi de suma relevância para o desenvolvimento da consciência, pois, ao denominar um objeto, o homem cria a possibilidade de discriminá-lo e conservá-lo na memória, posto que as palavras abstraem as propriedades dos objetos que nomeiam, relacionando-os e formulando categorias e essa possibilidade garante a transição do sensorial ao racional na representação do mundo (LURIA, 1979, p. 80).

Bakhtin reforça essa concepção, argumentando que a própria consciência humana constitui um fato sócio-ideológico e dá relevo à idéia de que o pensamento individual é constituído nas práticas sociais, na linguagem e pela linguagem, através da apropriação do pensamento socialmente produzido.

Daí decorre dizer que, para esses autores, o nascimento, o crescimento, o desenvolvimento e a constituição do sujeito se dão no conjunto das relações sociais que se estabelecem com o outro e com o mundo, dentro de seus condicionantes históricos, ideológicos, políticos, econômicos – e eu acrescentaria espirituais – que são internalizados no processo mesmo de sua constituição social.

Para Vygotsky, esse processo de internalização é a reconstrução interna de uma operação externa. Ele explica que cada ser humano passa por processos de apropriação de signos e, assim, a utilização desses signos externos, pela apropriação de cada indivíduo, vai-se transformando em processos internos de mediação. (VYGOTSKY, 1987, p. 63)

Wertsch assinala que a análise de Vygotsky das funções mentais superiores proporciona uma base para a aproximação sociocultural à ação mediada, e destaca como importantes as suas investigações sobre as origens sociais das funções mentais individuais e suas propostas sobre a mediação semiótica. Mas, considera que Vygotsky fez pouco para decifrar como os cenários históricos, culturais e institucionais específicos se vinculam com diversas formas de ação mediada (WERTSCH, 1993, p. 65).

De acordo com Wertsch, Vygotsky concentrou suas explicações dos processos interpsicológicos na interação de pequenos grupos, especialmente entre adulto-criança, e suas idéias sobre a lei genética geral do desenvolvimento cultural, a zona de desenvolvimento proximal e as diversas formas de mediação semiótica tendiam a apoiar-se na análise desta classe de interação interindividual (WERTSCH, op. cit.).

Para Wertsch, Bakhtin vai além de Vygotsky nos estudos socioculturais que se ocuparam de esclarecer o papel da linguagem na constituição do sujeito, principalmente ao centrar seus esforços analíticos no enunciado e considerá-lo “a verdadeira unidade da

comunicação verbal” e destaca nos escritos de Bakhtin que “a fala pode existir realmente só na forma de enunciados concretos de falantes individuais, sujeitos da fala. A fala está sempre moldada da forma de um enunciado que pertence a um determinado sujeito falante, e fora desta forma não pode existir” (BAKHTIN, 1986, apud WERTSCH, 1993, p. 69) ⁶.

Segundo a explicação de Bakhtin, a noção de enunciado está vinculada com a de voz, principalmente porque um enunciado só pode existir se é produzido por uma voz. E voz para Bakhtin não pode ser reduzida a uma explicação dos sinais auditivo-vocais. Essa noção de voz se aplica tanto a comunicação oral como a escrita e abarca questões mais amplas da perspectiva do sujeito falante, seu horizonte conceitual.

Ao longo de sua análise, Bakhtin destacou a idéia de que as vozes existem sempre em um ambiente social e que não existe uma voz em total isolamento de outras vozes.

Neste trabalho, considero as vozes dos sujeitos entrevistados, bem como a dos autores citados, ou ainda os que foram omitidos, tendo em mente essa perspectiva de que nenhuma voz está isolada da outra.

Bakhtin denominou o estudo dos enunciados de *metalinguística*⁷, que, segundo ele, é uma aproximação que transcende aos interesses das disciplinas individuais existentes para o estudo lingüístico.

Para Bakhtin, a *metalinguística* é o estudo dos aspectos da vida da palavra, os quais ainda não tomaram forma nas disciplinas distintas e específicas.

Mesmo reconhecendo que Bakhtin não proporcionou uma descrição precisa do que essa disciplina (Metalinguística) deveria abranger, e de sua semelhança com o que atualmente se denomina *análise do discurso*, neste trabalho não tomo por necessárias inferências ou considerações sobre este campo do saber, tendo em vista que Bakhtin restringiu suas análises às categorias de voz e dialogicidade (WERTSCH, op. cit., p. 70), tanto que alguns preferem considerá-lo um estudioso da dialogia. A idéia de dialogicidade permeia todo o trabalho de Bakhtin e ele tem como pressuposição básica que o enunciado está pleno de harmônicos diálogos.

⁶ Todas as citações relativas a esta obra de Wertsch foram traduzidas livremente por mim diretamente do texto espanhol disponível nas referências bibliográficas.

⁷ Preferi utilizar a expressão *metalinguística* em lugar de “*translinguística*”, por ser a primeira atribuída à Bakhtin. Embora reconheça que o termo usado por Bakhtin era *metalinguística*, alguns autores, como Wertsch, preferem *translinguística*, devido tanto à diversidade de significados atualmente atribuídos ao vocábulo inicialmente dado, quanto ao que chama de banalização do prefixo *meta* na produção intelectual ocidental.

O uso de depoimentos orais neste trabalho está relacionado não apenas a uma adaptação da pesquisa às características físicas dos sujeitos entrevistados, que, por serem cegos, teriam maior dificuldade em dar depoimentos escritos, mas, principalmente, à importância que Bakhtin e Vygotsky atribuem à palavra na formação da consciência individual e na construção de conceitos ideológicos. Com base nestes autores, exploro, no presente trabalho, a noção de que a palavra é o signo ideológico por excelência e que importa compreendê-lo no contexto ideológico correspondente.

A natureza semiótica e ideológica da palavra estrutura o discurso interior do indivíduo a partir das relações sociais em um dado contexto ideológico. Bakhtin destaca que

[...] a palavra será sempre o indicador mais sensível de todas as transformações sociais, mesmo daquelas que apenas despontam, que ainda não tomaram forma, que ainda não abriram caminho para sistemas ideológicos estruturados e bem formados. (...) A palavra é capaz de registrar as frases transitórias mais íntimas, mais efêmeras das mudanças sociais. (BAKHTIN, 2002, p. 41)

Acredito, portanto, que as palavras contidas nos depoimentos das pessoas entrevistadas, com deficiência visual, são reveladoras tanto de uma realidade pessoal dos entrevistados, através de um discurso interiorizado nas relações sociais cotidianas, como também exprimem uma ideologia, vigente na sociedade capitalista, que confere às pessoas com deficiência tais e tais características que refletem e refratam a realidade ideológica vigente.

Em meio à ligação já mencionada que faz entre a teoria marxista da criação ideológica e os problemas de filosofia da linguagem, onde observa que tudo que é ideológico é um signo e que um produto ideológico faz parte de uma realidade (natural ou social) como todo corpo físico, instrumento de produção ou produto de consumo, refletindo e refratando uma outra realidade, que lhe é exterior, Bakhtin acrescenta:

No entanto, todo corpo físico pode ser percebido como símbolo (...) e toda imagem artístico-simbólica ocasionada por um objeto físico particular já é um produto ideológico. Converte-se, assim, em signo o objeto físico, o qual, sem deixar de fazer parte da realidade material, passa a refletir e a refratar, numa certa medida, uma outra realidade. (...) Portanto, ao lado dos fenômenos naturais, do material tecnológico e dos artigos de consumo, existe um universo particular, o universo dos signos. (BAKHTIN, 2002, p. 31,32).

Neste trabalho, na fala dos sujeitos da pesquisa, em seus depoimentos, afloram signos cujos significados devem ser entendidos à luz da consciência individual daqueles que

examinam o fenômeno da inclusão da pessoa com deficiência visual no mundo do trabalho em Salvador, de uma percepção pessoal e sob uma trajetória profissional particular, mas também à luz de um contexto ideológico, que tais signos refletem ou refratam, na sociedade em que se dá esse fenômeno.

Daí, a constância em assinalar a importância da conclusão bakhtiniana de que a consciência individual é um fato sócio-ideológico e que a única definição objetiva possível da consciência é de ordem ideológica, onde a consciência adquire forma e existência nos signos criados por um grupo organizado no curso de suas relações sociais.

É subjacente a esse uso que faço do referencial teórico bakhtiniano, a hipótese não declarada, posto que só aparece em segundo plano neste trabalho, de que a terminologia, ou o sistema de signos associados à deficiência na sociedade contemporânea, está situada em um intrincado jogo de poder, ausência de políticas adequadas para fazer cumprir a moderna legislação, preconceito, opressão e discriminação, todos ocultados por uma constante necessidade de amenizar a realidade, afastando-a de como ela é.

Isso resulta em constantes reformulações dos termos e dos modos de dizer *o que é* a deficiência ou *o que são* deficientes, em vez de *quem são* as pessoas com deficiência. Resulta nas tentativas de dizer o que elas pensam em vez de deixá-las falar. Resulta num movimento que se propõe inclusivo, mas que se realiza a partir de uma lógica social excludente, que também as exclui previamente ao conjecturar e, depois, solidificar a idéia de que a discussão sobre as mesmas pode se dar na ausência de suas vozes.

Resulta, ainda, em certa inculcação de conceitos, definidos por outrem, que devem ser divulgados e aceitos por aqueles que vivem a realidade de *ser uma pessoa com deficiência*, muitas vezes à revelia de sua própria opinião e sem que isso signifique qualquer mudança objetiva em sua vida cotidiana.

As vozes que procuro ouvir e dar projeção neste trabalho são examinadas à luz da premissa de que uma voz sempre será a expressão de muitas vozes e que o discurso interior é também reflexo e refração de um discurso que é exterior ao indivíduo, construído nas relações sociais, sob determinadas condições materiais, históricas e econômicas, por isso mesmo ideológicas.

O presente trabalho ainda usa como referência as observações de Bakhtin quando analisa os aspectos dialógicos da linguagem em suas incursões pela análise da prosa e da poesia (BAKHTIN, 1987, 1992, 1992b).

Brotam, dessas incursões, os seguintes destaques realçados por Tezza (2003) e que utilizo, mesmo nas entrelinhas deste texto:

- 1) O problema da separação entre o mundo da abstração cultural e científica e o mundo concreto do ser-evento ou simplesmente da vida, numa linguagem mais popular
- 2) Os aspectos elucidativos da separação e abstração cultura/ciência versus mundo concreto que incluem :
 - a) a unicidade do ato em seu próprio tempo e espaço na chamada ausência de álibi do sujeito histórico;
 - b) a unicidade do ser que vai além de qualquer deficiência, que não é apenas passivo, mas também ativo;
 - c) a percepção da vida como processo de responsabilidade ou responsabilidade, onde o ser responde à vida, reivindicando que uma filosofia da vida só pode ser uma filosofia moral que compreenda a vida como um processo e o humano, como seu centro valorativo.
- 3) A concepção de natureza dialógica da linguagem e das relações dialógicas materializadas no discurso pela enunciação, pela admissão de uma autoria pessoal ou da voz de um outro na fala; como possibilidade de exprimir percepções de mundo diferentes e específicas.

O referencial teórico, ora exposto neste capítulo 3, subsidia a metodologia utilizada e se afina com os pressupostos epistemológicos adotados, ambos apresentados no capítulo 4. Ao mesmo tempo, fornecem o lastro para a análise qualitativa dos depoimentos, bem como para as inferências e conclusões que proponho, a partir das vozes dos sujeitos entrevistados, nos capítulos seguintes.

CAPÍTULO 4

A CONSTRUÇÃO METODOLÓGICA E SEUS PRESSUPOSTOS EPISTEMOLÓGICOS

Um ato de nossa atividade, de nossa real experiência, é como um Jano bifronte. Ele olha em duas direções opostas: ele olha para uma realidade objetiva do domínio da cultura e para a unicidade irrepitível da vida realmente vivida e experimentada. Mas não há um plano unitário e único, onde ambas as faces poderiam mutuamente se determinar com relação a uma única e singular unidade. É apenas o evento único do Ser no processo de realização que pode constituir essa unidade única: tudo o que é teórico ou estético deve ser determinado como um momento constituinte do evento único do Ser, embora não mais, é claro, em termos teóricos ou estéticos.(BAKHTIN, 1990, p. 80).

O caminho metodológico adotado neste trabalho valoriza as vozes dos sujeitos da pesquisa em detrimento de qualquer perspectiva unívoca, por vezes classificatória, do pesquisador. Julguei que as pessoas com deficiência visual têm mais a dizer sobre si mesmas, suas trajetórias profissionais e questões afins, do que qualquer outro observador, por mais privilegiado que seja.

4.1. A natureza qualitativa do trabalho

Reconhecendo que o drama da vida é maior e mais complexo do que o texto produzido, (CAIADO, 2003, p. 41), optei por retratar o drama e a trama da vida dos sujeitos abordados, através de uma análise qualitativa dos depoimentos orais fornecidos nas entrevistas pelos próprios sujeitos .

Essa opção leva em conta tanto o referencial teórico apresentado, quanto a existência de uma ampla literatura que retrata as possibilidades da utilização de depoimentos orais e da análise de conteúdo de entrevistas na pesquisa social. Inicialmente, isso equivale a dizer que, assim como histórias de vida, histórias temáticas, biografias, os depoimentos orais vêm sendo utilizados em pesquisas que tentam re-introduzir a fala e a memória dos atores sociais em investigações científicas.

Essa tendência atual contrasta com antigas tendências de atendimento à *oficialidade da história* contada por quem tem ou pensa ter a prerrogativa ou o privilégio de formar opinião, contando e relatando a partir de um ponto de vista que, via de regra, omite outras vozes.

Assim, aqueles que são subalternizados econômica, social ou culturalmente tendem a ser silenciados pelas vozes autorizadas de outros que desfrutam de uma perspectiva supostamente mais privilegiada e, por vezes, *oficial*.

Após demonstrar que, no Brasil, as primeiras pesquisas qualitativas datam do período em que vigorava o Regime Militar (década de 1970) e que só ao final dos anos 90 aparecem trabalhos focados em grupos socialmente excluídos, como índios, imigrantes, favelados e crianças de rua, Caiado procura salientar que o percurso metodológico em si mesmo, como uma técnica, não está comprometido politicamente:

O compromisso político revela-se na concepção de mundo que o pesquisador expressa, nas perguntas que faz, no diálogo que mantém com o conhecimento socialmente produzido. Assim, a história de vida é um procedimento metodológico que pode ser utilizado para dar voz aos oprimidos, ou continuar dando voz aos opressores, como nos revelam numerosos trabalhos científicos que utilizam essa metodologia (CAIADO, 2003, p. 44).

No presente trabalho, busquei evidenciar que tenho um compromisso com a responsabilidade de dar prioridade às vozes dos entrevistados, me associando a essas vozes contra qualquer posição explícita ou camuflada de legitimar o processo de exclusão a que muitas pessoas com deficiência visual são submetidas.

Por isso, ao adotar a construção da pesquisa via depoimentos orais, colhidos em entrevistas semi-estruturadas, busquei ir além da simples verificação das regularidades para me dedicar à análise dos significados que os indivíduos dão às suas ações e ao meio em que se constrói sua vida profissional e onde atuam ou já atuaram, buscando a compreensão do movimento de inclusão/exclusão da pessoa com deficiência visual no mundo do trabalho na cidade de Salvador, a partir da análise e perspectiva dos próprios sujeitos deficientes visuais implicados.

Dizer que uma pesquisa é qualitativa implica lembrar que, sob essa designação, abrigam-se correntes de pesquisa muito diferentes, mas que têm em comum uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, uma independência viva entre o sujeito e o objeto,

um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito (CHIZZOTI, 1998, p. 77-78).

Essa abordagem qualitativa tem, na visão dialética, uma possibilidade filosófica que a subsidia, mediante a sua insistência na relação dinâmica entre o sujeito e o objeto, no processo do conhecimento. O pesquisador se faz, assim, um ativo descobridor do significado das ações, a partir das relações que se revelam e se ocultam nas estruturas sociais (CHIZZOTTI, 1998, pp. 79).

Na presente pesquisa, esforço-me para ouvir as vozes de pessoas com deficiência visual como indivíduos reais, históricos, sociais, críticos e falantes. Desejo ouvir a voz do trabalhador que se diz incluído ou excluído do mundo do trabalho, tentando compreender os enunciados que compõem os textos que emergem da trama das relações sociais e conceituais que estas pessoas configuram.

É uma tentativa de compreender o fenômeno da inclusão/exclusão do mundo do trabalho de pessoas que vivem uma realidade diferente daqueles que discutem o problema de modo puramente acadêmico a partir de seus próprios textos.

Proponho-me a um estudo dos homens e mulheres com deficiência visual e de suas trajetórias no mundo do trabalho à luz da noção bakhtiniana de que as ciências humanas dizem respeito ao estudo do homem como produtor de textos e dos estudos socioculturais empreendidos por Bakhtin e por Vygotsky, a respeito das relações dialógicas mediadas pela linguagem, e que permitem compreender os modos de dizer dos sujeitos numa perspectiva semiótica e diante de condicionantes históricos.

Este estudo se realiza sem compromissos estritos com categorizações ou generalizações. Todavia, considera sua importância e os requerimentos acadêmicos que normalmente são feitos a respeito do uso de categorias nas pesquisas qualitativas.

Minayo(1999) estabelece dois tipos de categorias que são empregadas na abordagem qualitativa para estabelecer classificações: as categorias analíticas e as categorias empíricas. Para essa autora, as categorias analíticas são aquelas que retêm historicamente as relações sociais fundamentais e podem ser consideradas como balizas para o conhecimento do objeto de estudo nos seus aspectos gerais, enquanto as categorias empíricas

são aquelas construídas com a finalidade operacional, visando o trabalho de campo (a fase empírica) ou a partir do trabalho de campo. Elas têm a propriedade de conseguir apreender as determinações e as especificidades que se expressam na realidade empírica a exemplo da consciência social, a

consciência de classe e a representação social, se situam como categorias de análise, num nível elevado de abstração (MINAYO, 1999, p. 94).

As categorias analíticas utilizadas neste trabalho foram *deficiência visual e mundo do trabalho*, enquanto que as categorias empíricas não ocupam um papel de destaque na metodologia e sim como achados do labor da pesquisa. Assim, são apresentadas no conteúdo da análise dos depoimentos não se justificando sua menção neste ponto.

Utilizei entrevistas semi-estruturadas para o trabalho de campo, considerando que a entrevista “tomada no sentido amplo de comunicação verbal, e no sentido restrito de colheita (*sic*) de informações sobre determinado tema científico, é a técnica mais usada no processo de trabalho de campo”, pois, através dela, o pesquisador busca obter informações contidas na fala dos atores sociais (MINAYO, 1999, p. 107).

A imersão do pesquisador nas vozes dos sujeitos investigados, a familiaridade com os acontecimentos diários que embasam práticas e costumes supõem que os sujeitos da pesquisa têm representações parciais e incompletas, mas construídas com relação à sua perspectiva e à sua experiência.

Partindo desse ponto de vista, os dados não são vistos como coisas isoladas, nem os acontecimentos fixos, captados em instantes de observação. Eles se dão em um contexto fluente de relações: são fenômenos que não se restringem às percepções sensíveis e aparentes, é preciso ultrapassar sua aparência imediata para descobrir sua essência (CHIZZOTTI, 1998, p.85-88).

Neste trabalho, utilizei os encontros para entrevistar os sujeitos da pesquisa como oportunidades para registrar ocorrências relacionadas aos depoimentos que, de alguma maneira, pudessem ajudar na abordagem do objeto de estudo e seus desdobramentos.

4.2.Os sujeitos da pesquisa e os depoimentos orais à luz dos pressupostos epistemológicos

Considerando o objeto de estudo – *as vozes e trajetórias de pessoas com deficiência visual no mundo do trabalho* em Salvador – e o contexto de singularidade em que a pesquisa se realizou, vislumbrei a necessidade de compreender os sujeitos da pesquisa diante da metodologia e dos pressupostos epistemológicos que tive por apropriados, baseado em uma

concepção dialética, tendo como referência os estudos de Bakhtin e de Vygotsky sobre as relações dialógicas evidentes na constituição social dos sujeitos. Considero, assim, que o lugar de onde o sujeito fala, olha, sente, faz, é sempre diferente e partilhado. Essa diferença acontece na linguagem, em um processo semiótico, em que se evidencia a natureza complexa da linguagem que precisa ser compreendida no movimento de apreensão da realidade que se pesquisa. Na polifonia dos sujeitos da pesquisa, busquei ouvir as vozes dos trabalhadores com deficiência visual que serviram para entabular a presente conversação, a qual se ampliará à medida que o trabalho suscitar novas questões e diálogos sobre o tema.

Para Bakhtin “o sujeito como tal não pode ser percebido nem estudado como coisa, posto que, sendo sujeito, não pode, se quiser continuar a sê-lo, permanecer sem voz, portanto, seu conhecimento só pode ter um caráter dialógico” (BAKHTIN *apud* FREITAS, 1996, p. 117).

A tentativa de compreender as relações do indivíduo com o social pode se inserir na proposição esboçada por Bordas de *mediação semiótica*:

A sociedade é aqui entendida como o conjunto dos “outros” indivíduos, e o outro, visto não apenas como indivíduo, mas como formas culturais e simbólicas que entram em jogo através de instâncias de cultura individual e formas de cultura coletiva – que configuram o que pode ser entendido como vozes dos outros, vozes de si mesmo (...) a mediação semiótica entra no espaço do entendimento do que seja esse outro e a sua dinâmica com o sujeito, com o individual (BORDAS, 1999, p. 87).

Para Bakhtin, em sua concepção dialógica da linguagem, um tema constitui uma idéia em constante devir, em movimento, e a ele interessam todas as vozes, inclusive a do leitor, no momento em que apreende e reconstitui seu pensamento numa nova síntese.

Embora tanto Vygotsky quanto Bakhtin estejam baseados no referencial teórico do materialismo histórico-dialético, o presente trabalho, a exemplo de ambos, não tem compromissos estreitos ou dogmáticos com a visão marxista e materialista do homem. Interessa-me, antes, a compreensão daqueles pensadores sobre o homem como ser histórico (*da e na* história), que procura recuperar sua condição de sujeito social e o lugar que dão à linguagem como constituinte da consciência, assim também a ênfase na importância do outro a despeito de diferenças, neste caso particular, as diferenças relativas à pessoa com deficiência visual.

Considero, neste trabalho, o entrelaçamento que se dá entre o fenômeno de inclusão/exclusão de pessoas com deficiência visual no mundo do trabalho e a ideologia que o

sustenta, bem como os pormenores que realçam a validade do entendimento do sujeito portador de deficiência como a pessoa, o indivíduo, o humano que supera e se adapta às limitações, vantagens/desvantagens desde o seu lugar de diferença sensório-visual como profissional que tem uma trajetória, lutas e aspirações no mundo do trabalho.

Para a consecução dos objetivos desta pesquisa e a compreensão do fenômeno da inclusão/exclusão de pessoas com deficiência visual no mundo do trabalho em Salvador, entrevistei 8 pessoas com deficiência visual, escolhidas dentro de um universo de 16 pessoas previamente contatadas, como sujeitos possíveis de ser entrevistados na cidade de Salvador, Bahia.

Para a seleção dos sujeitos entrevistados, utilizei como critérios a ocorrência das seguintes características nas pessoas contatadas:

- a) pessoas que apresentassem deficiência visual que implicasse cegueira total ou legal;
- b) pessoas que revelaram, em contatos prévios ou por indicação, alguma formação ou qualificação para o trabalho;
- c) pessoas que tivessem uma trajetória de atuação profissional no mundo do trabalho em Salvador.

Assim, todos os entrevistados cujos depoimentos estão registrados neste trabalho atenderam aos critérios estabelecidos.

Embora utilizando um formulário de entrevista relativamente denso, com perguntas previamente estruturadas, a abordagem que adotei permitiu não apenas a configuração do mesmo com questões abertas, favorecendo respostas discursivas, como também a elaboração das perguntas de modo que os entrevistados pudessem, inclusive, questioná-las ou sentir-se estimulados a reverem pontos de sua fala anterior numa pergunta subsequente ou ainda inserir comentários que julgassem oportunos, no decorrer de seus depoimentos.

Para contatar as pessoas entrevistadas obtive informações e indicações de possíveis interlocutores junto a representantes de algumas instituições que atuam em Salvador na educação e/ou na inclusão de pessoas com deficiências visuais no mundo do trabalho, quais sejam: a Associação Baiana de Cegos (ABC), o Centro de Apoio Pedagógico a Deficientes Visuais da Bahia (CAP), o Instituto de Cegos da Bahia (ICB) e o Centro de Atendimento Profissional de A a Z- Idosos e Pessoas Portadoras de Deficiências (CAPAZ).

Os entrevistados são pessoas de variadas faixas etárias, sendo que o mais jovem tinha 26 anos à época da entrevista e ainda buscava o seu primeiro emprego, enquanto o mais idoso estava aposentado e com 58 anos. Do ponto de vista do gênero, foram entrevistados três deficientes visuais do sexo masculino e cinco do sexo feminino.

Todos os sujeitos entrevistados concordaram com a gravação em fitas cassete dos depoimentos e autorizaram o uso de seus nomes neste trabalho. Todavia, reservei-me o direito de usar combinações silábicas dos seus nomes e sobrenomes, visando preservá-los de possíveis situações embaraçosas, quando julguei conveniente.

Todas as pessoas abordadas se mostraram desejosas de contribuir com seus depoimentos para que este trabalho pudesse chegar a termo. Dentre os entrevistados, quatro me receberam em suas casas para as entrevistas, dois deram seus depoimentos na biblioteca do CAP, um me recebeu no seu local de trabalho, e um no Setor Braille da Biblioteca Pública dos Barris, todos na cidade de Salvador.

Por razões éticas e de preservação dos entrevistados, decidi omitir os nomes das empresas, instituições ou organizações citadas, onde trabalham ou trabalharam alguns dos entrevistados, exceto quando a referência se impuser para o entendimento de algum aspecto ou informação relevante.

4.3. Os procedimentos de Análise de Conteúdo

Em meio ao processo de consecução das entrevistas, procurei perceber aspectos subjacentes às entrelinhas das falas dos sujeitos com a finalidade de apreender nos relatos os fatos miúdos, os modos de dizer, as vozes e os silêncios que pudessem ensejar uma melhor compreensão das relações implicadas no processo em estudo.

Busquei que a pesquisa se inserisse na observação da singularidade de cada pessoa portadora de deficiência visual em estudo, relacionando essa individualidade com a ocorrência da sua inclusão ou da sua exclusão no mundo do trabalho.

Pretendi ouvir os interlocutores entrevistados, procurando situar o trabalho e a análise dos depoimentos, tendo em perspectiva que

“a ciência social é um produto do intelecto humano que responde a necessidades concretas de determinado momento histórico. Logo ela é também histórica, contextualizada na sua inspiração filosófica, teórica, metodológica e heurística” (MACEDO, 2000, p.154).

Tendo registrado todos os depoimentos em fita cassete e preenchido as lacunas existentes no roteiro escrito das entrevistas, fiz a transcrição de todas as gravações, preservando, na íntegra, as falas dos sujeitos. As perguntas, tais como foram feitas, estão disponíveis no questionário em anexo.

Procurei valorizar, além das frases e períodos com sentido completo, o uso de pausas verbais, hesitações, reticências e repetições utilizadas pelos entrevistados. Registrei, manualmente, as transcrições antes que fossem digitadas.

O exaustivo e minucioso trabalho de transcrição de todas as entrevistas consumiu cerca de cinco horas de trabalho, por entrevista. O tempo total empregado na transcrição foi de, aproximadamente, quarenta horas, alternadas em diferentes dias e períodos, sem contar o tempo de digitação.

Depois de transcritas as entrevistas, todo o material coletado foi integralmente digitado. Depois de digitadas as transcrições, revisei todo o material, ouvindo novamente as gravações, para elucidar os trechos obscuros ou com excesso de reticências. Fiz correções de concordância verbal e nominal sempre que isso não comprometia o conteúdo ou a idéia pretendida pelo entrevistado. Também suprimi trechos das falas dos sujeitos onde a gravação era dúbia ou apareciam expressões que poderiam expor a vida particular dos entrevistados.

A par de todo o material coletado, procedi à análise dos dados significativos para o propósito estabelecido da pesquisa em busca de compreender como vem se dando a inclusão profissional dos deficientes visuais em Salvador, a partir dos depoimentos orais e da trajetória das próprias pessoas com deficiência visual.

Utilizei para a análise do material coletado em depoimentos orais a técnica da Análise de Conteúdo.

Balau (apud SANTOS, 2004, p. 181) entende que a Análise de Conteúdo consiste numa seqüência de operações pelas quais certas unidades são identificadas e classificadas, de modo a permitir a descrição sistemática do conjunto, ou, também, a dedução dos princípios que nortearam sua produção.

Minayo (2002) assevera que, do ponto de vista epistemológico, em relação à Análise de Conteúdo, duas concepções de comunicação se conflitam.

De um lado, *o modelo instrumental*, que defende que, numa comunicação, o mais importante não é o conteúdo manifesto da mensagem, mas o que ela expressa por meio do contexto e das circunstâncias em que se dá e, do outro lado, *o modelo representacional*, que defende a idéia de que através das palavras da mensagem pode-se fazer uma boa análise do conteúdo sem que o pesquisador se atenha ao contexto e ao processo histórico. (MINAYO, 1999, p. 202).

Meu trabalho tende a uma posição intermediária, em que se dá importância ao que as palavras usadas pelos entrevistados expressam e, ao mesmo tempo, se busca apreender o contexto histórico, social, econômico e político determinante das circunstâncias em que as vozes dos sujeitos são produzidas.

Conforme Bardin, a Análise de Conteúdo pode ser conceituada como

um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção dessas mensagens. (BARDIN, 1977, p. 42)

Acredita Bardin, na seqüência do pensamento supracitado, que o campo de aplicação da Análise de Conteúdo é extremamente vasto e que qualquer comunicação, isto é, qualquer transporte de significações de um emissor para um receptor, controlado ou não por este, deveria ser escrito e decifrado pelas técnicas de análise de conteúdo.

Bardin sugere que a análise de conteúdo deva organizar-se em três fases: 1) a pré-análise; 2) a exploração do material; 3) o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação. Considera a *pré-análise* a fase de organização e que corresponde a um período intuitivo, mas que objetiva tomar medidas operacionais e sistematizar as idéias iniciais, de modo que isso conduza a um esquema preciso de um plano de análise visando o desenvolvimento das operações sucessivas.

Nesta pesquisa, a *pré-análise* consistiu na audição das fitas cassete com os registros das entrevistas, na transcrição e digitação do conteúdo das mesmas; *a exploração do material* foi feita através da leitura do material coletado, buscando localizar os pontos de contato entre os depoimentos, os objetivos e o referencial teórico adotados nesta pesquisa. *O tratamento*

dos resultados, a inferência e a interpretação se deram com o estabelecimento de relações objetivas entre os depoimentos e as questões gerais relativas ao problema da inclusão de pessoas com deficiência visual no mundo do trabalho em Salvador e no contexto mais amplo do modo de produção capitalista e de sua ideologia que, via de regra, legitima sempre a exclusão de um segmento em favor do enriquecimento de outros.

Na *exploração do material*, busquei realizar uma gestão dos dados a partir das conclusões das operações da *pré-análise*. No *tratamento dos resultados*, o material selecionado foi estudado e comparado, de modo que o conteúdo a ser apresentado no relatório final da pesquisa fosse significativo e válido para a reflexão pretendida sobre as vozes e trajetórias de pessoas com deficiência visual no mundo do trabalho em Salvador.

Bardin lembra que, conforme o modelo que estiver sendo utilizado, o analista pode utilizar operações estatísticas simples – como percentagens – ou mais complexas – como a análise fatorial – pois elas permitem a construção de quadros de resultados, diagramas, figuras e modelos que sintetizam e dão relevo às informações fornecidas pela análise. Após essa etapa, o analista pode propor, então, inferências e interpretar os resultados com base nos objetivos previstos ou em relação a outras descobertas (BARDIN, 1977, p. 43).

Embora este trabalho apresente, no capítulo 5, os resultados da análise dos depoimentos em forma de tabelas, registros quantitativos, estatísticas e algumas comparações percentuais, estes recursos devem ser considerados apenas como referências enriquecedoras da análise qualitativa a que se propõe o presente estudo.

Minayo (1999) considera que predomina, na abordagem quantitativa, a busca de medidas para as significações, como critério de cientificidade, mas ressalta que, na abordagem qualitativa, deve-se buscar uma interpretação mais profunda dos dados, tentando ultrapassar a análise meramente descritiva do conteúdo. Para essa autora, a técnica utilizada adquire a sua força e seu valor exclusivamente mediante o apoio de determinado referencial teórico, e a análise de conteúdo não é uma exceção.

O conteúdo que emergiu dos depoimentos foi analisado, sempre à luz da valorização das vozes dos sujeitos da pesquisa, dando proeminência às possibilidades de interpretação das mesmas advindas dos estudos de Bakhtin a respeito da filosofia da linguagem, da excelência da palavra como signo ideológico e da pluralidade de vozes na fala dos sujeitos. Em todo o processo de análise, utilizei também conceitos e pressupostos oriundos dos estudos socioculturais desenvolvidos por Vygotsky – estando este afinado com a mesma base

marxista de Bakhtin – nos quais buscava, sobretudo, esclarecer que todas as vozes, de algum modo, se vinculam a um processo onde se evidencia a constituição social do sujeito nas relações com os outros, sendo esse processo mediado pela linguagem.

Penso ser relevante declarar, especialmente ao leitor mais atento, que essa relação direta do presente trabalho com a filosofia da linguagem e o discurso dos trabalhadores, sujeitos da pesquisa, em seus depoimentos orais, não conferem à metodologia utilizada o atributo de *análise do discurso*, mas sim o de *análise do conteúdo* das entrevistas e que, em seu viés qualitativo, me permite ascender à análise do texto que ecoa das vozes destes sujeitos com base na teoria já explicitada e que muito tem sido utilizada para a análise do discurso em outros trabalhos.

Assim, passo à apresentação dos dados coletados nas entrevistas, mediante a análise do conteúdo dos depoimentos das pessoas com deficiência visual, fazendo esforço para não divagar no embevecimento que esses entrevistados me propiciaram no diálogo ativo e bem engajado que me ofereceram, em palavras e silêncios que justificaram o esforço empreendido para compreendê-los.

CAPÍTULO 5

AS VOZES DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA VISUAL: TRAJETÓRIAS, INCLUSÃO E EXCLUSÃO NO MUNDO DO TRABALHO

Deficiência é testemunho... Eu vim ao mundo para dar um testemunho!... Às vezes eu vejo a cegueira como uma dádiva! (MARILZA, 2003, entrevista)

O presente capítulo, resultante da aplicação dos procedimentos metodológicos já anteriormente delineados, apresenta os dados observados, as vozes e trajetórias de pessoas com deficiência visual no mundo do trabalho em Salvador. Expressa, antes de qualquer inferência do pesquisador, como os próprios sujeitos entrevistados consideram o problema da inclusão ou exclusão de pessoas com deficiência visual no mundo do trabalho, no contexto soteropolitano. As inferências estabelecidas pelo pesquisador são ensejadas pelo referencial teórico utilizado com ênfase em Bakhtin e Vigotsky, tendo em perspectiva os objetivos e a própria natureza qualitativa da pesquisa.

Considerando a amostragem de apenas 8 pessoas, o referencial teórico e o enfoque qualitativo da investigação, claro está que não pretendo que os dados ou condições observadas sejam generalizados para o universo total de pessoas com deficiência visual na cidade de Salvador. Porém, o estudo se faz relevante não apenas por dar voz aos sujeitos e à reflexão que produzem sobre o tema da inclusão de pessoas com deficiência visual no mundo do trabalho, como também permite que sejam feitas inferências criteriosas que resultarão em apreensão de uma realidade específica e que possibilitarão a compreensão das trajetórias dos trabalhadores com deficiência visual à luz dos depoimentos dos sujeitos entrevistados.

A presente exposição da análise de conteúdo dos depoimentos dos sujeitos compreende três aspectos distintos, porém interrelacionados: *o primeiro* se refere à descrição e à caracterização de quem são os sujeitos da pesquisa quanto à idade, grau de escolaridade, estado civil, profissão e ramo de atividade. *O segundo aspecto* se relaciona às trajetórias desses trabalhadores e sua inclusão no mundo do trabalho, considerando como avaliam e analisam sua qualificação, sua inserção e seu desempenho no mundo do trabalho. *O terceiro aspecto* busca evidenciar que concepções ou discussões são dominantes ou recorrentes nos relatos dos trabalhadores com deficiência visual e que relações são estabelecidas por eles

entre sua trajetória profissional e a deficiência visual, sua cidadania e a discussão sobre o tema da inclusão de pessoas com deficiência visual no meio produtivo em Salvador.

5.1. A CARACTERIZAÇÃO DOS SUJEITOS ENTREVISTADOS

Para demonstrar a caracterização dos sujeitos entrevistados para este trabalho, apresento, a seguir, uma série de tabelas com suas respectivas análises, as quais permitirão uma compreensão sempre panorâmica dos dados coletados e em evidência:

Tabela 1. Caracterização dos sujeitos da pesquisa , segundo o estado civil e o gênero

<i>Estado Civil</i>	<i>Masculino</i>	<i>Feminino</i>	<i>Total</i>
<i>Solteiros</i>	<i>0</i>	<i>2</i>	<i>2</i>
<i>Casados</i>	<i>2</i>	<i>3</i>	<i>5</i>
<i>Viúvos</i>	<i>0</i>	<i>0</i>	<i>0</i>
<i>Divorciados</i>	<i>1</i>	<i>0</i>	<i>1</i>

Observe-se, na *tabela 1*, que o grupo de entrevistados apresenta característica heterogênea em relação ao estado civil e não registra nenhuma pessoa em estado de viuvez, bem como evidencia a maior predominância de casados. Quanto ao gênero, também é evidente que mais da metade dos trabalhadores entrevistados é composta por mulheres.

Tabela 2. Caracterização dos entrevistados por nível de escolaridade e gênero

Nível de escolaridade	Masculino	Feminino	Total
<i>Educação Básica</i>	0	0	0
<i>Fundamental</i>	0	0	0
<i>Médio</i>	2	1	3
<i>Superior</i>	0	1	1
<i>Superior c/ Pós-graduação</i>	1	3	4

A *tabela 2* revela que 62,5% dos entrevistados têm escolaridade em Nível Superior (80% destes com pós-graduação), possuindo 15 anos de estudo ou mais. Esses dados, porém, não refletem a realidade da maioria dos trabalhadores com deficiência visual em Salvador e no restante do Brasil. Os dados do Censo 2000 (IBGE, 2000) indicam que, no Brasil, das 11.435.804 pessoas que se declararam incapazes ou com alguma dificuldade permanente de enxergar, compreendidas na faixa dos 15 aos 64 anos de idade, bem menos de 4% possuem 15 ou mais anos de estudo. Na verdade, entre portadores de todos os tipos de deficiência, apenas 603.218 pessoas têm esse tempo de estudo no Brasil.

Isso, entretanto, não compromete a validade do presente estudo, visto que a perspectiva de análise não pretende uma generalização dos dados observados a partir das características particulares dos sujeitos entrevistados, antes, as principais inferências deste trabalho advêm de como estas pessoas refletem sobre suas trajetórias profissionais e sobre as questões afeitas à sua inclusão no mundo do trabalho. A titulação em nível superior e/ou o tempo de escolarização não fizeram parte dos critérios de seleção dos sujeitos para as entrevistas, mas estes se revelaram como dados relevantes verificados posteriormente no trabalho de campo e na análise do conteúdo das entrevistas e depoimentos.

A *tabela 2* indica também que 80% das mulheres entrevistadas, com deficiência visual, possuem nível superior, enquanto que, em todo o Brasil, entre as 6.698.547 mulheres na faixa etária entre 15 e 64 anos que se declararam deficientes visuais, o percentual é inferior a 2% (incluindo todas as mulheres com algum tipo de deficiência, o total é de 293.626), de acordo com o Censo 2000.

Poderá ser observado na *tabela 3*, a seguir, que os entrevistados apresentam uma titulação bem acima da média estimada, até mesmo em relação à população que não é considerada portadora de qualquer deficiência. Embora, repito, este não tenha sido um critério de seleção dos sujeitos para participação na pesquisa, evidencia a singularidade de cada sujeito com deficiência visual e indica que nenhuma análise envolvendo pessoas, com deficiência ou não, pode ser feita por atacado ou através de rotulação, exacerbando a ênfase na limitação do indivíduo ou pretendendo a padronização de suas características.

Essa rotulação em relação à pessoa com uma deficiência é quase sempre perversa, pois ignora ou oculta, à sombra da lógica da exclusão que a contagiou, as distinções particulares que se deve ter em mente sempre que se fala de pessoas humanas em sua multiforme diversidade.

Tabela 3. Caracterização dos entrevistados por faixa etária, nome, titulação, profissão e condição de emprego

Faixa etária	Nome	Titulação/Nível escolar	Profissão	Condição de Emprego
Até 30 anos	Melissa	Graduada em Ciências Sociais, Pós-graduada em Gestão de Recursos Humanos	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Socióloga ➤ Instrutora de Informática 	Desempregada (voluntária em ONG)
	Adriana	Graduada em Letras Especialização em Teoria da Literatura	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Professora ➤ Secretária 	Secretária de uma ONG (ficou desempregada logo depois da entrevista)
31 a 40 anos	Gessi	Magistério –Ensino Médio	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Professora 	Desempregada
	Jádson	Ensino Médio (Formação Geral)	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Comerciante ➤ Massoterapeuta 	Desempregado
41 a 50 anos	João	Graduado em Pedagogia com especialização em Educação Especial	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Professor 	Professor e Vice-diretor em Centro especializado em DV
	Audair	Graduada em Letras Graduada em Direito Especialização em Educação de Jovens e Adultos	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Professora ➤ Advogada 	Professora em Centro especializado em DV Operadora de atendimento de PABX (empresa de telecomunicação)
Mais de 50 anos	José	Ensino Médio	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Comerciante ➤ Massoterapeuta 	Massagista em clínica e em domicílio
	Marilza	Tecnóloga em Processamento de Dados Licenciada em Filosofia	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Tecnóloga em Processamento de Dados ➤ Analista de Sistemas ➤ Programadora de Computadores ➤ Supervisora de Proc. de Dados 	Atuou em áreas afeitas à sua formação até se aposentar, em 1999, numa empresa pública federal, onde trabalhou por 23 anos (SERPRO)

Essa *tabela 3*, além de revelar a boa formação educacional da maioria dos trabalhadores deficientes visuais entrevistados, demonstra também algumas situações reveladoras da percepção ainda preconceituosa que opera no mundo do trabalho em Salvador em relação à pessoa deficiente visual. Essa inferência se deve às seguintes constatações:

- a) Entre os trabalhadores deficientes visuais que estão empregados, apenas um não está trabalhando em centros especializados em deficiência visual, a metade dos entrevistados não tem emprego e, do contingente de desempregados, mais da metade é do sexo feminino;

- b) Dentre os que trabalham em centro especializado para deficientes visuais, uma trabalha também como operadora de atendimento de PABX, mesmo já tendo feito duas graduações (Letras e Direito) e uma especialização *lato sensu*;
- c) Todas as quatro pessoas entrevistadas nas faixas etárias de 20 a 30 e de 31 a 40 anos estão desempregadas, sendo que duas delas têm formação em nível superior e uma delas nunca teve emprego, mesmo já tendo uma pós-graduação *lato sensu*;
- d) Dois entrevistados estão desempregados há mais de dois anos;
- e) Apenas uma das entrevistadas se aposentou, após atuar e progredir profissionalmente numa empresa de processamento de dados durante 23 anos, chegando ao cargo de supervisora de uma equipe de dezenas de funcionários. Esse exemplo revela que o trabalhador com deficiência visual, quando tem oportunidade, mostra-se capaz de fazer uma trajetória vitoriosa no mundo do trabalho, mas esse caso ainda é exceção entre os deficientes visuais contatados.

Essa entrevistada, hoje aposentada, foi vidente até os 28 anos de idade, quando perdeu a visão totalmente, por causa de um glaucoma congênito, mas sua empresa se adequou para incluir trabalhadores deficientes visuais, permitindo que ela lograsse o êxito profissional e contribuísse para o desenvolvimento da organização.

Tabela 4. Caracterização quanto ao número dos entrevistados pelo ramo de atividade e segmento do mercado em que atuam ou atuaram em sua trajetória profissional

Ramo de Atividade	Mercado Formal	Mercado informal	Total
<i>Comércio</i>	<i>0</i>	<i>1</i>	<i>1</i>
<i>Indústria</i>	<i>0</i>	<i>0</i>	<i>0</i>
<i>Serviços</i>	<i>6</i>	<i>3</i>	<i>9</i>
<i>Outros</i> (Voluntariado, ONG, etc)	<i>0</i>	<i>1</i>	<i>1</i>

Conforme essa *tabela 4*, a soma dos números de trabalhadores dos diversos ramos de atividade e segmentos do mercado (11) é superior ao número de entrevistados (8), tendo em vista que três dos trabalhadores entrevistados atuam ou atuaram, simultaneamente, no mercado formal e no mercado informal e um deles tem sua trajetória profissional vinculada tanto ao ramo de serviços quanto ao de comércio. Além disso, a *tabela 4* demonstra que:

- a) há predominância de trajetórias profissionais no ramo de serviços, seguindo uma tendência mundial observada em anos recentes, sendo este o setor produtivo que mais emprega em todo o mundo.
- b) apenas um dos entrevistados atua no ramo de comércio e mesmo assim está na informalidade;
- c) nenhum dos entrevistados está empregado ou tem sua trajetória relacionada ao ramo industrial.

Tabela 5. Caracterização da auto-avaliação dos entrevistados quanto à sua qualificação para o trabalho, por gênero

Auto-avaliação	Homens	Mulheres	Total
<i>Qualificado</i>	3	4	7
<i>Não-qualificado</i>	0	0	0
<i>Outra resposta</i>	0	1	1

Conforme a *tabela 5*, quase a totalidade dos entrevistados se considera qualificada para o trabalho. A única resposta diferente se encontra entre as mulheres e não representa uma negativa de qualificação, mas um reconhecimento da necessidade de constante aperfeiçoamento. A autora da resposta explica:

“Mais ou menos... porque eu preciso ainda me qualificar mais. Eu tenho habilidades e potencialidades. Mas eu ainda preciso ser mais... é... profissional” (ADRIANA, 29 anos, secretária/professora, desempregada).

Entre os que se consideram qualificados, três salientaram a dificuldade de prática em razão da falta de oportunidade de emprego; uma dessas pessoas afirmou:

Considero-me qualificada. Como eu já lhe falei, eu sou formada em Ciências Sociais, já tenho curso de Inglês, sei informática... Então, assim... eu tenho um aparato teórico que me possibilita estar no mercado. Mas eu não tenho... eu tenho uma certa dificuldade de prática, entendeu? (MELISSA, 26 anos, socióloga, instrutora de informática, desempregada)

Em questão relativa à capacidade profissional, anterior a que motivou as respostas acima, incluí um item que oferecia aos entrevistados a possibilidade de responder sobre sua capacidade para o trabalho. Todos se disseram capazes de exercer uma atividade profissional

e recusaram a idéia de incapacidade para o trabalho pelo fato de serem pessoas com deficiência visual.

Esses dados estão de acordo com o que refere Sasaki (2002) ao tratar do que chama “o novo perfil dos candidatos a emprego”:

Diferentemente do que acontecia no passado, em termos de qualidades pessoais, hoje os candidatos portadores de deficiência apresentam um perfil mais completo. Por exemplo, eles são:

1. Mais escolarizados (inclusive com nível superior).
2. Mais autônomos (com ou sem dispositivos tecnológicos).
3. Mais independentes (pelo uso do poder pessoal para tomar decisões).
4. Mais politizados (com consciência de seus direitos e deveres).
5. Mais informados (sobre a vida social em geral).
6. Mais preparados psicossocialmente (sobre relacionamentos no trabalho).
7. Mais socializados (expostos à experiência de grupos formais e informais).
8. Mais capacitados profissionalmente (em funções específicas).
9. Portadores de deficiências de nível mais severo, seja qual for o tipo de deficiência (física, mental, visual, auditiva ou múltipla) [sic]. (SASSAKI, 2002, p. 76-77).

A qualificação para o trabalho, referida por Sasaki e também apresentada pelos sujeitos entrevistados nesta pesquisa, nos leva à indagação sobre onde essas pessoas teriam recebido formação para o trabalho, como se observa na *tabela 6*.

Tabela 6. Caracterização dos entrevistados quanto ao local de formação para o trabalho

Cursos ou instituições para alunos especiais	Cursos profissionalizantes com colegas videntes	Na própria empresa	Na universidade
5	1	2	1

A soma dos números (9) excede ao de entrevistados (8), porque uma pessoa obteve formação para o trabalho em classes regulares quando ainda era vidente, mas, ao perder a visão, precisou passar por um processo de reabilitação em classes especiais. Neste caso, foram marcadas as duas alternativas mencionadas.

Embora cinco pessoas, dentre os entrevistados, tenham curso superior, apenas um indicou a universidade como seu local de formação para o trabalho, o que parece evidenciar um certo distanciamento da idéia de universidade como local de formação para o trabalho no segmento do qual fazem parte os entrevistados.

Por outro lado, mais da metade dos entrevistados indicaram cursos ou instituições para alunos especiais como locais onde se deu a sua formação profissional, enquanto 2 dos demais trabalhadores indicaram a própria empresa como seu local de formação.

A baixa incidência de trabalhadores deficientes visuais formados em cursos profissionalizantes regulares, ou seja, numa perspectiva inclusiva, me remete à questão da inclusão da pessoa com deficiência visual na escola regular e, por extensão, nos cursos profissionalizantes. Essa questão se insere num contexto mais amplo que diz respeito a todos os tipos de deficiência e ao modo como as pessoas com deficiência visual têm sido tratadas no Brasil e mais especificamente na Bahia e em Salvador.

A respeito de sua educação para o trabalho, uma das entrevistadas nesta pesquisa relatou:

Avalio como sendo excelente... estudei no Colégio Taylor Egídio, em Jaguaquara e isso foi a coisa mais importante que aconteceu na minha vida. Lá eu estudei latim, francês, inglês... tudo no Ginásio. Aprendi valores éticos e lembro muito dos meus professores, principalmente do Prof. Mário Moreira... (MARILZA, 59 anos, aposentada).

Observe que a questão diz respeito à formação para o trabalho, mas a entrevistada fez questão de salientar a importância da escola e da educação oferecida, que lhe permitiram obter uma formação útil para o trabalho e para a vida.

Dados do Ministério da Educação revelam, inclusive, uma involução da matrícula de pessoas com deficiência visual nas escolas brasileiras, no ano de 2000 em relação a 1999. Em 2003, ocorre uma recuperação e o número de matriculados supera o dobro da quantidade verificada em 1996, como se observa na tabela 7.

Tabela 7. Evolução da Matrícula de Alunos com deficiência visual no Brasil, entre 1996 e 2003

	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003
Tipo de deficiência	Número de Alunos	Número de Alunos	Número de Alunos	Número de Alunos	Número de Alunos	Número de Alunos	Número de Alunos	Número de Alunos
Deficiência Visual	8.081	13.875	15.473	18.629	8.019	8.570	9.622	20.521

Fonte: MEC/INEP/SEEC

Apesar destes dados reveladores de que a pessoa com deficiência visual, praticamente, não dispõe de acesso à formação profissional em cursos ou instituições de ensino regular na

cidade de Salvador, ficando dependente das instituições de ensino especializadas e de órgãos de apoio aos deficientes visuais, os entrevistados avaliaram positivamente a formação para o trabalho que receberam, como mostra a *tabela 8*.

Tabela 8. Avaliação dos entrevistados quanto à qualidade da formação que receberam para o trabalho

Fraca/Ruim/Insuficiente	Regular	Boa	Muito boa	Excelente	Não soube avaliar
0	2	1	1	3	1

Na avaliação referida na tabela 8, mais da metade dos entrevistados considerou sua formação para o trabalho entre boa e excelente, e ninguém se avaliou em classificação inferior a *regular*. Há, inclusive, uma predominância da resposta que indica avaliação da formação para o trabalho recebida como *excelente*.

Apesar disso, considero importante relatar o comentário de uma delas sobre a questão do tempo de aprendizagem do deficiente visual que precisa ser considerado em sua formação para o trabalho e também na avaliação do seu desempenho profissional:

(...) Foi suficiente... só que as pessoas ainda não entenderam a questão do tempo, entendeu? As pessoas que coordenam, mesmo as pessoas que trabalham com projetos para deficientes não entendem a questão do tempo: o tempo para o deficiente é diferente.

O tempo de aprendizado, o tempo de execução... é diferente! *Você fazer* um trabalho no computador é diferente de *eu fazer* um trabalho no computador. E isso as pessoas não entendem. Tempo de execução propriamente dito... pra você digitar um texto, formatar esse texto, colocar...

Digamos assim: um texto para empregar no seu Mestrado... são diferenças pra fazer o mesmo trabalho. Embora, em geral, o cego tenha uma digitação muito mais ágil.

Mas a gente tem que ter todo um preparo pra saber entrar nos arquivos, nos menus, não sei o que... entendeu? Essa ponte é que é complicada por que não existem cursos... é uma questão até que eu coloco muito: tem que começar a existir cursos que façam a interação do deficiente visual no meio da mídia em geral, e da informática também, e com os nossos leitores de telas, porque esse é o grande problema... O grande nó é o leitor de tela, que a gente não sabe mexer.

Eu não sabia mexer... Não sei se você já ouviu falar dos leitores de tela que a gente usa: *Jaws*, não sei o quê...?! Eu não sabia, e eu me bato muito. Hoje eu já tenho uma desenvoltura muito maior e melhor, mas ainda tenho muitas deficiências com ele, porque eu não sei... eu não conheço o ambiente Windows. (ADRIANA, 29 anos, secretária, professora, desempregada)

Há um caso em que a entrevistada não soube avaliar a qualidade de sua formação, pois a mesma observou que embora considere boa a sua formação, não a classifica como formação *para o trabalho*:

Olha só... Na verdade, eu não tive educação “*para o trabalho*”, entendeu? Eu fiz uma graduação, eu fiz um curso de inglês, eu fiz um curso de informática, mas isso não foi voltado para o trabalho, entendeu? Então eu não posso nem classificar.”(MELISSA, 26 anos, socióloga, instrutora de informática, desempregada).

Tabela 9. Avaliação dos entrevistados quanto à sua condição de emprego e inclusão profissional

Condição	Incluído	Excluído	Parcialmente incluído
Empregado	4	0	1
Desempregado	0	2	0
Aposentada	1	0	0

A *tabela 9* demonstra que 63% dos entrevistados se consideram incluídos no mundo do trabalho, e todos estes se encontram empregados ou aposentados. Entre os que estão empregados, apenas uma pessoa se considera parcialmente incluída, indicando que, para a maioria destes trabalhadores deficientes visuais, emprego é sinônimo de inclusão. Mas são significativas as ressalvas à natureza desta inclusão, como se observa no depoimento a seguir.

Bem, eu me considero incluída. Embora eu ache que a empresa em que eu trabalho... Eu não me sinto, assim... valorizada naquilo que eu faço. Porque.... eu fiz dois cursos superiores, fiz uma pós-graduação e, no entanto continuo na mesma função há 22 anos. Não houve um progresso, não houve maior atenção porque... simplesmente pelo fato de eu não enxergar. Então é como se eles dissessem: contente-se com o que você tem... que nós já te demos uma oportunidade, não é?
E não é falta de luta ... (AUDAIR, 48 anos, professora, advogada, operadora de PABX).

Essa condição, exposta e vivida pela entrevistada, evidencia que, embora estejam empregados ou trabalhando informalmente, os deficientes visuais podem não estar sendo incluídos de fato no mundo do trabalho, do ponto de vista do reconhecimento de sua cidadania e de sua capacidade profissional.

Adriana, embora estivesse empregada na época da entrevista, afirmou como percebia a sua condição de trabalhadora com deficiência visual:

Parcialmente incluída. Porque... a questão do tempo mesmo... As pessoas ainda estão se adaptando a ter deficiente visual no seu ambiente de trabalho, entendeu?... De modo diferente. Antigamente as pessoas tinham um cego... mas o cego ficava ali, contando biscoitos, empacotando um negocinho, e tal. Hoje o cego está ali... está chefiando empresas; o cego está trabalhando com *softwares* e está lidando mesmo!... Está secretariando uma entidade, como no meu caso. E as pessoas ainda não estão aptas a trabalhar com esse tipo de serviço com o cego, entendeu?! Então... é por isso que eu falo parcialmente incluído. Até que a gente prove que a gente está ali... que as pessoas entendam que nós também estamos dentro, lá... daquele processo..., é difícil. (ADRIANA, 29 anos, secretária/professora, desempregada)

Evidentemente, essas percepções distintas sobre estar ou não incluída no mundo do trabalho, estão relacionadas a diferentes concepções sobre o que significa inclusão social, e conseqüentemente, inclusão no mundo do trabalho. Sasaki afirma que

conceitua-se a inclusão social como o processo pelo qual a sociedade se adapta para poder incluir, em seus sistemas sociais gerais, pessoas com necessidades especiais e, simultaneamente, estas se preparam para assumir seus papéis na sociedade. A inclusão social constitui, então, um processo bilateral no qual as pessoas, ainda excluídas, e a sociedade buscam, em parceria, equacionar problemas, decidir sobre soluções e efetivar a equiparação de oportunidades para todos” (SASSAKI, 2002, p. 41).

É preciso que se diga, reiteradamente, à sociedade contemporânea, pretensamente inclusiva, que a prática da inclusão social, de pessoas com deficiência de qualquer natureza ou tipologia, incluindo sua dimensão relativa ao mundo do trabalho, se firma em princípios tais como a aceitação das diferenças individuais, a valorização de cada pessoa, a convivência dentro da diversidade humana e a aprendizagem através da cooperação (SASSAKI, 2002, p. 41,42).

Esse processo inclusivo vai muito além de oferecer ocupações aos trabalhadores com deficiência visual como se fossem *cidadãos de categoria inferior*, o que já contrariaria, em tese, o contexto vigente, onde também vicejam os discursos de cidadania da sociedade inclusiva nesta nova investida do neoliberalismo capitalista.

Tedesco (2002), ao tratar da redefinição da relação educação e mercado de trabalho, observa, inicialmente, que, no capitalismo tradicional, a formação do cidadão e a formação para o trabalho tinham um grau relativamente alto de dissociação, ao menos do ponto de vista dos conteúdos, para, em seguida, dizer :

Nos novos cenários da produção capitalista intensiva em conhecimentos, ao contrário, a dissociação do ponto de vista do conteúdo das capacidades tende a diminuir e a atividade produtiva reclama um compromisso mais integral. Mas, como contrapartida dessa maior articulação individual em termos de competências e capacidades, produz-se um aumento considerável da distância entre os que trabalham em atividades intensivas em conhecimento e os que atuam nas áreas tradicionais ou, pior ainda, os que são excluídos do trabalho. Segmentação e exclusão são os dois fenômenos sociais mais importantes que acompanham a expansão da economia intensiva em conhecimento (TEDESCO, 2002, p. 52).

É fato que, na sociedade capitalista, a acirrada competição também acaba por legitimar a idéia de que uns devem ser incluídos no meio produtivo em detrimento da exclusão de outros.

Tendo anteriormente já comentado a respeito da centralidade do trabalho como instrumental humano de produção de sua existência, sob um referencial sócio-histórico identificado com o pensamento marxista, e em mente o fato de que esta pesquisa se dá em marcos do capitalismo contemporâneo, implica-me reportar agora que a ocorrência da exclusão do trabalhador equivale também à ocorrência da exclusão da pessoa como útil à sociedade, haja vista que só é possível, ao modo de produção capitalista, uma concepção do sujeito trabalhador com deficiência visual dentro dos paradigmas do mundo do trabalho capitalista.

No modo de produção capitalista, a idéia de concorrência é acirrada e até mesmo incentivada. Exigem-se cada vez mais competências para uma melhor colocação no mercado de trabalho. E a idéia de mercado de trabalho é tão proeminente quanto aparentemente indecifrável, já quem no mais das vezes, é usada para se referir a qualquer relação onde estejam implicadas a venda da força de trabalho e a produção de mercadorias de troca por uns e sua apropriação e consumo da produção por outros. Estes últimos são os que ditam as suas normas e dizem que “manda quem pode e obedece quem tem juízo”.

É certo que o trabalho engendra a vida social e esta o determina, pois, para transformar a natureza, foram constituídas entre os homens as relações de produção, que mudam no tempo e no espaço, assim como os meios e os modos de produção que adquirem historicamente outras conotações.

A produção de bens refere-se ao próprio modo de vida em uma determinada sociedade e em um determinado momento histórico, e isso não se resume à produção e reprodução das condições materiais de existência, mas também às condições espirituais.

Desta maneira, a ação que modifica a natureza não se limita à produção de bens materiais, mas a condições que permitam os relacionamentos dos homens entre si e com a própria natureza.

O sujeito ocupa seu lugar no social através da profissão que desempenha ou diante da exclusão profissional que lhe é imposta, pois a ela se agregam valores. Não trabalhar é abdicar do progresso pessoal e social.

BOHOSLAVSKY (1998) afirma que a identidade ocupacional está diretamente relacionada à pessoal, e que definir o que fazer agora ou futuramente é decidir sobre o que se é ou se poderá vir a ser, e também o que não será, pois, quando se escolhe algo, deixa-se de escolher todas as demais opções ou por elas é preterido, como se dá na exclusão da pessoa com deficiência visual

Ser ou *não ser incluído* tem também uma relação direta com *o ser ou não ser bem sucedido* e o modo como se pensa o *ser bem-sucedido* ou o *ser exitoso* no mundo do capital.

Ser bem-sucedido em uma sociedade capitalista significa ter acesso aos bens de consumo, ser alguém respeitado pelo que possui de bens materiais e o fracasso, nesse contexto, é exatamente o seu contrário: não ter acesso e não possuir os mesmos bens, e ainda viver sob a perene ameaça de nunca vir a ser ninguém na vida, dentro de dada lógica econômica.

A aspiração ao sucesso não é somente uma questão de pressão social, mas se torna uma busca do próprio sujeito, que dela se ressent, em uma sociedade cujos valores predominantes se relacionam ao poder financeiro. Portanto, esta pressão da sociedade vai se cristalizar em um sintoma específico, de acordo com a singularidade de cada um.

Se o sujeito não está profissionalmente incluído, provém de um meio sociocultural desfavorecido, seu investimento cultural é limitado, o problema tende a se acentuar. Ainda é mais agravante se o sujeito é portador de deficiências, sem atrativo físico ou pobre. Os efeitos da exclusão social geram a sensação de fracasso e se manifestam sob a forma de desrezos, humilhações e rejeições sociais.

Um aspecto diretamente relacionado a sentir-se ou não incluído, desempenhando bem ou sendo obrigado a mudar de profissão na busca de êxito profissional, é revelado ao se observar a caracterização dos entrevistados em relação às profissões exercidas em sua trajetória profissional, antes e depois da cegueira. Também é importante notar a causa da

deficiência e a idade que cada sujeito tinha quando se deu a perda da sua capacidade visual; isso é observável na tabela 10.

Tabela 10. Caracterização dos entrevistados em relação aos nomes, profissões exercidas em sua trajetória profissional antes e depois da cegueira, idade e causa do indivíduo quando se deu a perda visual

Nomes	Profissões exercidas		Idade e causa da perda visual
	<i>Antes da cegueira</i>	<i>Depois da cegueira</i>	
<i>Adriana</i>	Nenhuma	Professora, secretária	14/15 anos, por glaucoma congênito
<i>Audair</i>	Nenhuma	Operadora de PABX, professora, advogada	8 anos, glaucoma congênito
<i>Gessi</i>	Nenhuma	Professora e massoterapeuta	Toxoplasmose no ventre materno (baixa visão)
<i>Jádson</i>	comerciante, proprietário de oficina mecânica de automóveis,	massoterapeuta	25 anos, causada por má formação do nervo ótico que progrediu para glaucoma neo-vascular com descolamento de retina.
<i>João</i>	Nenhuma	Professor e vice-diretor de centro especializado	De nascença, glaucoma congênito
<i>José</i>	Comerciário	Vendedor de seguros, vendedor de esquadrias de alumínio, vendedor de produtos de limpeza em geral, massoterapeuta	Aos 12 anos perdeu a visão do olho direito e aos 23 anos, a visão do olho esquerdo por deslocamento de retina e hemorragia interna
<i>Marilza</i>	Auxiliar de contabilista, fiscal da Campanha Contra a Febre Aftosa do Ministério da Agricultura	Estagiária processamento de dados, programadora de computadores	28 anos, glaucoma congênito
<i>Melissa</i>	Nenhuma	Instrutora de informática, voluntária em ONG	15 anos, glaucoma congênito.

A *tabela 10* permite que se observe que a trajetória dos trabalhadores entrevistados, com deficiência visual, é heterogênea. Isso se deve ao fato de que 5 dentre os entrevistados foram acometidos de deficiência visual antes que alcançassem uma idade de inserção no mundo do trabalho. Dois deles têm deficiência visual desde o nascimento e três se tornaram deficientes visuais ainda na adolescência.

Nos demais, se observa uma breve trajetória no mundo do trabalho, posto que suas deficiências visuais atingiram níveis limitantes para o exercício profissional antes que os mesmos completassem trinta anos de idade.

Nessa tabela 10, pode-se notar que, após a perda de visão, todos os três trabalhadores que já exerciam atividade profissional tiveram que mudar de profissão e até mesmo de ramo de atividade. Observa-se também que todos se direcionaram para o ramo de prestação de serviços.

Suas trajetórias revelam não apenas a necessidade de adaptação que a deficiência visual impõe ao trabalhador, como também a dificuldade que os trabalhadores que são acometidos por ela, em suas diversas formas, enfrentam para que os empregadores entendam que todo um conhecimento adquirido não se esvai com a perda visual, transformando o trabalhador deficiente visual em uma pessoa desqualificada para o exercício profissional.

À luz dos exemplos observados entre os entrevistados, fica patente que a perda ou redução significativa da visão obriga o trabalhador a uma necessidade que não deveria ser naturalizada: a de mudar subitamente de profissão. Esse é um processo penoso que, entre outras coisas, irá deixá-lo fora do meio produtivo por um longo período, ocasionará uma defasagem do seu conhecimento na profissão anterior em que atuava, devido aos ágeis processos de evolução tecnológica, típica do mundo do trabalho contemporâneo e, por fim, o conduzirá ao desemprego ou ao não-aproveitamento adequado de sua mão-de-obra.

Este é um problema para o qual os governantes devem atentar. Não apenas pelo fato de alijar do processo produtivo um trabalhador que se supõe competente e qualificado para o exercício profissional, contrariando a legislação que visa a sua inclusão, mas também, mercê da reivindicação da pessoa com deficiência, irá implicar em ônus para o Estado.

Ressalte-se que o Estado terá que assistir ao trabalhador com os benefícios que lhe são devidos até que o mesmo possa voltar ao exercício de uma profissão no mundo do trabalho formal. E é bom lembrar que muitos jamais retornarão e ficarão sob a tutela do Estado durante toda a sua vida. Isso sem contar o prejuízo para as carreiras dos trabalhadores, antes em pleno andamento, e para sua realidade socioeconômica, abruptamente modificada para pior com a perda de um posto de trabalho.

A tabela 10 apresenta a exceção de uma trabalhadora que, apesar de mudar de profissão, conseguiu dar seguimento à sua atuação no mundo do trabalho de modo formal, sem uma expressiva solução de continuidade, depois de perder a visão. Para ela foram feitas

as adaptações necessárias na empresa em que trabalhava, permitindo que continuasse atuando até a aposentaria. Isso é algo que, infelizmente, não acontece com a maioria dos trabalhadores com deficiência visual.

A mesma tabela 10 demonstra, ainda, que a trajetória dos trabalhadores entrevistados tende a ser complicada também pelo fato de que, quando não encontram vagas de trabalho em ONGs ou centros especializados para deficientes visuais, os trabalhadores com deficiência visual são obrigados a enveredarem pela aprendizagem de profissões manuais ou de complexidade leve, ou são subalternizados em empresas que não lhes reconhece, via de regra, o valor profissional.

A exclusão é uma máquina geradora do empobrecimento e da dependência desses trabalhadores. Ora são dependentes dos benefícios sociais (LOAS), ora são dependentes de familiares. Tal condição permite dizer que o trabalhador com deficiência visual, no contexto atual de Salvador, é um cidadão com elevada probabilidade de pauperização, a depender das oportunidades de inserção no mundo do trabalho que vem tendo, mesmo que já tenha uma profissão quando da perda visual.

Assim, a trajetória da pessoa com deficiência visual está comprometida por práticas e circunstâncias excludentes, que geram uma compreensão de sua deficiência no mundo do trabalho a partir da *ausência da visão*, e não a partir de suas potencialidades profissionais. Está comprometida também pelo pouco investimento em adaptações para receber trabalhadores com deficiência visual no meio produtivo em Salvador e ainda pelo não reconhecimento da capacidade dos trabalhadores com deficiência visual de se adaptarem e realizarem suas tarefas profissionais a contento.

Os depoimentos dos entrevistados revelam que a pressão pelo desempenho em grau quantitativo e a comparação do rendimento da pessoa com deficiência visual com os profissionais ditos normais são causas de grandes dificuldades para as pessoas com deficiência permanecerem atuando no meio produtivo de forma satisfatória.

Associado a esse problema, com exceção da entrevistada que se encontra aposentada e dos que atuam em centros especializados, os trabalhadores com deficiência visual, entrevistados neste estudo, não revelaram ter conhecido, ao longo de suas trajetórias profissionais, programas dentro de suas empresas com a finalidade específica de adaptação do ambiente ou do processo produtivo a fim de facilitar a inclusão, a atuação e a construção de uma trajetória profissional exitosa das pessoas com deficiência visual.

Fica evidente, na tabela 10, que a maior causa observada de deficiência visual entre os sujeitos da pesquisa é o glaucoma congênito, que atinge cerca de 65% dos entrevistados. Considerando que um dos trabalhadores entrevistados teve sua perda de visão causada por má formação do nervo ótico que progrediu para glaucoma neovascular, pode-se mesmo concluir que o glaucoma é a causa da deficiência visual de 80% dos entrevistados.

Devido à sua alta incidência como causa de deficiência visual, tanto entre os entrevistados quanto na maioria dos portadores de deficiência em geral, convém explicar, brevemente e em linhas gerais, do que se trata e como perceber os sintomas do glaucoma.

O glaucoma é uma doença que tem como característica principal a perda progressiva do campo visual, associada com atrofia também progressiva do nervo óptico. Esses sinais podem estar ou não associados com um aumento da pressão intra-ocular. Além disso, o paciente pode ou não referir dor ocular. Quando não há dor ocular, a maioria dos pacientes só percebe que há alguma coisa errada com sua visão quando a doença já está avançada.

São várias as causas do glaucoma, mas as mais comuns são aquelas onde existe um aumento na produção do humor aquoso ou uma dificuldade no seu escoamento. Dependendo da causa e do estágio em que a doença é detectada, o tratamento pode ser feito com remédios, laser ou cirurgia.

Apesar da gravidade do glaucoma e de todas as seqüelas que essa e outras moléstias podem deixar no corpo físico da pessoa com deficiência visual, os depoimentos dos sujeitos entrevistados exprimem que nada é mais pernicioso para a vida profissional dos trabalhadores com deficiências visuais do que a verificação de que uma série de outros fatores, de natureza social, concorre para sua predominante exclusão no mundo do trabalho.

As vozes dos entrevistados, apresentadas a seguir, podem denotar a reflexão realizada por eles em seus depoimentos, especialmente se considerados à luz do referencial teórico e da análise sociocultural empregada neste trabalho.

5.2. AS VOZES DOS SUJEITOS EM SEUS DEPOIMENTOS

As declarações já citadas em comentários anteriores referentes a dados e tabelas dão relevo a um aspecto importante deste trabalho: o de perceber como se apresentam as vozes dos sujeitos em seus depoimentos ao longo das entrevistas que concederam. Essa percepção de vozes aparece neste trabalho sempre sob o já mencionado referencial teórico.

Cabe, entretanto, explicitar aqui que a noção de voz para Bakhtin vai além de uma explicação dos sinais auditivo-vocais. Sua explicação da consciência falante é extensa e se aplica tanto à comunicação oral como à escrita e engloba questões mais amplas da perspectiva do sujeito que fala, seu horizonte conceitual, sua intenção e sua visão do mundo.

Para Bakhtin, as vozes existem sempre em um ambiente social e não existe uma voz totalmente isolada de outras vozes. Em sua análise do significado das enunciações, ele o concebeu como um processo ativo e insistiu que uma enunciação só pode existir se é produzida por uma voz. Ao mesmo tempo, só existe significação no enunciado quando duas ou mais vozes se encontram, ou seja, quando a voz de um ouvinte responde à voz de um falante (BAKHTIN, 2002, p.131-132).

Para cada palavra da enunciação que estamos em processo de compreender, fazemos corresponder uma série de palavras nossas como resposta. Quanto maior seja seu número e sua importância, mais profunda e real deverá ser a nossa compreensão. (...) compreender é opor à palavra do locutor [falante] uma *contrapalavra* [entendendo-se ‘contrapalavra’ como uma palavra alternativa do repertório do ouvinte] (BAKHTIN, 2002, p. 132)

Cada voz dirige-se a uma outra, e essa direcionalidade ou responsabilidade (ou ainda responsabilidade)⁸ reflete o interesse de Bakhtin pelo construto teórico mais básico de seu enfoque nos estudos da filosofia da linguagem: *a dialogicidade*.

A dialogicidade em Bakhtin é um conceito muito geral e seus princípios abarcam desde a relação entre as vozes do autor e do personagem no discurso novelístico, a natureza da interação entre o analista e o analisado, em psicanálise, e a história das vozes na fala indireta. Para Bakhtin, o dialogismo primordial do discurso se dá à medida que os enunciados concretos de um falante se põem em contato com os enunciados de outro, ou se ‘*interanimam*’ (cf. WERTSCH,1993, p. 74). Uma forma dessa *interanimação [ou interação] dialógica* é a comunicação verbal direta face a face, entre as pessoas, mas o diálogo se processa, não apenas nessas circunstâncias, e sim em toda comunicação verbal falada, escrita ou de qualquer tipo possível.

⁸ Na tradução do inglês “answerability”, Tezza (2003) prefere a palavra *responsabilidade* em vez de *responsabilidade*, alegando que seu uso corrente em português conserva etimologicamente a idéia de “resposta”, num sentido mais amplo e concreto, moralmente enraizado, mantendo-se, portanto, fiel à idéia fundamental do termo bakhtiniano. Considero que *responsabilidade* confere à expressão um sentido mais específico, portando mais adequado, porém não julgo que isso tenha relevância maior que a que expõe essa nota para compreender-se o pensamento de Bakhtin.

Cabe considerar também, agora, que Bakhtin recomenda cuidados no trato com o discurso de outrem e lembra que

o discurso citado é o *discurso no discurso, a enunciação na enunciação*, mas é, ao mesmo tempo, um *discurso sobre o discurso, uma enunciação sobre a enunciação* (...) Ainda mais, a enunciação citada tratada apenas como um tema do discurso, só pode ser caracterizada superficialmente. Para penetrar completamente no seu conteúdo, é indispensável integrá-lo na construção do discurso. Se nos limitarmos ao tratamento do discurso citado em termos temáticos, poderemos responder às questões “Como” e “De que falava Fulano?”, mas “O que dizia ele?” só pode ser descoberto através da transmissão de suas palavras, mesmo que só soube a forma de discurso indireto (BAKHTIN, 2002, p. 144).

É importante atentar para o dado de que o sentido da palavra é totalmente determinado pelo seu contexto e que há, de fato, tantas significações possíveis quantos contextos possíveis. (BAKHTIN, 2002, p. 106)

A análise das vozes das pessoas com deficiência visual deve atentar também para o fato de que toda expressão comporta duas faces: o conteúdo que lhe é interior e sua objetivação exterior para outrem ou também para si mesmo (*op. cit.*, p. 144), não estando livre de equívocos em sua compreensão nesse processo de interação verbal.

Tendo esses princípios ao alcance da memória, é que proponho a consideração das vozes, enunciações e diálogos possíveis com os interlocutores entrevistados neste trabalho.

5.2.1. Vozes que refletem um mundo concreto de primazia da visão

Na fala de Melissa e em outros depoimentos, também afloram vozes de um mundo que não se refere à especificidade de sua realidade visual particular, fazendo brotar um discurso típico do vidente na enunciação de um chamado que pode ser revelador de que seu depoimento se dá na certeza de estar em permanente diálogo com um mundo feito para quem enxerga: “*Olha só... Na verdade, eu não tive educação ‘para o trabalho’, entendeu?*” (MELISSA, 26 anos, socióloga, instrutora de informática, desempregada)

“*Olha só...*”. Seria uma expressão corriqueira e mereceria pouca atenção se não estivesse sendo dita por uma pessoa cega total, no contexto de uma entrevista para uma pesquisa sobre deficiência visual.

Essa expressão ganha proeminência em um contexto de deficiência visual, à luz do referencial teórico já explicitado. Esse referencial, que tem a palavra como o material privilegiado da comunicação na vida cotidiana e que admite que é nesse domínio que a conversação e suas formas discursivas se situam de fato (BAKHTIN, 2002, p. 37), também tem a palavra como fenômeno ideológico por excelência, modo mais puro da relação social (Op. cit. p. 36).

Neste caso, a pessoa com deficiência visual remete o interlocutor a considerar que o contexto em que se situa ainda é o que concede à visão uma primazia, como estruturante da compreensão de si mesma e do mundo ao seu redor: *um mundo visual*.

Isso não significa a negação, pela entrevistada, de sua condição de deficiente visual, antes, revela o seu esforço e sua capacidade de adaptar a sua fala à realidade visual que lhe é exterior e que se manifesta na linguagem comum dos videntes.

Masini (1994), ao tratar do modo como se percebe e se relaciona a pessoa com deficiência visual, também destaca a linguagem como um objeto cultural que tem um papel importante na relação com o outro, e afirma:

Na experiência do diálogo entre um ser e o outro, é constituído um terreno comum, um único tecido – ambos colaboradores numa reciprocidade onde as perspectivas de um deslizam na do outro e coexistem num mesmo mundo. No diálogo cada um libera os pensamentos do outro, trazendo nova dimensão a esse pensamento. A objeção clareia e traz ângulos que o próprio indivíduo não sabia possuir. (...) Comunico-me com o D.V. e leio nele o significado do gesto, do comportamento, do que diz, mas sua experiência me é inacessível, porque eu não sou o D.V. O fato, porém, de não ser ele e de não poder viver como ele, não elimina o estar no mesmo mundo físico e cultural, percebendo-o de diferentes maneiras.” (MASINI, 1994, p. 88-89).

Na seqüência do pensamento onde pretende expor como se dá o diálogo entre o “eu e o outro” em meio à deficiência visual, invocando conceitos associados também à fenomenologia de Merleau-Ponty, Masini lembra que, mesmo no diálogo, há meandros de incompreensão: o que escapa, o desencontro, reiterando que isso faz parte do viver com o outro.

A respeito do significado diferente que o olhar adquire num outro que dele está privado, devo destacar que

no caso do D.V., por exemplo, o significado do olhar para ele se faz pela ausência, por estar num mundo onde o olhar está presente. A importância da visão é da experiência do vidente e se faz pelo convívio com ele, onde a comunicação é predominantemente fundada no visual. Nesta situação, a

identidade do D.V. é a ausência da visão, ao invés de ser a presença dos sentidos de que dispõe. Assim, o não vidente (ou portador de deficiência visual) pode transformar-se em objeto, pois a presença do outro é tão marcante que o rouba da sua própria. Se a comunicação se estabelece a partir do visual, não se poderá saber do D.V. daquilo que lhe é próprio. O que se terá acesso é a seu comportamento e ao que ele diz do mundo, adquirido do vidente. (MASINI, 1994, p. 89)

Está claro, pois, que o sujeito deficiente visual revela ter internalizado o modo de pensar do vidente com que se relaciona, interage e de quem toma emprestadas as falas em movimento contínuo de resignificação, resultando na evidência da palavra como o signo ideológico por excelência que media todas as situações, transitando no universo da linguagem e da formação do pensamento.

5.2.2. Vozes que se reconhecem como gritos contra a exclusão

Os depoimentos revelaram que, embora todas as pessoas entrevistadas apresentem qualificação para o trabalho e desenvolvam algum tipo de atividade laborativa, mesmo quando desempregadas, algumas se consideram excluídas do mundo do trabalho.

Audair, por exemplo, faz ressalvas que denunciam circunstâncias e ações discriminatórias mesmo quando se diz ou admite estar havendo a inclusão do deficiente visual nas empresas:

Todas as pessoas que tem a minha qualificação não estão onde eu estou, é isso que eu estou querendo salientar. É que se não houvesse a deficiência, certamente eu não estaria exercendo a função que eu exerço hoje que é a de operadora de atendimento. Eu estaria exercendo... talvez tivesse no meu departamento jurídico, não é? Ou tem outra função que fosse compatível com a formação que eu tenho. (AUDAIR, professora, advogada, trabalhando como operadora de PABX).

Não fosse o preconceito e a negligência quanto à formação de Audair e ela, provavelmente, jamais estaria ocupando a função que exerce na empresa onde está empregada, visto que possui qualificação que transcende à que se exige para ser uma operadora de PABX.(telefonista).

A mesma entrevistada também alega ter sido vítima do preconceito que gera a exclusão de trabalhadores com deficiência visual em Salvador ao considerar o modo como chegou ao cargo de professora numa instituição especializada para deficientes visuais:

E quanto ao Estado, eu também lamento. Porque eles só vêm a gente trabalhando numa escola especial; eles não vêm a gente trabalhando numa escola comum; trabalhando com pessoas videntes, entendeu. Eu quando passei no concurso... há três anos... e só depois de três anos foi que eu consegui trabalhar numa escola. E no CAP, que é uma escola especial. Simplesmente porque eles alegaram que não podia trabalhar numa escola comum. E como eu já trabalhava durante o dia, só tinha o Instituto de Cegos da Bahia que só funciona em horário comercial... só me restava o CAP... e no CAP não tinha vaga. Só depois de muita insistência, só depois de muito trabalho foi que eu vim trabalhar depois disso... Embora eu tenha passado em 13º lugar, portanto, uma ótima colocação, fiquei esperando quase três anos... Enquanto pessoas com classificação muito distante vieram a trabalhar antes de mim. (AUDAIR, 48 anos, professora, advogada, operadora de PABX)

A análise do conteúdo dos depoimentos revelou que as pessoas entrevistadas viram, neste trabalho, uma oportunidade de bradar contra a exclusão que lhes agride na sociedade em que estão vivendo.

Indagada sobre a importância de trabalhos de pesquisa como este para a construção de um conhecimento sobre a realidade da pessoa com deficiência visual, sua trajetória e inclusão no mundo do trabalho, bem como a valorização do seu próprio discurso sobre o tema, uma das entrevistadas declarou:

Eu acho uma iniciativa muito boa, porque não deixa de ser uma... um grito, não é? Um grito... um apelo para que haja sensibilidade dos Órgãos... eu acho que é muito válido por isso. De qualquer forma, esse trabalho seu, muitas pessoas vão ter acesso, entendeu. Então já é uma maneira de chamar a atenção pra isso. De se alertar para as dificuldades, e essa pesquisa é feita justamente com as pessoas que estão precisando... Você está fazendo um levantamento das dificuldades, entendeu, dos empecilhos que ocorrem para que o deficiente ingresse no mundo do trabalho. (AUDAIR, 48 anos, professora, advogada, operadora de PABX)

Quando consideram o modo como a questão da deficiência vem sendo discutida por pesquisadores, técnicos e governantes, uma entrevistada salienta:

Eu acho ainda muito paternalista, por que as pessoas ainda estão olhando a deficiência como se fosse assim. Coitadinho... com todo o esforço para não ver como coitadinho, eles ainda vêm como coitadinho. Mesmo inconscientemente. E a gente não é coitado de nada... entendeu? Eu acho que tem um resultado. Eu acho que só o fato de você estar inquietando a academia, de você estar levando essa discussão pra academia, é muito

construtivo. Isso é muito positivo. (ADRIANA, 29 anos, secretária/ graduada em Letras, desempregada)

Os sujeitos entrevistados reconhecem a importância da legislação para a inclusão do trabalhador com deficiência no mercado de trabalho, através do sistema preconizado na lei de cotas, mas questionam a sua prática. Sobre a importância da lei de cotas e a mediação para a colocação nos postos de trabalho, alguns declaram:

“Isso aí, eu acho que só tem pela lei, não é? Porque isso não existe...” (GESSI, 31 anos, professora/massoterapeuta, desempregada).

“Isso aí só está no papel...porque não é cumprida. Essa legislação é só mesmo na teoria”(JÁDSON, 33 anos, comerciante, massoterapeuta, desempregado).

GESSI acrescenta uma experiência pessoal como trabalhadora, que revela não só o descumprimento da legislação, quanto o preconceito intervindo para a exclusão do deficiente visual no mercado de trabalho em Salvador:

Eu estava trabalhando no Abrigo... Não fizeram as adaptações necessárias... Ai com quinze dias eles me disseram que eu não poderia ficar lá mais...E o mais curioso é que eu estava cumprindo a Lei de cotas naquela empresa que varia de 2% a 5% conforme a quantidade de empregados da empresa. (GESSI, 31 anos, professora)

As observações destes entrevistados exprimem o que também está na mídia, à época do fechamento desta pesquisa. O site <http://www.saci.org.br> publicou notícia com comentário de Taís Bahov (8/09/2004), no qual destaca a distância entre a legislação e sua prática.

A autora menciona que, em relatório divulgado recentemente pela Organização das Nações Unidas (ONU), o Brasil é apresentado como país com legislação mais avançada da América para pessoas com deficiências, seguido pelos Estados Unidos e pelo Canadá. Entretanto, estudiosos do meio alertam para o fato de haver uma grande distância entre a legislação e o dia-a-dia dos deficientes.

"O Brasil estar em primeiro lugar não significa, necessariamente, que a qualidade de vida de um deficiente aqui seja melhor do que nos Estados Unidos, por exemplo", pondera Ana Maria Barbosa, funcionária da Rede Saci.

Seguindo essa mesma tendência, comenta Audair, se reportando à necessidade de emancipação da pessoa com deficiência para bradar ou simplesmente agir contra a exclusão:

Sim. Não adianta você criar leis e não preparar a clientela pra que ela possa ser beneficiada com essas leis. E não adianta também você criar leis e não cumpri-las. Se o Estado faz essas leis, ele tem que oferecer as condições para que as pessoas que são beneficiadas... que deveriam ser beneficiadas com essas leis possam ser beneficiadas de uma maneira perfeita, qualitativa mesmo. Porque não adianta você ter leis e chegar lá fora as pessoas não desempenharem bem as suas funções, porque não têm qualificação. Acho que tem que haver a criação das leis, a qualificação, a boa vontade... e o cumprimento dessas leis.” (AUDAIR, 48 anos, professora, advogada, operadora de PABX)

O referido documento apresentado na ONU foi baseado unicamente na legislação e não analisou as condições de acessibilidade para um deficiente em edifícios e meios de transporte no Brasil..

Para Maria Elisabete Lopes, arquiteta do programa USP Legal, em São Paulo, outro grande problema brasileiro é o fato das leis não seguirem critérios técnicos adequados. Segundo ela, a adaptação dos prédios na universidade acontece, em alguns casos, para atender a uma necessidade específica, geralmente um usuário do prédio que precisa de acessos especiais e então é feita a adaptação. O problema, nestes casos, é que a reforma acaba saindo mais cara do que se as adaptações fossem feitas já na construção do edifício e nem sempre as mudanças servem para todos os tipos de deficiência.

Neste ponto, considero importante salientar que fazer Mestrado em Educação Inclusiva no prédio da Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia, sem nenhum demérito quanto à excelência do curso, chega a soar irônico, pois o edifício não possui qualquer adaptação para pessoas com deficiências, inclusive visual, o que chega às raias do absurdo.

O artigo citado ainda expõe uma outra face do problema, que é a tentativa de resolver o problema do não cumprimento legal através de medidas pontuais:

"Já vi casos em que uma escola construiu uma rampa especialmente para um aluno deficiente. Depois de um tempo uma outra aluna sofreu um acidente e ficou paraplégica, mas ela não conseguia usar a rampa construída na escola, que era muito íngreme e exigia maior força nos braços do que ela era capaz de suportar" (LOPES, 2004, *apud* BAHOV, 2004, www.saci.org.br)

Segundo Lopes (2004), o custo de adaptação de um edifício em fase de construção é de 1% de acréscimo no valor da obra. Com o prédio já pronto, a despesa com reforma sairia em torno de 3% do valor da obra pronta (BAHOV, *Op. cit.*).

O texto ainda apresenta uma importante indagação: **Mas se a lei existe, por que ela não é cumprida?**

Para Cláudia Regina Pires, do programa USP Legal, falta fiscalização por parte do governo. Já Maria Elisabete Lopes, a arquiteta, defende que é preciso mudar a cultura da sociedade, que acredita que "deficiente tem de ficar em casa". Segundo ela, algumas leis são apenas normativas, indicam o que deve ser feito, mas não propõem punição para o caso de não serem cumpridas. "Quando se estabeleceu multa para estabelecimentos comerciais que não oferecessem vagas especiais para deficientes, todas as grandes redes trataram de fazer a adaptação rapidamente", afirma a arquiteta.

O artigo de Bahov lembra que, mesmo nos casos em que a lei não prevê punição, é possível entrar com ação no Ministério Público, denunciando irregularidades nas instalações e obrigando os edifícios a se adaptarem para deficientes.

Este tipo de ação funciona muito bem na relação dos deficientes com universidades, por exemplo, mas não é muito efetivo quando se trata de obrigar as empresas empregadoras a mudarem suas instalações. "Já houve o caso de uma pessoa que passou em concurso público, mas, antes dela, foram chamados candidatos com notas menores do que as dela para preencher as vagas. Esta pessoa poderia fazer uma denúncia no Ministério Público, mas ela preferiu o silêncio a enfrentar uma ação judicial contra a empresa que a empregava", conta Ana Maria.

Outro fator que encarece e dificulta a adaptação dos edifícios e transportes é exatamente a diversidade de deficiências e de detalhes para oferecer a acessibilidade correta. Ana Maria e Elisabete concordam que, quando se fala em deficientes, é preciso pensar em pessoas com deficiência visual, auditiva, de locomoção e até algum tipo de distúrbio cerebral. Cada um destes casos tem necessidades específicas e é difícil pensar na adaptação de forma geral e indistinta. Segundo a arquiteta, existem muitos detalhes técnicos específicos para cada caso, desconhecidos pela maioria da população, o que acaba dificultando a adaptação das instalações. (BAHOV, 2004, www.saci.org.br)

A maioria dos que discutem o problema da inclusão relacionado à prática da lei, aponta o preconceito e o desconhecimento como as principais causas do problema e refletem, em declarações, que a maioria das pessoas associam à pessoa que possui uma deficiência um conjunto de deficiências .

Para muitos, não se trata de preconceito, e sim de desconhecimento, pois acreditam que as pessoas não sabem como tratar um deficiente. Adriana parece corroborar com esse pensamento ao avaliar a sua própria experiência como trabalhadora:

Eu sinto muita surpresa. Não é discriminação; é surpresa. Porque eu lido muito com as pessoas pelo telefone, não é?... Telefone, e-mail, essas coisas, não é... Então quando essas pessoas chegam lá... é... por exemplo: quando as pessoas ligam querendo saber onde é a ...[ONG], então eu pergunto assim: sabe onde é o quartel ... quando você estiver de frente para o quartel a [ONG] vai estar do seu lado... Aí a pessoa chega lá. Quando chega lá e pergunta “mas quem é Adriana?” – Eu digo: sou eu... Ah! Foi você que falou comigo?! As pessoas ficam surpresas... Mas discriminação, não. Não sei se é por que também eu trabalho num ramo que já é com deficiente também e com... e sobretudo com pessoas que já estão, não é?... excluídas... Então... não sei se é por isso... mas eu nunca me senti discriminada, não. (ADRIANA, 29 anos, secretária/professora, desempregada).

O comentário final de Adriana revela que a entrevistada, no fundo, reconhece que a ausência de discriminação em sua experiência de trabalho parece ter relação direta com o fato de que as pessoas com as quais lidas já se sentem ou são excluídas: *“Não sei se é por que também eu trabalho num ramo que já é com deficiente também e com... e sobretudo com pessoas que já estão, não é... excluídas...? Então... não sei se é.”*

5.2.3. Vozes que se alimentam das expectativas de inclusão

Nos depoimentos dos trabalhadores entrevistados, posso notar a expectativa que alimentam de verem solucionados os problemas que os obrigam às condições desfavoráveis a que estão submetidos no mundo do trabalho:

Eu acho que é necessária uma reforma, uma reforma interior, onde o ser humano olhe para um irmão ao lado como um igual, com as mesmas oportunidades... E aqueles que mais têm ofereçam condições àqueles menos favorecidos para que estes também tenham condições de chegar, de vencer, de se estabelecer, ser um cidadão, uma pessoa... Eu não concordo com o sistema de cotas... parece uma coisa totalmente egoísta e justamente o meu pensamento é de união, na qual realmente melhore o ensino público, melhore as condições de trabalho, melhore a participação das pessoas na sociedade, para que haja uma melhor divisão de renda e com isso há crescimento, não só do ser humano, o crescimento do país da sociedade, uma evolução”. (JOSÉ, comerciante e massoterapeuta)

Apesar das dificuldades experimentadas em suas trajetórias profissionais, os depoimentos dos trabalhadores com deficiência visual parecem indicar claramente uma expectativa comum de inclusão:

Acho que deficiente visual não vai ser uma pessoa que vai sempre querer ser o coitadinho. Eu acho que deficiente visual deve ser tratado como cidadão comum. Tem que ser respeitado pela sociedade e tem que ser dadas a ele as oportunidades.

Todo cidadão deseja ter um dia sua casa, sua família, sua vida normal, eu acho que essa expectativa gira em torno de todo cidadão e não só do deficiente visual. (JOÃO, 43 anos, professor)

As expectativas de inclusão, porém, não ignoram as dificuldades que ainda terão que ser superadas para que se dê a desejada inclusão destes trabalhadores no mundo do trabalho.

Melissa, por exemplo, ao responder sobre as maiores dificuldades que o deficiente visual enfrenta no mundo do trabalho, salienta que, no contexto da sociedade que ainda resiste à inclusão, há problemas de qualificação e de desemprego. Se, por um lado, estes problemas não podem ser ignorados, por outro lado, não devem ocultar expectativas positivas em favor da inclusão:

É... olha só... varias dessas... a qualificação inadequada é um problema seríssimo. Não adianta a gente ficar dizendo: porque a empresa não coloca se a empresa não tem um profissional qualificado. Isso é um problema muito sério. Eu acho que o preconceito com relação à capacidade profissional é assim: é como se toda hora você precisasse mostrar que você pode. Isso é também muito sério. O tempo inteiro você tem que mostrar que pode, que dá pra fazer... e a necessidade de adaptações. Eu colocaria o excesso de cuidados e depois a falta de emprego. O aumento de desemprego é um problema geral. Ter deficiência agrava um pouco, mas eu acho que essas outras são mais importantes. (MELISSA, socióloga, instrutora de informática, desempregada).

Esse pensamento de Melissa está afinado com as crescentes exigências do mundo do trabalho apontada por diversos autores quando analisam a necessidade de qualificação e requalificação dos trabalhadores para ocuparem os escassos postos de trabalho ainda existentes. Há uma demanda por trabalhadores polivalentes e altamente qualificados que advém da reestruturação do mundo produtivo em razão dos avanços tecnológicos e das mudanças paradigmáticas e tem a seu favor, inclusive, como instrumento de barganha e imposição de condições, um enorme contingente de reserva de trabalhadores afetados pelo desemprego e que disputam acirradamente cada vaga, impelidos a aceitarem a flexibilização de seus direitos trabalhistas, antes tão garantidos.

Atualmente, com o aumento dos índices de desemprego, fica cada vez mais difícil encontrar e manter o emprego, portanto, também pode ocorrer um maior índice de insatisfação profissional, o que se reflete no pessoal.

O mundo capitalista está cada vez mais competitivo, exigindo cada vez maior conhecimento e qualificação profissional, maior flexibilidade do funcionário em trabalhar em equipe e em acumular várias funções distintas, enfim, exige-se muito mais do perfil e da produtividade do trabalhador, pois este precisa se adaptar às regras econômicas.

ROSS (1998) menciona que a exigência de qualidade e produtividade se acentuou a ponto de tornar os sujeitos escravos da competição. Neste aspecto, a pessoa com deficiência visual entra na luta do mercado de trabalho em desvantagem, assim como qualquer outro que possua maiores limitações.

FERRETTI (1997) lembra que, sendo o objetivo principal do capitalista produzir bens para gerar mais riquezas, mais dinheiro, pois o que confere interesse econômico aos objetos e produtos é seu valor de troca e não o de uso, isso ocorre com a exploração desta vertente na criação contínua de necessidades através da propaganda, a fim de fazer com que haja crescimento e valorização do capital, preferencialmente de forma rápida.

PIMENTA (1981) afirma que esta é a realidade brasileira, onde o modo de produção capitalista condiciona as pessoas em relação às atividades produtivas, de acordo com a classe social à qual pertencem e que os fatores socioeconômicos são os mais decisivos para a escolha profissional.

A situação ainda se agrava com os elevados encargos sociais que dificultam ainda mais a admissão, e aquele que possui qualquer deficiência física ou mental é classificado como incapaz e inválido.

Conseguir um emprego neste contexto se torna uma tarefa quase impossível, mesmo com o Decreto n.º 3.298, de 1999, regulamentando a lei que obriga as empresas brasileiras, com mais de cem funcionários, a possuírem entre 2% a 5% de deficientes em seus quadros. Isto não tem melhorado a situação destes sujeitos, sendo que a desinformação por parte dos empresários é uma das “barreiras”, segundo entrevista concedida pelo Instituto Ethos, cujo objetivo não é a filantropia, mas sim a responsabilidade social.

Ser trabalhador com uma deficiência visual, para muitos, representa ser portador de obstáculos a mais a serem transpostos. Neste sentido, para não ser excluído, afirma ROSS (1998), o trabalhador com deficiência visual precisa esforçar-se mais para mostrar sua

capacidade e potencialidade. A deficiência visual aparece neste contexto social como um impedimento geral do sujeito desenvolver suas outras capacidades, de gestão, de tomada de decisão e criatividade, mas isso não afeta a sua produção intelectual.

Não é de assistencialismo e protecionismo que o trabalhador com deficiência visual necessita, pois, frente à competitividade no mercado de trabalho atual, ele pode ficar em situação desfavorável se não forem desenvolvidos instrumentos mais efetivos que dêem acesso ao progresso tecnológico.

Por outro lado, as falas dos entrevistados revelam a internalização de um discurso já engendrado no meio social e que se enquadra na já mencionada explicação sustentada tanto por Bakhtin quanto por Vygotsky quando se referem à relação entre linguagem e pensamento.

De acordo com Lukianchuki (2004), para ambos – Bakhtin e Vygotsky – a consciência individual é um fato social e ideológico. A realidade da consciência é a linguagem e são os fatores sociais que determinam o conteúdo da consciência – do conjunto dos discursos que atravessa o indivíduo ao longo de sua vida, é que se forma a consciência.

O mundo que se revela ao ser humano se dá pelos discursos que ele assimila, formando seu repertório de vida. Pelo fato de a consciência ser determinada socialmente, não se pode inferir que o ser humano seja meramente reprodutivo, o que se ressalta é, portanto, a criatividade do sujeito humano: é influenciado pelo meio, mas se volta sobre ele para transformá-lo.

Sob a forma de signos é que a atividade mental é expressa exterior e internamente para o próprio indivíduo. Sem os signos, a atividade interior não existe. A palavra não é só meio de comunicação, mas também conteúdo da própria atividade psíquica.

A idéia de que a consciência humana é determinada historicamente é o núcleo das pesquisas de Vygotsky. Seu interesse consistia em estudar a linguagem como constituidora do sujeito com o enfoque na relação pensamento e linguagem, chave para a compreensão da natureza da consciência humana.

Partindo do pressuposto de que pensamento e linguagem têm raízes diferentes, constatou que o pensamento e a palavra, apesar de não serem ligados por um elo primário, não podem ser considerados como dois processos independentes.

Para compreender o pensamento verbal, Vygotsky identifica que essa unidade é o significado das palavras, que é o seu aspecto intrínseco. Para ele, apesar de a natureza do

significado não ser clara ainda, sua certeza é a de que, no significado da palavra, o pensamento e a fala se unem em pensamento verbal.

No significado, também, estão as respostas às questões sobre a relação entre pensamento e fala. Embora o significado de uma palavra represente *"um amálgama tão estreito do pensamento e da linguagem"*, suas pesquisas revelaram que o significado, critério da palavra e componente indispensável, é um fenômeno do pensamento e não da fala, uma vez que são generalizações ou conceitos, ou seja, atos do pensamento.

Por isso, a fala dos sujeitos entrevistados significa mais do que a sua linguagem neste trabalho, significa, antes, o que pensa a pessoa com deficiência visual, explicitado num discurso socialmente construído e que se acha em amálgama estreito com a linguagem que constrói e que também manifesta um modo de pensar. Entretanto, convém lembrar que

o significado das palavras é um fenômeno de pensamento apenas na medida em que o pensamento ganha corpo por meio da fala, e só é um fenômeno da fala na medida em que esta é ligada ao pensamento, sendo iluminada por ele. É um fenômeno do pensamento verbal, ou da fala significativa — uma união da palavra e do pensamento (VYGOTSKY, 1989, p.4).

Se o significado da palavra é simultaneamente pensamento e fala, então é nele que está a unidade do pensamento verbal.

A partir das investigações de Vygotsky, chegou-se a um outro resultado igualmente importante: o significado das palavras evolui.

E, nos estudos sobre a deficiência, se observa claramente uma tentativa de fazer evoluir os termos para que deixem de significar algum sentido anterior que revelava ou suscitava idéias que sustentassem a exclusão, a discriminação ou afins.

As pessoas com deficiências visuais, como todas as demais, estão sujeitas a este processo e, ao discutirem as questões que lhe são afeitas, revelam a internalização de outras vozes, por exemplo: a) ao se referirem à sua condição de deficiente visual na terceira pessoa; b) ao invocar o olhar como forma de compreender; ou ainda c) ao aderir às nomenclaturas formuladas por terceiros para designá-los (como PPD, DV e outros).

A própria salada terminológica criada para se referir a estes sujeitos dá mostra de que as palavras são formações dinâmicas e não, estáticas: sua modificação percebe-se não apenas com o desenvolvimento da criança, como sustentava Vygotsky, mas também com as várias

formas pelas quais o pensamento funciona e até seus contextos históricos e sociais. As palavras e vozes estão, assim, em constante movimento dialógico.

Retomando a questão do *dialogismo*, em Bakhtin e, ainda com relação à palavra *diálogo*, além do seu sentido estrito — o ato de fala entre duas ou mais pessoas —, pode-se tomá-la também em seu sentido amplo, a saber: qualquer tipo de comunicação verbal, oral ou escrita, exterior ou interior, manifestada ou não.

O depoimento - ou o texto escrito - por exemplo, é ato de fala impresso.

O discurso escrito é, de certa maneira, parte integrante de uma discussão ideológica em grande escala: ele responde a alguma coisa, refuta, confirma, antecipa as respostas e objeções potenciais, procura apoio etc. (BAKHTIN, 1978, p.123).

A idéia aqui é não conferir à fala dos entrevistados um aspecto robotizado ou de negação da capacidade reflexiva dos mesmos com autonomia de outras vozes, mas a lembrança de que todas as vozes interagem nos discursos em diálogo. Tudo está em constante comunicação. À idéia de diálogo agrega-se um outro elemento que não se refere apenas à fala em voz alta de duas pessoas, mas a um *discurso interior*, do qual emanam as várias e inesgotáveis enunciações, que são determinadas pela situação de sua enunciação e pelo seu auditório.

A situação e o auditório obrigam o discurso interior a realizar-se em uma expressão exterior definida, que se insere diretamente no contexto não verbalizado da vida corrente, e nele se amplia pela ação, pelo gesto ou pela resposta verbal dos outros participantes na situação de enunciação (BAKHTIN, 1978, p.125).

A toda essa questão está relacionada a formação de repertórios, que, no dizer de Bakhtin, são formas de vida em comum relativamente regularizadas, reforçadas pelo uso e pela circunstância.

Dessa maneira, as formas estereotipadas no discurso da vida cotidiana respondem por um discurso social que as consolida, ou seja, possuem um auditório organizado que mantém a sua permanência, refletindo, assim, ideologicamente, a composição social do grupo, evidência da afirmação de Bakhtin ao dizer que "*a palavra é o fenômeno ideológico por excelência*" ou "*todo signo é ideológico*".

Por essa razão, é que, mesmo em uma aparentemente simples anedota que se conta sobre o negro, o judeu, o nordestino, a mulher etc., os preconceitos que se afloram nada mais

são do que exercício constante dos elementos culturais desse grupo social. (LUKIANCHUKI, 2004, p. 2).

O sujeito que acolhe as vozes em diálogo – o enunciatário – no entanto, pode oferecer obstáculos à realização ou manutenção de preconceitos, exclusões e coisas do mesmo gênero, provocando rupturas que vão infiltrando sensíveis mudanças iniciais, mas que podem ganhar corpo. Daí o entendimento de que todos são sujeitos da enunciação – enunciador e enunciatário – porque o caráter interativo nada mais é do que a possibilidade de transformação, seja pelo enunciador, seja pelo enunciatário, passando a refletir e refratar a realidade dada.

O que ganha relevo aqui é a idéia da palavra em movimento, o poder da palavra na construção e na manifestação do pensamento. Através dela, os sujeitos são postos em ação para reproduzir ou mudar o social. E isso está ao alcance de todos, inclusive da pessoa com deficiência visual ao pensar e discutir a sua inclusão no mundo do trabalho em Salvador.

5.2.4. Vozes que se recusam ao lugar da acomodação

O presente trabalho, comprometido com o exercício da cidadania emancipada da pessoa com deficiência visual, tem, como idéia subjacente a todas as etapas de sua realização, a premissa de que o cidadão não pode abrir mão de ter suas conquistas asseguradas, muito mais por sua emancipação do que pela tutela ou regulação do Estado como vem ocorrendo na sociedade capitalista em detrimento da solidariedade e da idéia de vida em comunidade (SANTOS, 1999).

Ao comentar sobre uma discussão em torno da emancipação do cidadão para instituir seus direitos em vez de esperar que o Estado se manifeste no atendimento das necessidades da cidadania, em particular dos cidadãos com uma deficiência, uma das entrevistadas do presente trabalho observou:

E isso não é uma mão única. Tem que ter a parte do governo, mas também o investimento do deficiente. O conceito de tutelados e mentecaptos precisa acabar. Precisa acabar o preconceito social; criar paradigmas para além dos instituídos, ouvindo e percebendo desenvolver as habilidades de cada pessoa. (MARILZA, 59 anos, aposentada)

Por sua vez, Adriana revelou inquietação pelo fato de que a discussão acadêmica sobre a inclusão de deficientes, no mundo do trabalho ou na vida social em geral, muitas vezes se dê sem escutar as vozes dos próprios deficientes, que são os principais implicados:

Agora, eu acho também que é uma questão, até que eu coloque: Quando fizerem debates que chamem o próprio deficiente pra falar por si. Eu acho que a gente ainda está muito acostumado a ver o pesquisador e o coordenador discutindo. É...os técnicos discutindo... Tem que chamar o deficiente que dirige, o deficiente que é dirigido pra também estar ali dentro daquela discussão... e levar pra academia. Por que a gente sente muito a ausência do cego, sobretudo na academia. Seja pra discutir, seja pra reclamar, seja pra falar. Pra ir na universidade já é difícil, entendeu? E isso se tem que incluir... (ADRIANA, 29 anos, secretária/professora, desempregada, 29 anos)

Devo salientar o risco de se continuar excluindo esses sujeitos, mesmo inconscientemente, da reflexão acadêmica sobre o problema da inclusão. Isso para que nessa geração não se repitam os brutais comportamentos discriminatórios de outros tempos. Ou tanto pior, apenas civilizemos os preconceitos, enquanto se pensa que se estão extinguindo os equívocos.

Na Idade Média, os portadores de necessidades especiais, em particular as pessoas com deficiência visual, eram vistos como seres demoníacos. Não havia um reconhecimento destes sujeitos que, segundo os religiosos, eram rejeitados por “Deus” e pelos homens “normais”, retirados do contexto público para serem esquecidas suas “deficiências” (ROSS, 1998).

Na sociedade atual, mesmo as pessoas que realizam uma atividade aparentemente isolada, dependem de outras e o único trabalho isolado é o do naufrago solitário em uma ilha deserta (FERRETTI, 1997). É, portanto, de grande importância que se ouçam as vozes que se recusam ao silêncio neste debate, posto que não aceitam o lugar da omissão nem da acomodação em questão, que lhe é tão pertinente.

Um outro dado importante revelado nas entrevistas é que, nem mesmo os desempregados, vêm com bons olhos os benefícios da Lei Federal n.º. 8.742, de 7 de dezembro de 1993, Lei Orgânica da Assistência Social, LOAS, que dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Essa lei garante no seu artigo segundo, item V, que faz parte dos objetivos da assistência social “a garantia de 1(um) salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso, que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção ou de tê-la promovida por sua família”.

Uma das críticas se refere à acomodação que esse benefício tende a produzir na pessoa com deficiência:

Eu acho que é de péssima influência. Eu acho. Eu tenho uma posição meio radical em relação a isso: Eu digo... porque eu acho que tem gente que sabe a esse respeito mais do que eu. Pelo pouco que eu sei e já estudei, e por conhecer outras pessoas, acho que as pessoas se acomodam muito recebendo esse benefício. E aí eu ouço gente até falar: “Ah, e eu vou trocar o certo pelo duvidoso? Você é besta?... Eu começo a trabalhar hoje, aí eu tenho que suspender o benefício e depois sou demitida!” E essas pessoas que se acomodam, entendeu, não batalham, não se qualificam, não procuram um emprego... Eu acho que é isso de péssima influência. (MELISSA, 26 anos, socióloga, instrutora de informática, desempregada)

E um outro entrevistado complementa o que avalia como resultado do benefício da LOAS para o deficiente visual: “Gera acomodação na maioria...” (João, 43 anos, professor).

Outra crítica ao benefício da LOAS revela uma insatisfação mais ampla com as políticas públicas que situam o deficiente visual no rol de pessoas acomodadas que precisam de benefícios ou favores para a sua sobrevivência.

Sou contra essas bolsas que existem. Eu considero isso como esmola... pessoas jovens que estão aí recebendo esse benefício... Senão eu ia... tudo bem que eu entendo que existe essa questão da necessidade... eu tenho que comprar minhas coisas, eu tenho que comprar minhas bengalas, eu tenho que comprar meu reglete, eu tenho que comprar meu papel, eu tenho que dar comida à minha mãe, eu tenho que ajudar meu irmão a comprar... mas tem também uma questão que é mais importante que essa. Tem a questão de que eu não quero esmola, eu quero trabalho, entendeu? Eu não quero que o governo Lula facilite que eu tenha bolsa-alimentação, bolsa-diabo, bolsa-calcinha... Não! Eu quero é que o governo Lula me dê oportunidade de eu entrar na universidade, estudar... E aí ele tem que me dar aparato pra eu ter escolha na minha universidade, pra ter meu computador à disposição, minha e de meus colegas, entendeu? Pra que eu possa entrar na Internet, passar meus textos, digitar meus textos, fazer minhas provas; passar para o professor minhas provas, discutir com os meus colegas, de igual pra igual, ter tempo pra ler meus textos, entendeu? Eu quero isso! Eu não quero ficar... sinceramente... eu... eu fiz o meu curso na boa vontade de meus colegas e de meus professores, por que eu não tinha computador na minha casa. E aí... [palavrão] ...? E aí.. minhas colegas ditavam os textos pra mim. Eu ficava até 2, 3 horas da manhã copiando textos pra no outro dia entregar os meus trabalhos. Não pode isso, ...!?” (ADRIANA, 29 anos, secretária/professora, desempregada)

Nenhum dos entrevistados teve acesso ao depoimento de outrem ao longo da pesquisa, mas a marca dominante em todas as declarações e em todas as vozes é que eles se recusam ao lugar da acomodação, diante de suas potencialidades para o provimento de sua própria existência, através do trabalho, desde que lhes sejam oferecidas as condições pleiteadas em

inúmeros movimentos em direção a uma sociedade inclusiva. Veja a semelhança da declaração de Audair com a que antecedeu a este parágrafo:

Olha, eu sou contra isso aí, essas bolsas que existem. Eu considero isso como esmola, isso aí é esmola... Eu acho que o que o governo tem que oferecer é educação de qualidade e oportunidade de trabalho, não ficar oferecendo *bolsinha, dinheirinho* aqui e acolá para as pessoas... [fala com trejeitos irônicos]. Se o deficiente for realmente incapaz, tudo bem... Deve ser aceito. Mas como a gente vê aí, pessoas jovens que poderiam trabalhar... que poderiam estudar estão aí recebendo benefícios e se acomodam com esses benefícios. Não crescem, não procuram estudar, não procuram adquirir uma profissão, porque se contentam com o salário que o governo oferece. Sou contra isso. Eu acho que os benefícios devem ser oferecidos pra quem realmente precisa. Quem não tem condição nenhuma de trabalhar, mas uma deficiência como, no caso, a deficiência visual, não é motivo para as pessoas não trabalharem, não... não é motivo para as pessoas não estudarem, não. (AUDAIR, 48 anos, professora, advogada, operadora de PABX)

Mas, surpreendente, é notar que já no início do século vinte, Henry Ford, o grande ícone capitalista que revolucionou o mundo do trabalho, dando-lhe grande parte das referências paradigmáticas de produtividade e aproveitamento alienado da mão-de-obra do trabalhador na linha de produção industrial, já observava:

Nas seções das indústrias há postos para todos, e se a indústria estiver devidamente organizada, haverá nela mais lugares para cegos, do que cegos para lugares. O mesmo se pode dizer em relação aos outros deficientes físicos (...) se o trabalho fosse convenientemente dividido, não faltaria lugar onde homens fisicamente incapacitados pudessem desempenhar perfeitamente um serviço e receber, por conseguinte, um salário completo. Economicamente, fazer dos fisicamente incapacitados um peso para a humanidade é o maior despautério, como também ensiná-los a fazer cestos ou qualquer outro mister pouco rendoso, com o fim de preveni-los contra o desânimo. (texto de Henry Ford, de 1925, transcrito por Tereza Costa d'Amaral em publicação no jornal o Globo, 03/09/99 apud MENDONÇA, 2003, p. 1).

O trabalhador com deficiência visual não quer acomodar-se recebendo pequenos benefícios governamentais, antes ele quer o reconhecimento de suas potencialidades e que lhe sejam oferecidas as mesmas oportunidades, consideradas as especificidades da sua condição, para que trabalhe, seja produtivo e se mantenha com dignidade. Os próprios deficientes visuais entrevistados abominam a idéia de ficarem na dependência de qualquer que seja a tutela do Estado: “Realmente, precisamos acabar com os tutelados e mentecaptos. O tutelamento é o descrédito na capacidade das pessoas”(MARILZA, 58 anos, aposentada).

Jádson também reflete a sua inconformidade com medidas paliativas:

Na verdade é muito fácil para o sistema, criar um benefício e dar ao portador de deficiência, e ficar isento do papel dele de querer capacitar, de querer abrir o campo de mercado de trabalho. Mas não... É muito mais fácil... 'Eu dei um benefício a ele, agora ele vai ficar no cantinho dele, quieto'. Isso não quer dizer que esse benefício impede o portador de deficiência de arrumar um emprego, porque a partir do momento que você arruma um emprego, você vai dar baixa nesse benefício... Você é obrigado a receber esse benefício, senão você vai morrer de fome... Agora, é claro que toda regra tem exceção. (Jádson, 33 anos, massoterapeuta, desempregado).

Observa-se claramente na fala de Jádson as vozes de outros sujeitos falantes a quem ele atribui personalidade enquanto reflete e refrata o discurso já internalizado. O deslocamento dos papéis de si mesmo para um *você*, um *outro* simultaneamente presente e *imaginário*, e o próprio discurso na terceira pessoa, ou ainda a fala consigo mesmo, no papel de outro interlocutor, dão conta dessa construção fabulosa que a linguagem realiza na constituição social do sujeito e que se faz revelar nas vozes e enunciados dos sujeitos entrevistados em múltiplos, harmônicos e múltiplos diálogos como já cogitava Bakhtin.

A revelação prática e objetiva, porém é a de que o trabalhador deficiente visual refrata a exclusão, negando-lhe rendição e, ao mesmo tempo, se alimentando da esperança utópica de superá-la, ainda que seja em sementeiras insólitas como a desse texto que se encaminha para a conclusão.

6. CONCLUSÃO

ÁLIBI AUSENTE

Tudo que é realmente experimentado é experimentado como algo dado e como *algo-ainda-a-ser-determinado*, é entonado, tem um tom emocional-volitivo e entra em relação efetiva comigo dentro da unidade do evento em processo que nos abrange. (...) Tudo que tem a ver comigo me é dado em um tom emocional-volitivo, porque tudo é dado a mim como um momento constituinte do evento do qual eu estou participando. Se eu penso em um objeto, eu entro numa relação com ele que tem o caráter de um evento em processo (BAKHTIN, 1990, p. 33).

Na perspectiva apresentada por Bakhtin, ao discutir o dialogismo e a polifonia como implicados em questões de técnica e de ética, deve-se fazer uma crítica a todas as correntes filosóficas que, pela abstração sistemática, desconsideram o sujeito concreto e o que ele denomina de unicidade do ato, representada na metáfora da *ausência de álibi* ou da *unicidade do ser-evento*.

Essa metáfora da *ausência de álibi* refere-se ao fato de que ninguém pode estar em outro lugar que não seja aquele que se manifesta em sua realidade concreta e que o tempo e o espaço que se interpõem entre sua vida e sua morte são as medidas de todas as coisas.

Bakhtin afirma que toda abstração teórica, ao *entrar na vida*, torna-se parte integrante e inseparável do *ser-evento*, um momento dele, e não algo que o substitui. Diz ainda que, quando o mundo teórico substitui a realidade concreta do evento, “o que acontece em todos esses casos é que a unicidade viva, necessária e inescapável de nossa vida real se dilui na água da possibilidade vazia meramente pensável” (BAKHTIN, 1920/21, p. 51).

No presente trabalho, essa concepção teórica enseja a consideração de que o problema da inclusão da pessoa com deficiência visual não pode ser abordado fora do tempo e do espaço de sua ação concreta como ser único e atuante.

A *experiência vivida* e a realidade concreta do *ser-evento deficiente visual*, concretizando sua existência no mundo dos viventes, que dá primazia a uma ética e a uma estética estritamente visual, não pode ser substituída por pura e simples teoria que negue essa realidade.

Este estudo confirma, através da análise dos depoimentos de trabalhadores com deficiência visual, o que já afirmava, em princípio, sobre a constatação de que nos últimos anos os direitos das pessoas com deficiências vêm sendo reconhecidos, ou, ao menos, admitidos.

Isso se deve, como se sabe, tanto à pressão advinda de movimentos sociais representativos quanto à farta legislação daí oriunda, inclusive no que diz respeito à pleiteada igualdade de oportunidades de trabalho para todos.

O presente trabalho cumpre seu papel de alinhar-se aos esforços pela construção de uma sociedade para todos e que tenha como premissas a inclusão e a tolerância entre os diferentes, bem como o respeito aos componentes de sua diversidade social.

Assim, as vozes dos sujeitos entrevistados exprimem a trajetória de pessoas com deficiência visual no mundo do trabalho na cidade de Salvador, enfocam como se deu a formação dos mesmos para o exercício profissional e avaliam seu desempenho e suas perspectivas diante da realidade ou potencialidade de sua inclusão profissional.

A análise do problema da inclusão de pessoas com deficiência visual no mundo do trabalho em Salvador, abordado nesta pesquisa através dos depoimentos, fez-se associada à proposição de se compreender o objeto estudado em conexão com os fenômenos sociais mais amplos e com suas relações objetivas dentro do modo de produção vigente, que prioriza o capital, a circulação de mercadorias e a exploração da capacidade produtiva do trabalhador.

A conclusão deste estudo realça as questões iniciais que problematizaram e orientaram o seu desenvolvimento para, em seguida, apresentar as respostas encontradas.

Acerca de como se caracteriza o processo de inclusão de trabalhadores deficientes visuais no mundo do trabalho na cidade do Salvador, na perspectiva dos deficientes visuais, o presente trabalho destaca que este processo está diretamente relacionado, inicialmente, a um problema de *compreensão* de dois aspectos que a ele se relacionam: uma compreensão do que seja a inclusão do trabalhador com deficiência e uma compreensão do que vem a ser o lugar ou papel do trabalhador em relação à legislação e ao exercício de sua cidadania.

Isso significa que as pessoas com deficiência visual, e a sociedade que as cerca, carecem de uma aproximação a respeito de como compreendem a inclusão de um trabalhador com deficiência visual no mundo do trabalho. Observa-se que há um distanciamento entre os modos de enfocar a questão.

Para o trabalhador com deficiência visual, sua inclusão está relacionada com o reconhecimento de suas potencialidades e a aceitação de suas diferenças em relação às pessoas videntes, como um direito relativo à sua condição de cidadania.

Para parte da sociedade, entretanto, mesmo alguns que defendem a necessidade de inclusão de pessoas com a especificidade da deficiência visual, a inclusão pode ser entendida como um processo de aceitação e reconhecimento da fragilidade destes trabalhadores ou da superação da falta da capacidade visual a que estão submetidos, e que isso deve levar empresários, legisladores, educadores, governantes e cidadania em geral a conceder-lhes benefícios sociais e oportunidades de produção da sua própria existência, ou ainda usufruir de programas, sistema de cotas e/ou reservas de mercado para o seu aproveitamento profissional.

O segundo aspecto relativo à compreensão se reporta à distância entre o direito e o papel social das pessoas com deficiência visual, estabelecido na legislação, e à prática da inclusão da pessoa com deficiência visual no mundo produtivo concreto.

A maioria dos entrevistados salientou que a legislação brasileira é realmente elogiável, mas o processo de efetivação da pessoa deficiente no meio produtivo ainda está impregnado de preconceito e de discriminação.

Ademais, à luz dos depoimentos dados, é digno de destaque que o processo de inclusão de trabalhadores deficientes visuais no mundo do trabalho na cidade de Salvador se caracteriza por uma série de *ausências*:

- 1) Ausência de cumprimento da legislação referente à lei de cotas nas empresas;
- 2) Ausência de uma mediação satisfatória para promover a colocação e o acesso da pessoa com deficiência visual aos postos de trabalho, quando as empresas oferecem vagas;
- 3) Ausência de dados estatísticos confiáveis para se estabelecer relações que permitam observar a quantidade de pessoas qualificadas, os tipos e a natureza da qualificação recebida e sua inserção ou não no meio produtivo local;
- 4) Ausência de reconhecimento da capacidade da pessoa com deficiência visual para ocupar e desenvolver funções profissionais complexas, além das instituições especializadas, mesmo quando aprovadas em concursos públicos.
- 5) Ausência de eficiência nas políticas públicas para promoverem o acesso e a manutenção no mercado de trabalho das pessoas com deficiência visual, exceto em subempregos ou em

funções subalternizadas, mesmo quando a qualificação do trabalhador vai além da exigida para essas funções.

Do mesmo modo que caracterizam o processo de inclusão do trabalhador com deficiência visual no mundo do trabalho, as ausências citadas são fatores que interagem para estabelecer a exclusão da maioria dos entrevistados, posto que, para a quase totalidade deles, o desemprego é visto como exclusão.

No caso das pessoas com deficiência, desemprego se confunde com exclusão, porque existe uma legislação que lhes garante as vagas proporcionais ao porte das empresas e o número de vagas parece ser superior ao número dos que as pleiteiam, com base nos relatos.

Os caminhos e/ou itinerâncias trilhadas e relatadas pelos sujeitos deficientes visuais, desde a sua formação profissional até a condição em que se encontram à época das entrevistas, podem ajudar a entender o processo de inclusão ou exclusão do trabalhador deficiente visual se for considerado que:

- a) os dados fornecidos devem permitir uma reflexão sobre o fenômeno da inclusão ou exclusão das pessoas entrevistadas, tendo-se em mente as características próprias da amostra pesquisada, não devendo ser feita uma generalização para todos os trabalhadores deficientes visuais existentes na cidade de Salvador.
- b) há uma importante reflexão produzida pelos próprios sujeitos entrevistados que extrapola o âmbito da discussão legal, política ou acadêmica e que precisa ser ouvida a fim de que se construa uma sociedade verdadeiramente inclusiva e para todos.

O presente trabalho, cuja justificativa inicial já acenava para o fato de haver uma necessidade de se compreender a nova realidade profissional das pessoas com deficiências visuais em contextos locais, nacionais e mundiais e, ao mesmo tempo, de estimular o desenvolvimento de propostas inclusivas para o trabalhador deficiente visual no meio produtivo, de fato permite – ressalvados os limites de qualquer produção deste gênero – que se perceba uma realidade onde existem profissionais qualificados e cômicos dos desafios do mundo do trabalho contemporâneo e com capacidade para discutir os problemas e contribuir para o entendimento e a consecução do seu lugar no processo que objetiva a sua inclusão no meio produtivo em Salvador.

O presente estudo realiza, ao menos parcialmente, o seu objetivo geral de estabelecer uma compreensão sobre o movimento de inclusão/exclusão da pessoa com deficiência visual no mundo do trabalho na cidade de Salvador a partir da análise e perspectiva dos próprios

trabalhadores deficientes visuais implicados. E, talvez, a mais importante contribuição esteja em que o trabalho permite que os sujeitos mais vivencialmente implicados exponham sua reflexão, fazendo com que suas vozes sejam ouvidas no ambiente e no contexto de uma produção acadêmica em nível de pós-graduação.

O estudo também alcança seus objetivos específicos. Primeiro, porque busca compreender como vem se dando a trajetória profissional das pessoas com deficiência visual em Salvador e o faz, não através de uma explicação do pesquisador, mas permitindo que o leitor se posicione dialogicamente diante dos sujeitos entrevistados, percebendo as particularidades de sua formação e as especificidades de suas trajetórias, explicitadas em seus depoimentos.

Neste ponto, é importante que se tenha em mente que as trajetórias profissionais das pessoas com deficiência visual que estão contidas neste trabalho não atendem a uma cronologia, mas sim a um percurso da existência do trabalhador com deficiência visual em relação ao mundo do trabalho e refere-se ao modo como este sujeito lhe dá significado nos depoimentos.

Deste modo, o trabalho permite também uma análise do movimento de inclusão do trabalhador deficiente visual no meio produtivo soteropolitano e ainda uma verificação dos fatores que interagem e das relações que concorrem para que o trabalhador com deficiência visual se considere incluído ou excluído no mundo do trabalho em Salvador.

A respeito disso, observam-se que as dificuldades de qualificação para o trabalho, os problemas de mediação para o acesso e permanência no emprego, o descumprimento da legislação e, sobretudo, uma percepção da deficiência como ausência de capacidade para atividades complexas se revelam como fatores operantes para que a maioria dos trabalhadores com deficiência visual seja excluída do meio produtivo ou ocupe posições artesanais ou subalternizadas no mundo do trabalho.

A rejeição da tutela do Estado, por parte dos sujeitos entrevistados, visto que resulta em prejuízo das oportunidades igualitárias ou preferenciais de trabalho, é um dado marcante dos depoimentos. Esse dado, entremeadado pelo relato de experiências vividas pelos sujeitos entrevistados, se destaca dentro de um conjunto de questões, expectativas ou impasses relativos ao mundo do trabalho que se apresentam como relevantes para as pessoas com deficiência visual na cidade de Salvador.

A pesquisa também possibilita aos entrevistados um canal de interlocução sobre como interpretam o seu lugar no processo de produção, da existência, nesta época, de inúmeras transformações no mundo do trabalho, sua participação ou alienação, e serve como oportunidade de sua crítica à sociedade capitalista soteropolitana.

Neste estudo, pondero sempre o problema da inclusão ou exclusão da pessoa com deficiência visual no mundo do trabalho a partir da reflexão realizada pelos sujeitos entrevistados, sem pretender elevar essa reflexão à posição de opinião ou condição geral de todos os deficientes visuais em Salvador. Julgo, entretanto, que a amostra é qualitativamente importante para entender que as vozes de todos os sujeitos externam muitas particularidades do pensamento de um expressivo contingente.

A metodologia, associada à epistemologia que alicerça esta pesquisa em bases dialéticas e dialógicas, permitiu que a análise do fenômeno particular da inclusão do trabalhador com deficiência visual no mundo do trabalho em Salvador, buscasse compreendê-lo no contexto geral de instabilidade do capitalismo em escala mundial, tendo em vista seus paradigmas e condicionantes históricos em mobilidade, o que confere à pesquisa um viés de atualidade, mas também de instabilidade quanto à perenidade de seus achados ou conclusões.

Assim, utilizo a análise de conteúdo dos depoimentos dos trabalhadores com deficiência visual sobre suas trajetórias no mundo do trabalho, numa perspectiva qualitativa e arremato o trabalho, apresentando as conclusões e considerações finais à luz da análise dos dados obtidos, do referencial teórico, dos objetivos e da própria experiência no fazer da pesquisa.

A perspectiva qualitativa do trabalho ressalta, mais uma vez, que os dados encontrados refletem antes, de qualquer coisa, a qualidade da reflexão que pessoas com deficiência visual capacitadas para o exercício profissional fazem da situação de inclusão e exclusão, permitindo ao pesquisador referir-se a um modo próprio do deficiente visual pensar as questões que lhe são afeitas, em relação à sua realidade no mundo do trabalho, com a autoridade de quem a experimenta cotidianamente e ao longo de sua vida.

Os dados obtidos permitem que seja questionado o mito de que o problema que resulta na exclusão dos trabalhadores deficientes visuais em Salvador está diretamente relacionado à ausência de qualificação deste trabalhador. Isso se percebe facilmente ao conferir a elevada qualificação de parte dos entrevistados e a ineficácia dessa qualificação em reduzir a situação

de exclusão ou discriminação a que esses trabalhadores estão ou foram submetidos ao longo de suas vidas profissionais.

O referencial teórico firmado em proposições de Vygotsky e Bakhtin possibilitou ao trabalho explicitar tanto a construção social dos sujeitos através da linguagem e da internalização de conceitos, inclusive sobre si mesmos, como também permitiu uma exploração dos depoimentos em busca de evidenciar as vozes das pessoas com deficiência visual que emergiram de suas falas em consonância com outras vozes, reiterando que a palavra é o signo ideológico por excelência e que adquire seu significado no diálogo com o outro.

O estudo em apreço favorece a inserção da pessoa com deficiência visual no centro do diálogo acadêmico sobre a questão da inclusão do deficiente visual no mundo do trabalho, dentro do que foi possível observar em Salvador, e me oportunizou, na condição de pesquisador, descobrir parte da indizível potencialidade que cada pessoa entrevistada revela, para muito além de suas limitações visuais.

Apesar de realçar que os sujeitos entrevistados também estão sujeitos a uma percepção do problema que os cerca no mundo do trabalho a partir do modo como os videntes os concebem, visto que o seu mundo está estruturado sobre uma ideologia que dá total primazia à visão, este texto diz respeito, principalmente, às vozes que se emancipam e emitem seu protesto contra as práticas e concepções excludentes.

Este texto se reporta às vozes que se alimentam das expectativas de que acontecimentos e conquistas atuais e vindouras redundarão em sua inclusão e vitória sobre o preconceito em todos os níveis sociais e também no mundo do trabalho.

Este é um estudo que revela, sobretudo, a busca das pessoas com deficiência visual pela conquista de uma cidadania emancipada que usufrua muito mais do que direitos abstratos que a regulação possa lhes oferecer.

Trata-se de trabalho realizado em total cumplicidade e solidariedade com os sujeitos entrevistados e que se dá ao sonho da construção de um mundo do trabalho que se refaça de sua selvagem busca pelo lucro e atente para um sentido humano de instrumento visando a produção da existência de pessoas solidárias e que não se pretendem explorar mutuamente.

Ainda há muito que se construir para a real emancipação e inclusão da pessoa com deficiência no mundo do trabalho, posto que o mundo dito moderno ainda tem muito o que

melhorar para adentrar na pós-modernidade, longe da sensação de que está vivendo apenas uma ilusão.

A ilusão se consubstancia sempre que alguém julga possível considerar o desenvolvimento tecnológico e científico em convivência com a miserabilidade, longe do desenvolvimento das relações humanas e da convivência com a diversidade, sem ouvir as vozes dos outros ou aceitando como natural a autorização para falar em nome de outrem, ou ainda a opressão e a discriminação de uns sobre os outros.

O mundo da exclusão é o que Chico Anísio (2001), embora não se refira especificamente à pessoa deficiente, denunciou através do monólogo intitulado *Mundo Moderno*:

Mundo moderno, marco malévolo, mesclando mentiras,
 Modificando maneiras, mascarando maracutaías...
 Majestoso manicômio.
 Meu monólogo mostra mentiras, mazelas, misérias, massacres,
 Miscigenação, morticínio, maior maldade mundial.
 Madrugada, matuto magro, macrocéfalo, mastiga média,
 Monta macuco malhado.
 Munindo machado, margeia mata maior.
 Manhãzinha, move moinho moendo macaxeira, mandioca.
 Meio-dia, mata marreco... manjar melhorzinho.
 Meia-noite, mima mulherzinha mimosa, Maria Morena, momento maravilha,
 Motivação mútua, mas monocórdica mesmice.
 Muitos migram.
 Macilentos, maltrapilhos, morarão modestamente:
 Malocas metropolitanas, mocambos miseráveis.
 Menos moral, menos mantimento, mais menosprezo... metade morre.
 Mundo maligno, misturando mendigos, maltratados,
 Menores metralhados, militares mandões.
 Meretrizes, marafonas, mocinhas... meras meninas.
 Mariposas, mortificando-se moralmente.
 Modestas moças malucadas, mercenárias, mulheres marcadas...
 Mundo medíocre!
 Milionários montam mansões magníficas, melhor mármore,
 Móvel mirabolante... máxima megalomania.
 Mordomo, mercedes, motorista, mãos magnatas manobrando milhões.
 Mas... maioria morre minguando. Moradia mei'água, menos: marquise.
 Mundo maluco!
 Máquina mortífera!
 Mundo moderno melhore.
 Melhore mais.
 Melhore muito... melhore mesmo!
 Merecemos...
 Maldito mundo moderno.
 Mundinho de merda.

(ANÍSIO, 2001)

A presente pesquisa deixa abertas várias portas investigativas que excederam ao foco proposto para esta dissertação ou que possam ter sido suscitadas ao longo deste trabalho, às quais outros estudos poderão vir a explorar. Entre essas, destacam-se:

- a) O ponto de vista do empresariado sobre a questão da inclusão de pessoas com deficiência visual no mundo do trabalho;
- b) Uma avaliação mais específica sobre como os órgãos governamentais ou não-governamentais de mediação para inclusão de pessoas com deficiência visual no mundo do trabalho em Salvador vêm realizando o seu trabalho;
- c) O estabelecimento de dados precisos que favoreçam conhecer a realidade da inclusão ou da exclusão em Salvador em termos quantitativos e com referenciais estatísticos mais específicos à cidade;
- d) Uma investigação sobre a instabilidade ou não permanência dos cursos de formação de pessoas com deficiência visual para o trabalho nas escolas profissionalizantes existentes em Salvador;
- e) Uma exploração das diferenças e semelhanças entre os conceitos de mercado de trabalho e mundo do trabalho no discurso e na prática de trabalhadores, empresários, educadores e poderes públicos em Salvador. E tantas outras questões afins.

Concluo este trabalho com a pretensão de que o mesmo possa ocupar um lugar entre os instrumentos possíveis e disponíveis para ajudar outros a compreenderem as vozes e os silêncios que se dão em favor da inclusão de pessoas com deficiência visual no mundo do trabalho em Salvador.

Subjacente à cada linha, está a idéia de que a discussão em torno desse problema jamais poderá prescindir da escuta daqueles que são os principais implicados e interessados em avaliar soluções para os impasses constatados e na viabilização das soluções possíveis.

O presente trabalho jamais renuncia à idéia de que seu autor esteja em cumplicidade com os sujeitos entrevistados em sua luta a favor de uma emancipação cada vez maior da cidadania da pessoa com deficiência visual, de sua participação política e também discursiva já que a palavra é vista, neste texto, como o signo ideológico por excelência.

Ao concluir este trabalho, como cúmplice da mesma realidade analisada pelos entrevistados, tenho na memória a afirmação de Bakhtin de que a palavra isolada do contexto

e dos interlocutores é *neutra*, porém, na relação social, ela assume seu *caráter ideológico* ao integrar diferentes papéis em diferentes domínios, indo desde o cotidiano até a estética, a ciência, a moral, a religião, a política. E, de Vygotsky, renovo a afirmação de que, na busca por um espaço de convivência social, a pessoa cega compensa a ausência de visão pela palavra. Em outras palavras, posso dizer que a palavra é própria da humanidade constitutiva do *ser homem*, tendo ou não alguma deficiência. É por isso que, diante de cada palavra deste texto, me declaro totalmente responsável, pelo dito e pelo não dito, pois, como todos os entrevistados ou os que fazem o contexto da inclusão e, mais ainda, o da exclusão, aqui estou *na mais completa ausência de álibi*.

REFERÊNCIAS

- ABBAGNANO, N. **História da Filosofia**. Vols. I a XIV. Lisboa: Editorial Presença. 1984.
- ABRÃO, Bernadete Siqueira(org.). **História da Filosofia**. São Paulo: Nova Cultural, 1999. Coleção “Os Pensadores”. São Paulo: Cortez, 2002.
- AMIRALIAN, M.L.T.M. *Compreendendo o cego através do procedimento de desenhos-estórias: uma abordagem psicanalítica da influência da cegueira na organização da personalidade*. In: **Boletim de Psicologia**. São Paulo, 1992. 190 p. Tese (Doutorado) IPUSP.
- ANACHE, Alexandra Ayach. **Discurso e prática: a educação do 'deficiente' visual em Mato Grosso do Sul**. Dissertação de Mestrado em Educação da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul. Campo Grande, MS. 2000.
- ANACLETO, Cláudia Beatriz , PRESTES, Irene Carmen Piconi & ENDO, Rosa M. **O deficiente visual e o processo de conscientização de sua escolha profissional para sua vida pessoal**. Paraná: UTP, Disponível na Internet no site www.educacaoonline.pro.br, 1996-2004. Acesso em julho de 2004.
- ANÍSIO, Chico. **Mundo Moderno**. Monólogo apresentado no Programa do Jô. Rio de Janeiro: Rede Globo, 2001.
- ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e centralidade do mundo do trabalho**. São Paulo: Cortez; Campinas: Editora da UNICAMP, 1995.
- AZEVEDO, Omar Barbosa. **Psicologia e formação de professores. Uma história crítica, uma perspectiva complexa e multirreferencial**. Dissertação de Mestrado em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia, Salvador: 2000.
- BAHIA, Melissa Santos. **Deficientes visuais e mercado de trabalho: reintegração e reabilitação**. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em Ciências Sociais). UNIFACS, Salvador. 2001.
- BAHOV, Tais. "*Há uma total diferença entre a legislação e a prática*". In; **Comentário SACI ao relatório da ONU**. São Paulo: USP online REDE SACI. Publicado em 08/09/2004. Disponível em <http://www.saci.org.br/index.php?modulo=akemi¶metro=12670>. Acesso em 09/09/2004.
- BAKHTIN, Mikhail. (VOLOCHINOV, V.N). **Marxismo e filosofia da linguagem**. 9. ed. São Paulo: Hucitec, 2002.
- _____. **A cultura popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais**. São Paulo. Hucitec/UnB, 1987.
- _____. **Estética da criação verbal**. São Paulo. Martins Fontes, 1992.
- _____. **Problemas da poética de Dostoiévski**. Rio de Janeiro. Forense-Universitária, 1992b.
- _____. **Freudismo: um esboço crítico**. São Paulo. Perspectiva, 2001
- _____. **Para uma filosofia do ato. (manuscrito de 1920-21)** In: TEZZA, Cristóvão. Entre a poesia e a prosa: Bakhtin e o formalismo russo. Rio de Janeiro: Rocco, 2003.
- _____. **Art and Answerability. Early Philosophical Essays** by M. M. Bakhtin. Edited by Michael Holquist and Vadim Liapunov. Austin: University of Texas Press, 1990.

BARBOSA, Irenilson de Jesus. **O debate e algumas ações sobre a educação profissional no Brasil veiculados na Revista Boletim Técnico do SENAC nos anos de 1995 a 2000.** Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em Pedagogia), Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia, Salvador. 2001.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo.** Lisboa: Edições 70, 1977.

BIANCHETTI, L. & FREIRE, Ida M. (orgs.) **Um olhar sobre a diferença: Interação, trabalho e cidadania.** Campinas, SP: Papyrus, 1998 (Série Educação Especial)

BOHOSLAVSKY, Rodolfo. **Orientação vocacional: a estratégia clínica.** 11. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

BORDAS, Miguel Angel Garcia. *O processo educacional, a comunicação e os agentes duplos: elementos para uma teoria da ação educativa em base semiótica.* In: **Ágere – Revista de Educação e Cultura do Programa de Pós Graduação em Educação.** Universidade Federal da Bahia. Vol. 1, n. 1, Salvador: Quarteto, jan./jun. de 1999.

BRASIL, **Constituição da República Federativa do.** Brasília: Senado Federal, 1988.

_____, **Constituição da República Federativa do Brasil.** Capítulo III e Atos das Disposições Constitucionais Transitórias com a incorporação da Emenda 14 que modifica os art. 34, 208, 211 e 212 da Constituição Federal, e dá nova redação ao art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Brasília, 1994.

_____, Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). **Legislação relativa ao trabalho de pessoas portadoras de deficiência: coletânea.** Brasília : MTE, SIT/ DSST, 1999.

_____, Ministério da Justiça. **Decreto n.º 3.298, de 20 de dezembro de 1999.** Brasília : Coordenadoria para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (CORDE), 1999.

_____, Ministério da Previdência e Assistência Social (MPAS). **Atenção à Pessoa Portadora de Deficiência na Área de Assistência Social.** Brasília : Secretaria de Assistência Social, MPAS, 1998.

_____, **Lei n.º 8.948, de 08/12/94** - Dispõe sobre a instituição do Sistema Nacional de Educação Tecnológica e dá outras providências. Brasília: MEC, 1994.

_____, **Lei n.º 9.394, de 20/12/96** – Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional: Brasília: MEC, 1996.

_____, **Decreto n.º 2.208, de 17/04/97** - Regulamenta o §2º do art.36 e os artigos 39 a 42 da Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: MEC, 1997.

_____, Secretaria de Educação Fundamental do Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais: educação de jovens e adultos.** Brasília: SEF/MEC, 1997.

_____, Secretaria de Educação Fundamental do Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Ensino Fundamental .** Brasília: SEF/MEC, 1997.

_____, Conselho Nacional de Educação do Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio – DCNEP, Resolução CNE/CEB n. 04/99.** Brasília: CNE-MEC. 1999.

_____, Conselho Nacional de Educação do Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico – DCNEP, Resolução CNE/CEB n. 04/99.** Brasília: CNE-MEC. 1999.

_____, Secretaria de Educação Média e Tecnológica do Ministério da Educação. **Proposta das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Tecnológico**. Brasília: Site do MEC: www.mec.gov.br. Acesso em 03/08/2001

BRUNETTO, Andréia Carla Deuner. **Os labirintos da imagem: quem é o deficiente para aquele que o educa?** Dissertação de Mestrado em Educação. (UFMS). Campo Grande, MS, 1999

BUFFA, Ester; ARROYO, Miguel; NOSELLA, Paolo. **Educação e cidadania: quem educa o cidadão?** 8. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

CAIADO, Kátia Regina Moreno. **Aluno deficiente visual na Escola: lembranças e depoimentos**. Campinas, SP: Autores Associados/PUC, 2003. (Coleção Educação Contemporânea)

CAMARGO, Evani A. Amaral & TOREZAN, Ana Maria. **Concepções sobre a deficiência mental e a constituição da subjetividade da pessoa deficiente**. Campinas, SP: Universidade Estadual de Campinas. Disponível em www.fae.unicamp.br. Acesso em julho de 2004.

CHIZZOTTI, Antônio. **Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais**. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 1998.

CIAVATTA, Maria. *Mediações no mundo do trabalho*. In : LOMBARDI, José Claudinei., SAVIANI, Dermeval & SANFELICE, José Luis. **Capitalismo, trabalho e educação**. Campinas, SP: Autores Associados, HISTEDBR, 2002 (Coleção Educação Contemporânea).

COLL, Cesar. *O desenvolvimento das funções psicológicas superiores: o ponto de vista de Vygotsky*. In: COLL, César (org.). **Psicologia da Educação**. Porto Alegre: ARTMED, 2000.

COSTA, V. A. **A formação na perspectiva da teoria crítica da sociedade: as experiências de trabalhadores deficientes visuais do Serviço Federal de Processamento de Dados**. Tese (Doutorado em Educação), Faculdade de Educação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo: São Paulo, 2001.

DEMO, Pedro. *Educação profissional, vida produtiva e cidadania*. In: **Boletim Técnico do SENAC**, v. 24, n. 1, jan/abr/1996, p. 2-11.

DE PRESBITERIS, L. *História da educação profissional no Brasil*. In: **Boletim Técnico do SENAC**, v. 26, n. 1, jan/abr/2000, pp. 3-11.

DORNELES, CLAUNICE MARIA. **A contribuição das novas tecnologias no processo de ensino e aprendizagem do deficiente visual**. Dissertação de Mestrado em Educação. UFMS. 2002.

FARTES, Vera Lúcia Bueno. *O diálogo entre economia e educação como chave para entendimento da aquisição da qualificação*. In: **Boletim Técnico do SENAC**, v. 26, n. 1, jan/abr/2000, p. 12-21.

FERRETTI, Celso João. **Uma nova proposta de orientação profissional**. São Paulo: Cortez, 1997.

_____. *Empresários, trabalhadores e educadores: diferentes olhares sobre as relações trabalho e educação no Brasil nos anos recentes*. In : LOMBARDI, José Claudinei., SAVIANI, Dermeval & SANFELICE, José Luis. **Capitalismo, trabalho e educação**. Campinas, SP: Autores Associados, HISTEDBR, 2002 (Coleção Educação Contemporânea).

FONSECA, N. M. L. *A história oral no museu da escola de Minas Gerais: relato sobre o caminho percorrido*. In: FARIA FILHO, L.M. (org.) **Arquivos, fontes e novas tecnologias**. Campinas: Autores Associados, 2000.

- FOUCAULT, Michel. **Las palabras y las cosas**. México: Siglo, 1986.
- FRANCO, M.L.P.B. *Porque o conflito entre tendências metodológicas não é falso*. In: **Cadernos de Pesquisa**, n. 66, São Paulo. 1988.
- FREITAS, Maria Teresa de A. **Vygotsky e Bakhtin – Psicologia e Educação: um intertexto**. 3. ed. São Paulo: Ática/EDUFJF, 1996.
- FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e crise no capitalismo real**. São Paulo: Cortez, 1995.
- _____. *Estruturas e sujeitos e os fundamentos da relação trabalho e educação*. In : LOMBARDI, José Claudinei; SAVIANI, Dermeval & SANFELICE, José Luis. **Capitalismo, trabalho e educação**. Campinas, SP: Autores Associados, HISTEDBR, 2002 (Coleção Educação Contemporânea).
- GALEFFI, Dante Augusto. *Pedagogia da diferença pensada como diferença: notas implicadas II*. In: **Ágere – Revista de Educação e Cultura do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Bahia**. Vol. 5, n. 5. Salvador: Quarteto, 2002.
- GENTILI, Pablo. *Três teses sobre a relação trabalho e educação*. In : LOMBARDI, José Claudinei., SAVIANI, Dermeval & SANFELICE, José Luis. **Capitalismo, trabalho e educação**. Campinas, SP: Autores Associados, HISTEDBR, 2002 (Coleção Educação Contemporânea).
- GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1995, 207 p.
- GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1995, 159 p.
- GOETHE, Johann W. **Afinidades eletivas**. 2 ed. São Paulo: Nova Alexandria, 1993.
- GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.
- HADDAD, Maria Aparecida Onuki. **Conceitos e epidemiologia da deficiência visual**. Workshop on Low Vision. Salvador: ICEVI/Instituto dos Cegos da Bahia 09 a 13 de julho de 2004.
- HOBBSAWM, Eric J. **Mundos do trabalho**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – **Censo Demográfico de 1991**. Brasília: : IBGE, 1991.
- IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – **Censo Demográfico 2000**. Brasília: : IBGE, 2000.
- JONSSON, Ture. **Inclusive Education**. Hyderabad, Índia: THPI, 1994.
- JOUTARD, P. *História Oral: balanço da metodologia e da produção nos últimos 25 anos*. In: FERREIRA, M, M, & AMADO, J. (orgs.) **Usos e abusos da história oral**. 2. Ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.
- KASSAR, Mônica de C. M. **Deficiência múltipla e educação no Brasil: discurso e silêncio na história de sujeitos**. Campinas, SP: Autores Associados, 1999.
- KUENZER, Acácia. *Exclusão includente e inclusão excludente*. In : LOMBARDI, José Claudinei., SAVIANI, Dermeval & SANFELICE, José Luis. **Capitalismo, trabalho e**

educação. Campinas, SP: Autores Associados, HISTEDBR, 2002 (Coleção Educação Contemporânea).

LANCILLOTTI, Samira Saad Pulchério. **Deficiência e trabalho: redimensionando o singular no contexto universal.** 135 p. Dissertação (Mestrado em Educação) Universidade Federal do Mato Grosso do Sul. Campo Grande, MS. 2000.

_____. **Deficiência e trabalho: redimensionando o singular no contexto universal.** Campinas, SP: Autores Associados, 2003. (Coleção Polêmicas do Nosso Tempo).

LINS, Daniel (org.); BOURDIER, Pierre; ROLNIK, Suely & WACQUANT, Lôic. **Cultura e subjetividade: Saberes nômades.** 2. ed. Campinas, SP: Papirus, 2000.

LUKÁCS, Gyorgy. *As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem.* In: **Temas de ciências humanas.** São Paulo: Edit. Ciências Humanas, n. 4, p. 1-18, 1978.

LUKIANCHUKI, Cláudia . **Dialogismo: a linguagem verbal como exercício do social.** São Paulo: CEFET-SP. Disponível em www.cefetsp.br/edu/sinergia. Acesso em 08/09/2004.

LURIA, A . R. **Curso de psicologia geral.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

MACEDO, Roberto S. **Etnopesquisa crítica e multirreferencial nas ciências humanas e na educação.** Salvador: Edufba. 2000.

MANACORDA, Mário Aligheiro. **Marx e a pedagogia moderna.** São Paulo: Cortez, 1991. (Biblioteca da educação, Série Escola, v.5).

MANTOAN, Maria Teresa Eglé et al. **A integração de pessoas com deficiência: contribuições para uma reflexão sobre o tema.** São Paulo: Memnon/SENAC, 1997.

MANZINI-COVRE, Maria de Lourdes. **O que é cidadania.** São Paulo: Brasiliense, 2002.

MARCONDES, Danilo. *A crise de paradigmas e o surgimento da modernidade.* In: BRANDÃO, Zaia (org.). **A crise dos paradigmas e a educação.** 7. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

MARTÍN, Manuel Bueno & BUENO, Salvador Toro (coordenadores). **Deficiência Visual: Aspectos psicoevolutivos e educativos.** São Paulo: Livraria Santos Editora, 2003.

_____. & RAMÍREZ, Francisco Ruiz. *Visão Subnormal.* In: MARTÍN, Manuel Bueno & BUENO, Salvador Toro (coordenadores). (coordenadores). **Deficiência Visual: Aspectos psicoevolutivos e educativos.** São Paulo: Livraria Santos Editora, 2003.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política.** Trad. Maria Helena B. Alves. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

_____. **O capital.** 3. ed. São Paulo: Nova Cultural, Livro I. 1988.

_____. & ENGELS, F. **A ideologia alemã.** 2. ed. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.

_____. & ENGELS, F. **A ideologia alemã.** 9. ed. São Paulo: Hucitec, 1993.

_____. *Manuscritos econômicos e filosóficos. Excertos de ideologia alemã.* In: FROMM, Erich. **Conceito marxista de homem.** Rio de Janeiro: Zahar, 1961.

MASINI, Elcie F. Salzano. **O perceber e o relacionar-se do deficiente visual: orientando professores especializados.** Brasília: CORDE, 1994.

MENDONÇA, Rita de Cássia Tenório. **Da possibilidade de inserção das pessoas portadoras de deficiência nos quadros das empresas de vigilância patrimonial e de**

transporte de valores. São Paulo: IBAPI. 2003. Disponível em www.ibap.org. Acesso em 09/08/2004.

MINAYO, Maria Cecília de Souza(org.). **A pesquisa social: teoria, método e criatividade.** 19. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

_____. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde.** 6. ed. São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: Abrasco, 1999.

MIRANDA, Carlos Roberto. **Oportunidades de trabalho para portadores de deficiência.** Disponível em www.saudeetrabalho.com.br/download/oportunidades-miranda.doc. Acesso em 20 de julho de 2004.

MIRANDA, Theresinha Guimarães. *Educação profissional de pessoas portadoras de necessidades especiais.* In: **Educação e Trabalho. Caderno CRH.** Salvador: Centro de Recursos Humanos/UFBA, n. 34, jan./jun. 2001.

MOLON, Susana I. **Subjetividade e constituição do sujeito em Vygotsky.** São Paulo: Educ, 1999.

NACÕES UNIDAS. **Normas sobre a equiparação de oportunidades para pessoas com deficiência.** Trad. Marisa do Nascimento Paro. São Paulo: CVI-AN/APADE, 1996 (The standard rules on the equalization of opportunities for persons with disabilities).

NERES, Celi Corrêa. **Educação Profissional do Portador de Necessidades Especiais, para quê?(o caso de Campo Grande - Mato Grosso do Sul).** Dissertação de Mestrado em Educação, UFMS. Campo Grande. 1999.

OMOTE, S. *Deficiência e não-deficiência: recortes do mesmo tecido.* In: **Revista Brasileira de Educação Especial n. 2** (janeiro-junho de 1994), v. 1, pp. 65-73.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT) – **Normas Internacionais do Trabalho sobre Reabilitação Profissional e Emprego de Pessoas Portadoras de Deficiência.** Brasília : Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (CORDE), Ministério da Justiça, 1997.

PASTORE, J. **Oportunidades de trabalho para portadores de deficiência.** São Paulo : LTr, 2001.

POLICARPO JÚNIOR, José. *As formas lógicas da inteligência – uma discussão sobre sua importância e seus limites para a subjetividade e a formação do indivíduo.* In: **Ágere – Revista de Educação e Cultura do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Bahia.** Vol. 5, n. 5.Salvador: Quarteto, 2002.

PROA Sérgio Espinosa . *A Educação por Vir.* In: **Boletim Técnico do SENAC**, v. 25, n. 2, mai/ago/1999, p.56-68.

RÉGNIER, Erna Martha. *Educação/formação profissional: para além dos novos paradigmas.* In: **Boletim Técnico do SENAC.** V.21, n.1, jan/ago/1995, p. 3.

RELATÓRIO Oficial do **IV Congresso Brasileiro de Prevenção da Cegueira.** vol-1, Belo Horizonte: AAO/CIO, 1980

RIBAS, J. R. *Cotas de 10%.* In: BUCHALLA Anna Paula & MARTINS, Juliana. **Revista Veja**, Edição 1.652, 7/6/2000.

RICHARDSON, Roberto Jarry e colaboradores. **Pesquisa social: métodos e técnicas.** 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

RICOEUR, P. **Interpretação e ideologias.** Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1990.

- ROSS, Paulo Ricardo. *Educação e trabalho: a conquista da diversidade ante as políticas neoliberais*. In: BIANCHETTI, L. & FREIRE, Ida M. (orgs.). **Um olhar sobre a diferença: Interação, trabalho e cidadania**. Campinas, SP: Papirus, 1998 (Série Educação Especial)
- ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Do contrato social**. 3. ed. Trad. de Lourdes S. Machado. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- SANTOS, Admilson. **Representação social de esportes sob a ótica de pessoas cegas**. Tese de Doutorado. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2004.
- SANTOS, Boaventura Sousa. **Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 1999.
- SASSAKI, Romeu Kazumi. **Porque a sociedade deve interessar-se pela inclusão de pessoas com deficiência nos sistemas sociais gerais?** São Paulo: 1995, mimeo.
- SASSAKI, Romeu Kazumi. **Construindo uma sociedade para todos**. Rio de Janeiro: WVA, 2002.
- SENAI, Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial. **Inclusão do Portador de Necessidades Especiais nos Programas de Educação Profissional do SENAI e no Mercado de Trabalho**. Brasília : SENAI, 2000.
- SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 22. ed. revista e ampliada de acordo com a ABNT. São Paulo: Cortez, 2002.
- SILVA, Tomaz Tadeu da (org.), HALL, Stuart & WOODWARD, Kahryn. **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.
- TEDESCO, Juan Carlos. **O novo pacto educativo: educação, competitividade e cidadania na sociedade moderna**. Trad. Otacilio Nunes. 1. ed.; 4. impressão. São Paulo: Ática, 2002.
- TELFORD, C. W. & SAWREY, J. M. **O indivíduo excepcional** . 5. ed. Rio de Janeiro: LTC Editora, 1988.
- TEZZA, Cristóvão. **Entre a poesia e a prosa: Bakhtin e o formalismo russo**. Rio de Janeiro: Rocco, 2003.
- TOMASINI, M.E.A. **Educação especial e deficiência mental: da extração do saber ao exercício do poder**. Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC. Florianópolis, Dissertação, mimeo. 1994.
- TRIVIÑOS, Augusto N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.
- UNESCO. **The Salamanca statement and framework for action on special needs education**. [Adotada pela Conferência Mundial sobre Educação para Necessidades Especiais: Acesso e qualidade, realizada em Salamanca, Espanha, em 07 a 10 de junho de 1994]. Genebra: UNESCO, 1994.
- VYGOTSKY, L.S., **A formação social da mente**. 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1994.
- _____. **Fundamentos de defectologia**. Obras Escogidas, vol. 5. Moscú: Izdatel'stvo Pedagogika. 1983.
- _____. **Fundamentos de defectologia**. 2. Ed. Havana: Pueblo y Educación, 1995.
- _____. **Pensamento e linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 1987.
- _____. & LURIA, A. R. **Estudos sobre a história do comportamento – símios, homem primitivo e criança**. Porto Alegre: ARTMED, 1996.

WERNECK, Cláudia. **Ninguém mais vai ser bonzinho na sociedade inclusiva.** Rio de Janeiro: WVA, 1997. P. 314.

WERTSCH, James V., DEL RIO, Pablo & ALVAREZ, Amélia. **Estudos socioculturais da mente.** Trad. Maria da Graça Gomes Paiva e André Rossano Teixeira Camargo. Porto Alegre: ARTMED, 1998.

WERTSCH, James V. **Voces de la mente. Un enfoque sociocultural para el estudio de la acción mediada.** Madrid: Editora Visor, 1993.

WHO/OMS - World Health Organization – **International Classification of Functioning and Disability.** Geneva : WHO, 1999.

APÊNDICES

APÊNDICE A – ENTREVISTAS TRANSCRITAS⁹

1. ENTREVISTA DE MARILZA, realizada em 16/09/2003 em sua residência no Bairro de Amaralina.

Dados pessoais(questões de 1 a 6)

Marilza é natural de Maracás, Bahia, reside em Salvador desde 1960, tem 59 anos, é solteira e não tem filhos. É cega total desde os 28 anos de idade e sua deficiência visual foi causada por um glaucoma congênito. Tem uma prima com deficiência visual com a mesma causa. Marilza aposentou-se como Tecnóloga em Processamento de Dados e sua profissão inicial foi a de Contabilista, tarabalhando num escritório de contabilidade mas atuou na maior parte de sua trajetória profissional como Programadora de Computador e Analista de Sistemas. Após sua aposentadoria fez seu curso universitário em Salvador, obtendo recentemente a Licenciatura em Filosofia.

7.Você se considera um profissional...

Sim, me considero bem qualificada.

8.Onde obteve formação para o trabalho:

Eu obtive minha formação tanto em cursos ou instituições para alunos especiais quanto em cursos profissionais com classes regulares, principalmente porque fui vidente até os 28 anos de idade. Passei por uma reabilitação na Secretaria de Educação do Estado da Bahia e fiz recentemente Licenciatura em Filosofia na Universidade Católica de Salvador no período de 1997 a 2003.

9.Como avalia a formação para o trabalho que recebeu:

Avalio como sendo excelente, além do que já informei, estudei no Colégio Taylor Egídio, em Jaguaquara e isso foi a coisa mais importante que aconteceu na minha vida. Lá eu estudei latim, francês, inglês... tudo no Ginásio. Aprendi valores éticos e lembro muito dos meus professores, principalmente do Prof. Mário Moreira...

10. Como chegou ao mercado de trabalho:

Sempre por esforço pessoal. Aos 17 anos comecei a procurar trabalho e comecei a trabalhar no Ministério da Agricultura, na Campanha Contra a Febre Aftosa, inicialmente como estagiária. Depois fiz um concursos para o SERPRO e obtive a aprovação em concurso ou processo seletivo

11. Que fator considera Ter sido o mais importante para seu ingresso no mundo do trabalho:

Todos. Conteí com a ajuda de amigos, o reconhecimento de minha capacidade profissional e a mediação do Senai, que ajudou na promoção e acesso para a minha colocação profissional.

12. Foram feitas adaptações específicas para você no seu local de trabalho?

13. Caso tenham sido feitas, quais as principais:

Sim. Foram feitas poucas adaptações.

⁹ Confira questionário em Apêndice A

No SERPRO não houve grandes investimentos adaptativos, a empresa acreditou no meu trabalho... A SERPRO se adequou para incluir o deficiente visual... a divisão, a partilha... o trabalho em equipe... Eu motivei a empresa a aceitar os desafios.

A lei das cotas é um rito de passagem, obriga mais as empresas na colocação do deficiente visual... Sobre as cotas... acho que precisa de conscientizar as empresas e não apenas valorizar os números das estatísticas...

14. Considera necessárias as adaptações no local de trabalho para o deficiente visual?

Sim, e muito. Acho que cada caso é um caso mas considero necessárias...

15. Quais as adaptações que você recomendaria?

A mudança de pensamento em relação deficiente visual... que as pessoas não me vejam como um E.T. (extraterrestre). As demais dependem dos casos específicos: rampa, sanitários, pista tátil... Atualmente há várias vantagens através de softwares, Dosvox, Virtual Vision, etc.

16. Em relação à sua atividade profissional, como se considera:

Eu me considero incluída no mundo do trabalho.

17. Em algum momento sentiu-se discriminado(a) profissionalmente por ser portador de uma deficiência visual:

Não. ... Eu consegui, mesmo sendo deficiente visual total, nunca ser discriminada na empresa. O grande problema é a empresa desconhecer o potencial do deficiente visual e dificultar o acesso ao trabalho. Algumas pessoas usam a deficiência como mote... criam caso. Outra sofrem discriminação, mas não foi o meu caso.

18. Como avalia o seu desempenho profissional:

Avalio como muito bom. Cumpri minha função. Tudo o que me foi delegado, eu cumpri.

19. Quais as maiores dificuldades que o deficiente visual enfrenta no mundo do trabalho:

Eu acho que são: primeiro, o preconceito em relação à sua capacidade profissional e também a qualificação inadequada.

20. Se desejar, resumidamente, cite 3 (três) momentos, positivos ou negativos, que considera marcantes na sua trajetória profissional:

Fui contratada como profissional do SERPRO, desenvolvi a percepção e aprendi durante vários cursos, 27 linguagens de programação de computadores.

...Os colegas me consultavam.. eu, naturalmente passei a fazer parte dos projetos e a coordenar a formação dos estagiários...

Em 1990 o SERPRO me convidou para ser Supervisora da Área de Desenvolvimento, coordenando o trabalho de 17 pessoas e ali eu atuei até 14 de janeiro de 1999, quando me aposentei...

21. Nesta pesquisa, menciono a relação entre a prática da regulação dos direitos dos cidadãos pelo Estado, através de leis, e a necessidade de emancipação desse cidadão para instituir e fazer cumprir seus direitos e deveres. Considera importante para a inclusão a pessoa com deficiência visual no mundo do trabalho, a compreensão desse fenômeno?

Sim. E isso não é uma mão única. Tem que ter a parte do governo, mas também o investimento do deficiente. O conceito de tutelados e mentecaptos precisa acabar. Precisa acabar o preconceito social; criar paradigmas para além dos instituídos, ouvindo e percebendo desenvolver as habilidades de cada pessoa.

22. Você recebe ou já recebeu algum tipo de benefício social específico para portadores de deficiência?

Não. Estou pedindo agora a Isenção de Imposto de Renda, pois soube que tenho esse direito.

23. De que maneira o benefício social garantido pela LOAS interfere na vida profissional da pessoa com deficiência?

Interfere muito. Gera grande acomodação e insegurança para investir no mundo do trabalho através de qualificação. Deveriam Ter critérios mais rígidos para bneficiar alguns e evitar acomodações. Deveriam incentivar o deficiente visual a estudar, dar algo como uma bolsa e cobrar depois o retorno... Não dar por dar.

24. Em sua opinião, os direitos dos deficientes visuais existentes no Brasil em relação ao mundo do trabalho são resultado de:

Pressão internacional através de movimentos e documentos reconhecidos pela ONU. A OIT obrigou o governo a instituir a lei de cotas e há pouca emancipação dos deficientes visuais. Ainda há jogos de poder... foi a pressão internacional.

25. Como você analisa a existência de pesquisas e de uma discussão acadêmica em torno da inclusão do deficiente visual no mundo do trabalho?

Fundamental. O próprio censo não nos dá a situação real da deficiência. Um entrevistado do Censo 2000 relatou que o formulário do entrevistador do IBGE não indagava sobre a deficiência visual.

As universidades deveriam incentivar mais pesquisas sobre o tema da deficiência visual e sua inclusão no mundo do trabalho...

26. Que questões relativas ao tema você sentiu falta e introduziria para a discussão neste trabalho?

Que você divulgue as boas experiências no Brasil. Pouca gente sabe que no SERPRO hoje tem cerca de 50 pessoas [com deficiência] empregadas.

27. Que contribuições um trabalho de pesquisa como este poderia dar para a inclusão de pessoas com deficiência visual no mundo do trabalho?

Muita. Desde que seja consistente e bem fundamentada.

28. Se você fosse o(a) autor(a) desta pesquisa, que declaração ou frase gostaria que fosse publicada para enriquecer a discussão ou simplesmente porque acha importante dizer?

O pesquisador teria fundamento para dizer: realmente precisamos acabar com os tutelados e mentecaptos. O tutelamento é o descrédito na capacidade das pessoas.

29. Na sua opinião, que expectativas a pessoa com deficiência visual pode Ter em relação à sua inclusão no mundo do trabalho?

Deficiência é testemunho... Eu vim ao mundo para dar um testemunho!... Às vezes vejo a cegueira como uma dádiva!

Destaco dois fatores: Primeiro, o sujeito com deficiência visual pode transformar e dar o seu testemunho para a sociedade. Segundo, os poderes sociais e públicos fundamentarem melhor os seus programas, sem apadrinhamentos.

Comentários:

Marilza é uma senhora culta e de personalidade marcante, de nível sócio econômico médio (classe média). Conta que logo após perder a visão totalmente aos 28 anos em razão de um glaucoma congênito, convidou o chefe para participar de um treinamento com ela afim de que ele pudesse avaliar a sua capacidade de trabalho. O treinamento era, segundo ela, um grande desafio para uma pessoa cega, pois abordava Técnicas de Apresentação em Público e tratava do uso de retroprojetores e outros recursos audiovisuais. “Ao final do curso ele ofereceu as mãos à palmatória”... conta com satisfação.

2. ENTREVISTA DE JÁDISON, realizada em Março de 2004, na biblioteca do CAP.

Dados pessoais (questões de 1 a 6)

Jádison é natural de Salvador, tem 33 anos, é casado com Gessi, também deficiente visual, é cego total desde 1996. A sua deficiência visual é causado por má formação do nervo ótico que progrediu para glaucoma neo-vascular com descolamento de retina. Não possui outros familiares com deficiência visual e seu nível de escolaridade é de Ensino Médio. Quando ainda era vidente exercia a profissão de comerciante, e foi proprietário de oficina mecânica de automóveis, depois que perdeu a visão tornou-se também massoterapeuta, mas está desempregado à época da entrevista.

7. Você se considera um profissional:

Eu me considero qualificado para o trabalho, mas nunca trabalhei em empresa de terceiros.

As pessoas não confiam que você é capaz, que você pode desenvolver uma função. Eu botei aí Massoterapeuta mas eu sou capacitado em várias áreas, entendeu? Eu sou capacitado em telefonia, informática, telemarketing ...

8. Onde obteve formação para o trabalho:

Em cursos ou instituições para alunos especiais e em cursos profissionais com classes regulares. Nos dois... É.. no CAP e na Associação Baiana de Cegos. Antes de ficar cego, estudei em cursos e escolas regulares.

9. Como avalia a formação para o trabalho que recebeu:

Regular

10. Como chegou ao mercado de trabalho:

Eu não cheguei...

11. Que fator considera Ter sido o mais importante para seu ingresso no mundo do trabalho:

Esforço pessoal. Isso aí só está no papel...porque não é cumprida. Essa legislação é só mesmo na teoria.[referindo-se à lei de cotas e à mediação para o acesso/colocação profissional]

12. Foram feitas adaptações específicas para você no seu local de trabalho?

13. Caso tenham sido feitas, quais as principais:

Não.

14. Considera necessárias as adaptações no local de trabalho para o deficiente visual?

Acho.

15. Quais as adaptações que você recomendaria?

Eu acho assim, as adaptações que teriam que ser feitas são em relação às barreiras arquitetônicas, Ou seja é preciso se ter dentro de uma empresa: pista tátil ... a localização dos lugares para o portador de deficiência visual, porque muitas vezes você está num ambiente muito extenso... sinalizações táteis. Acho que só isso mesmo...Você adaptar programas de computador que seja adequado para o portador de deficiência... Dosvox, Virtual Vision... no meu caso o Dosvox... ainda não trabalhei com o Virtual Vision. O meu computador não comporta.

16. Em relação à sua atividade profissional, como se considera:

Excluído.

17. Em algum momento sentiu-se discriminado(a) profissionalmente por ser portador de uma deficiência visual:

Eu acho que em todo o momento... Já que eu nem consegui entrar mais no mercado de trabalho, não é...?

18. Como avalia o seu desempenho profissional:

Excelente.

19. Quais as maiores dificuldades que o deficiente visual enfrenta no mundo do trabalho:

Pode assinalar o primeiro e o segundo... o aumento do desemprego não é problema porque se tem a lei de cotas, sempre está tendo algumas vagas que não são preenchidas. Ainda tem um problema: muitas vezes eles pegam a pessoa que tem deficiência leve, ou seja: só porque puxa da perna, assim, uma besteirinha, eles pegam e botam lá, entendeu? E acham que já cumpriram a cota de deficiência...

20. Se desejar, resumidamente, cite 3 (três) momentos, positivos ou negativos, que considera marcantes na sua trajetória profissional:

Não... eu só tenho uma decepção... assim... quando eu fui fazer estágio no ... do Canela, eu ... eu tinha certeza que eu era um dos melhores ou até o melhor de todos que estavam lá, da turma. E uma pessoa que era menos capacitada do que eu ficou lá colocada no lugar, por amizade ... e eu fiquei de fora...

21. Nesta pesquisa, trato da relação entre a prática da regulação dos direitos dos cidadãos pelo Estado, através de leis, e a necessidade de emancipação desse cidadão para instituir e fazer cumprir seus direitos e deveres. Considera importante para a inclusão a pessoa com deficiência visual no mundo do trabalho, a compreensão desse fenômeno?

Sim. Eu acho que sim pelo seguinte: Se tem uma legislação voltada para o portador de deficiência já desperta a sociedade... acorda a sociedade pra se mostrar que eles chegam lá... Na verdade é uma dívida que o sistema tem com o portador de deficiência... e a partir disso, acorda a sociedade...

22. Você recebe ou já recebeu algum tipo de benefício social específico para portadores de deficiência?

Sim. Eu recebo o da LOAS.

23. De que maneira o benefício social garantido pela LOAS interfere na vida profissional da pessoa com deficiência?

Na verdade, é muito fácil para o sistema criar um benefício e dá ao portador de deficiência e ficar isento do papel dele de querer capacitar, de querer abrir o campo de mercado de trabalho. Mas não... É muito mais fácil... eu dei um benefício a ele, agora pra ele vai ficar no cantinho dele quieto. Isso não quer dizer que esse benefício impede o portador de deficiência de arrumar um emprego, porque a partir do momento que você arruma um emprego, você vai dar baixa nesse benefício. ... Você é obrigado a receber esse benefício senão você vai morrer de fome... Agora, é claro que toda regra tem exceção.

24. Em sua opinião, os direitos dos deficientes visuais existentes no Brasil em relação ao mundo do trabalho são resultado de:

Eu acho que é da pressão internacional através de movimentos e documentos reconhecidos pela ONU. Porque na verdade o Brasil nunca deixou de ser colônia...? O Brasil é... manipulado; quem manda aqui é o imperialismo norte-americano, apesar de as pessoas não terem essa consciência.

25. Como você analisa a existência de pesquisas e de uma discussão acadêmica em torno da inclusão do deficiente visual no mundo do trabalho?

Rapaz, eu acho assim muito importante. Eu vejo assim, que caminha assim, a passos lentos, ainda, mas já está caminhando pra uma evolução em que a sociedade como um todo não vê mais o portador de deficiência como um coitadinho... um pedinte... um esmolé, mesmo... Mas é muito importante que existam pessoas, os intelectuais estejam dentro da universidade já discutindo isso, já despertando... até porque a gente sabe que o novo é interessante pra todos... Mas independente do novo, a gente que sente que há ...incomoda as pessoas...

26. Que questões relativas ao tema você sentiu falta e introduziria para a discussão neste trabalho?

Eu tenho, assim, uma pergunta: Como é que você como pastor, como líder de uma igreja evangélica vê isso, e se isso já está sendo discutido dentro da igreja? Por que eu acho que a igreja exerce um poder muito grande ainda, muito grande. Você não botou, assim, nada relacionado... Você bem sabe que a Igreja Batista é bem conceituada e exerce um poder assim muito grande na sociedade... então é bom que você expresse isso com os líderes... porque vocês podem contribuir muito pra mudar o curso da história, entende?

27. Que contribuições um trabalho de pesquisa como este poderia dar para a inclusão de pessoas com deficiência visual no mundo do trabalho?

Essa pesquisa que você está fazendo ainda vai ter grande repercussão. Por que só você ser um dos líderes evangélicos e se interessar por isso... Porque como a gente vê... Ah, não... o pastor quando vê um cego vai dizer: “Puxa, eu vou orar por você... que tem uma maldição que caiu sobre você”... (risos) E você ser um líder de uma igreja ... me tocou muito. Por que eu vejo que a igreja não tem mais aquele pensamento... aquele assistencialismo de “vamos correr a sacolinha pra ajudar o ceguinho”.

28. Se você fosse o(a) autor(a) desta pesquisa, que declaração ou frase gostaria que fosse publicada para enriquecer a discussão ou simplesmente porque acha importante dizer?

Eu gostaria assim que diante das barreiras arquitetônicas e urbanísticas, o portador de deficiência visual... ele é um verdadeiro vencedor. Porque é difícil. É muito difícil você estar numa cidade como Salvador que não aceita nem uma pessoa dita normal, imagine um cego?

29. Na sua opinião, que expectativas a pessoa com deficiência visual pode ter em relação à sua inclusão no mundo do trabalho?

Minha expectativa é que clareiem as coisas... que o empresário, de uma forma geral, entenda e compreenda que o portador de deficiência visual é capaz, ele tem seu potencial.

3. ENTREVISTA DE GESSI, realizada em março de 2004 na Biblioteca do CAP.

Dados pessoais (questões de 1 a 6)

Gessi é natural de Salvador, casada com Jádson, possui baixa visão, proveniente de toxoplasmose ainda no ventre materno, não tem filhos. Tem um irmão por parte de pai com o mesmo problema visual. Gessi é professora com escolaridade em Nível Médio (Magistério) e massoterapeuta. Está desempregada à época da entrevista.

7. Você se considera um profissional (quanto à qualificação)

Eu me considero qualificada. Mas falta oportunidade... porque eles pedem assim, por exemplo: Não sei quantos anos na carteira... Aí, como é que a gente vai ter tantos anos de carteira?... Se nunca trabalhou, nunca teve carteira assinada. Nunca teve oportunidade pra trabalhar... Mas eu também sou capacitada em Telefonia, informática... entendeu?

8. Onde obteve formação para o trabalho:

Em cursos profissionais com classes regulares e também em instituições para alunos especiais como aqui no CAP e também em escolas com pessoas videntes.

9. Como avalia a formação para o trabalho que recebeu:

A gente toma um curso... a gente se torna um.. um capacitado para o trabalho, entendeu? Porque quem estuda... assim, que se interessa pelo curso que está fazendo é capacitado... Mas se não tem oportunidade... então a gente não pode colocar aquele curso que a gente recebeu em prática...

10. Como chegou ao mercado de trabalho:

Por esforço pessoal...mas não cheguei ainda ao que eu quero.

11. Que fator considera Ter sido o mais importante para seu ingresso no mundo do trabalho: *Isso aí, eu acho que só tem pela lei, não é? Porque isso não existe... [referindo-se à lei de cotas e à mediação para o acesso/colocação profissional] Foi só pelos meus esforços. Pra você conseguir alguma coisa, tem que se esforçar...*

12. Foram feitas adaptações específicas para você no seu local de trabalho?

13. Caso tenham sido feitas, quais as principais:

Não.

14. Considera necessárias as adaptações no local de trabalho para o deficiente visual?

Sim. O ambiente é que tem que receber o deficiente... e não o deficiente receber o ambiente.

15. Quais as adaptações que você recomendaria?

Sinalização tátil, sinalizações em Braille também... em som também. Você sabe que agora, em prédios tem médicos que usam sinalizador de sala, não é?...

16. Em relação à sua atividade profissional, como se considera:

Excluída, não é?... com todas as letras... maiúsculas [risos].

17. Em algum momento sentiu-se discriminado(a) profissionalmente por ser portador de uma deficiência visual:

Com certeza, em todos os lugares. Eu estava trabalhando no Abrigo... ai por eu ter uma deficiência, a chefia lá disse que eu não poderia trabalhar. Não fizeram as adaptações necessárias... Ai com quinze dias eles me disseram que eu não poderia ficar lá mais...E o mais curioso é que eu estava cumprindo a Lei de cotas naquela empresa que varia de 2 a 5% conforme a quantidade de empregados da empresa. Nós temos o CAPAZ... a gente se inscreve lá e não... eles... é que quando você emprega uma pessoa, a pessoa que está empregando, no caso o CAPAZ tem que ir lá com a pessoa, apresentar ao empregador... não é isso? ...Eles não fazem isso. Só que eles não estão preparados pra isso.. eles não estão preparados para atender o portador de deficiência visual e ir na empresa esclarecer o problema. Porque muitas vezes, nem todo deficiente é esclarecido. Sua carta já esta batida... quando eu ia no CAPAZ pedir a alguém que fosse lá [na empresa] explicar... eles me demitiram.

18. Como avalia o seu desempenho profissional:

Olhe, eu trabalhava... eu sempre chegava primeiro, antes de todo mundo...meu desempenho era muito bom.

19. Quais as maiores dificuldades que o deficiente visual enfrenta no mundo do trabalho:

O preconceito em relação à sua capacidade profissional e as necessidades de adaptação no ambiente de trabalho

20. Se desejar, resumidamente, cite 3 (três) momentos, positivos ou negativos, que considera marcantes na sua trajetória profissional:

O início do trabalho no abrigo...só isso...

21. Nesta pesquisa, trato da relação entre a prática da regulação dos direitos dos cidadãos pelo Estado, através de leis, e a necessidade de emancipação desse cidadão para instituir e fazer cumprir seus direitos e deveres. Considera importante para a inclusão a pessoa com deficiência visual no mundo do trabalho, a compreensão desse fenômeno?

Eu acho que sim. A sociedade não cumpre a legislação. ...Não adianta fazer, fazer, fazer e não cumprir... Vai ficar lá cheio de papel e...(risos).

22. Você recebe ou já recebeu algum tipo de benefício social específico para portadores de deficiência?

Não.

23. De que maneira o benefício social garantido pela LOAS interfere na vida profissional da pessoa com deficiência?

Eu acho que na verdade tinha que ter era emprego...

24. Em sua opinião, os direitos dos deficientes visuais existentes no Brasil em relação ao mundo do trabalho são resultado de:

Eu acho que é da pressão internacional através de movimentos e documentos reconhecidos pela ONU.

25. Como você analisa a existência de pesquisas e de uma discussão acadêmica em torno da inclusão do deficiente visual no mundo do trabalho?

Eu acho ótimo. Muito importante.

26. Que questões relativas ao tema você sentiu falta e introduziria para a discussão neste trabalho?

Nenhum

27. Que contribuições um trabalho de pesquisa como este poderia dar para a inclusão de pessoas com deficiência visual no mundo do trabalho?

Essa pesquisa que você está fazendo... levar isso pra dentro da faculdade... isso é muito importante. É super importante pra gente.

28. Se você fosse o(a) autor(a) desta pesquisa, que declaração ou frase gostaria que fosse publicada para enriquecer a discussão ou simplesmente porque acha importante dizer?

Os deficientes já lutam pra ter aquilo que querem... Não são mais aqueles que ficam lá nas suas cadeirinhas sentados... e as pessoas: “tomem isso”, “tomem aquilo”... “vão tomar banho”... eles não estão mais assim.. “Não sei não que você tem que ficar quietinho aí”... não ficam mais esperando que as pessoas lhe digam o que fazer.

29. Na sua opinião, que expectativas a pessoa com deficiência visual pode ter em relação à sua inclusão no mundo do trabalho?

Já que tem a lei de cotas... que as empresas cumpram. Já que tendo a lei de cotas, os empresários sempre vão ver que nós somos capazes... Porque eles[órgão de mediação] mandam assim: Tome aqui entregue a sua carta e a gente nem sabe onde é o lugar... a gente tem que sair com o endereço se batendo...

4. ENTREVISTA DE ADRIANA, realizada em 24/03/2004, no Setor Braille da Biblioteca Central dos Barris.

Dados pessoais (questões de 1 a 6)

Adriana é natural de Salvador, Bahia, tem 29 anos, é casada e tem 2 filhos. (O esposo também é deficiente visual). Graduada em Letras pela UFBA, com pós-graduação em Teoria da Literatura. “Eu sou das Letras...” (diz com satisfação). Sua deficiência visual foi originada por Glaucoma, atingindo cegueira total aos quatorze anos. Professora, atuando como secretária de uma ONG, em Salvador, à época da entrevista. Já exerceu a função de professora autônoma, dando aulas particulares de Português. Atua tanto no mercado formal quanto no informal (aulas particulares) e está vinculada ao setor de Serviços.

7. Você se considera um(a) profissional:

Mais ou menos porque eu preciso ainda me qualificar mais. Eu tenho habilidades e potencialidades. Mas eu ainda preciso ser mais... é... profissional.

8. Onde obteve formação para o trabalho:

Eu aprendi lá mesmo (no próprio local de trabalho) eu aprendi fazendo... fui fazendo cabeça, aprendendo fazendo uma ato... duas... três, na décima deu certo... foi dentro da prática mesmo...

9. Como avalia a formação para o trabalho que recebeu:

Não... lá foi suficiente... só que as pessoas ainda não entenderam a questão do tempo entendeu? As pessoas que coordenam, mesmo as pessoas que trabalham com projetos para deficientes não entendem a questão do tempo: o tempo para o deficiente é diferente.

O tempo de aprendizado, o tempo de execução... é diferente! Você fazer um trabalho no computador é diferente de eu fazer um trabalho no computador e isso as pessoas não entendem. Tempo de execução propriamente dito... pra você digitar um texto, formatar esse texto, colocar... Digamos assim: um texto para empregar no seu mestrado... são diferenças pra fazer o mesmo trabalho. Embora, em geral, o cego tenha uma digitação muito mais ágil.

Mas a gente tem que ter todo um preparo pra saber entrar nos arquivos, nos menus, não sei o que, entendeu? Essa ponte é que é complicada por que não existem cursos... é uma questão até que eu coloco muito: tem que começar a existir cursos que façam a interação do deficiente visual no meios da mídia em geral e da informática também e com os nosso leitores de telas, porque esse é o grande problema. O grande nó é o leitor de tela, que a gente não sabe mexer.

Eu não sabia mexer... Não sei se você já ouviu falar dos leitores de tela que a gente usa: Jaws, não sei o quê...?! Eu não sabia, e eu me bato muito. Hoje eu já tenho uma desenvoltura muito maior e melhor, mas ainda tenho muitas deficiências com ele porque eu não sei... eu não conheço o ambiente Windows. Quando eu perdi a visão... e aí eu vou contar um pouquinho para você a minha história, não é?... minha perda de visão.

Eu enxergava e perdi a visão catorze pra quinze anos. Eu nunca tinha visto a tela do computador. Eu conheço a tela do computador pelo que eu pratico hoje, também nunca vi de perto o computador... a tela... ligada.

Então não sei a posição que as coisas estão na tela. Isso para o deficiente visual é muito trabalhoso... ele trabalha com coisas que ele nunca viu, entendeu? Eu tenho muita coisa com exemplo: se você fala da Estação da Lapa, eu cheguei a ter noção da Estação da Lapa, então eu tenho uma desenvoltura. Quando eu nunca vi, é mais difícil...mesmo. Isso é uma questão trabalhista... eu tenho que desenvolver isso. Eu tenho que aprender isso; eu tenho que saber isso. E é isso que não me permite saber... porque eu não vejo. E isso é mais complicado. Então, o meu tempo, por causa disso tudo, é diferente do seu tempo.

Até ir no menu, iniciar, programas, entrar no Word, digitar o texto, ir em fonte, botar a fonte que eu quero, ir em cor, botar a cor que eu quero, tamanho de letra e depois eu dar um enter e o texto ficar todo arrumadinho e imprimir e entregar ao professor... o tempo que eu gasto pra isso é maior do que o seu, a menos que eu tenha bastante, muito, muito tempo de experiência nisso. E isso no meio dos programadores de tela. Esse é o nó.

Eu considero a educação para o trabalho que recebi como suficiente, regular. Eles querem que a gente aprenda em uma semana a fazer, entender, mas isso não é deles, é o tempo. o tempo da ONG é diferente do tempo de um setor do Estado.

Num setor do Estado você pode levar ano pra aprender uma coisa, mas ONG você tem que aprender e lidar com aquilo durante um mês e muito rápido. Pra gente é muito rápido. E a gente que é cego não tem essa habilidade toda, não é?

10. Como chegou ao mercado de trabalho?

Eu participei de um processo seletivo

11. Que fator considera ter sido o mais importante para seu ingresso no mundo do trabalho?

O reconhecimento de minha capacidade. Eles abriram o edital, eu levei o meu currículo e uma carta de proposta salarial... que agora as ONGs trabalham muito com isso, não é? E fiquei... acho que... entre 8 ou 10 [candidatos]¹⁰ pra fazer a parte prova escrita.

A prova escrita foi [fazer uma] carta e ouvir um vídeo, tipo documentário e fazer meu comentário sobre aquele documentário. O documentário dentro do questionamento social, não é!?. O vídeo era sobre quem está dentro e quem está fora; era mais ou menos isso. É a gente redigia um pequeno texto. Eu fiz essa redação e junto com outras pessoas, entre as quais Melissa, que também estava na seleção. Fomos três selecionados para a entrevista: Eu, Melissa e Edmundo que você conhece. E eu fiquei...

12. Foram feitas adaptações específicas para você no seu local de trabalho?

Sim, no computador... só.

13. Caso tenham sido feitas, quais as principais?

... Porque o local é absolutamente acessível. Não pra cadeirante, mas pra deficientes visuais, sim. Meu local de trabalho é acessível. Lá cada tem um computador de trabalho, isso é muito bom, não é? E o meu computador tem adaptação de tela, programas com voz e tal...

14. Considera necessárias as adaptações no local de trabalho para o deficiente visual?

Sim. Mas você precisa ter dinheiro pra comprar o Jaws que custa 4 mil dólares, você tem que ter dinheiro pra comprar o Virtual Vision que custa hoje 750 reais. Se você tem conta no... [nome de Banco] você tem de graça, mas se não tem, pelo fato de ser uma empresa a empresa tem que pagar pelo licenciamento do produto. Você tem que ter dinheiro pra comprar outros produtos como [nome de software], como tantos outros. E se você não tem dinheiro você tem que financiar. E... no caso, a empresa não pode, não é? A gente que tem em casa, tem financiado numa boa e tal... tudo bem. Mas se as empresas e... não tem dinheiro também, pra que...? na vida ...[ONG] tem o meu, mas quando eu sai de lá eu vou ter que levar tudo, e o meu não é licenciado, só o [nome de software] que é licenciado, mas... mas aí é meu, não é da... [ONG].

15. Quais as adaptações que você recomendaria?

Adaptação na área da informática. Computador tem que ter... porque a gente tem que fazer ata, a gente tem que fazer relatório, tem que retirar... é... tem uma série de documentação... tem atividades e tal... E a gente tem que ler, a gente não vai ter

disponível a todo momento uma impressora Braille pra imprimir nossas coisas. E a gente também precisa fazer comunicações internas. Tem circulares que a gente tem que digitar, e tal. Então, a coisa básica é o computador.

16. Em relação à sua atividade profissional, como se considera?

Parcialmente incluída. Porque... a questão do tempo mesmo... As pessoas ainda estão se adaptando a ter deficiente visual no seu ambiente de trabalho, entendeu? De modo diferente. Antigamente as pessoas tinham um cego... mas o cego ficava ali, contando biscoitos, empacotando um negocinho, e tal. Hoje o cego está ali... está chefiando empresas; o cego está trabalhando com softwares e está lidando mesmo!... Está secretariando uma entidade, como no meu caso. E as pessoas ainda não estão aptas a trabalhar com esse tipo de serviço com o cego, entendeu?!

¹⁰ Acrescentei as expressões entre colchetes para tornar mais claro o sentido de algumas frases ou para indicar alguma supressão de nome a fim de preservar os entrevistados ou entidades mencionadas. Entretanto, o leitor pode, ao desconsiderá-las ir direto ao sentido original da declaração do entrevistado, a seu critério particular.

Então... é por isso que eu falo parcialmente incluído. Até que a gente prove que a gente está ali... que as pessoas entendam que nós também estamos dentro, lá... daquele processo..., é difícil.

É difícil... Por exemplo: Lá na ... [ONG onde trabalha], que é uma entidade que trabalha com portadores de deficiências, e várias deficiências... volta e meia deixam cadeiras fora do lugar, vassouras... e isso é o que se sabe...! É uma questão de educação mesmo. As pessoas... deixam café... aí a gente pode bater com a mão... derramar o café...

Não digo nem assim: Ah, Adriana! você tem que tomar cuidado!... É pra você mesmo. Você não pode deixar determinadas coisas fora do lugar por que é prejudicial para você... e melhor pra mim também. As pessoas ainda não entendem isso.

Eu acho também que a gente que não tem que ficar dando uma de coitadinho... esperando... Eu acho que a gente tem que abrir a boca e falar mesmo, e é isso aí!... A gente também não pode cruzar os braços e deixar de ser secretária, nem deixar de ser... nem deixar de esperar que cheguem os softwares, como eu tenho meu colega que é matemático... uma hora alguém vai ter que quebrar isso... e que tem que quebrar é a gente!

17. Em algum momento sentiu-se discriminado(a) profissionalmente por ser portador de uma deficiência visual?

Eu sinto muita surpresa. Não é discriminação é surpresa. Porque eu lido muito com as pessoas pelo telefone, não é?... telefone, e-mail, essas coisas, não é... então quando essas pessoas chegam lá... é... por exemplo: quando as pessoas ligam querendo saber onde é a ...[ONG], então eu pergunto assim: sabe onde é o quartel [suprimido]...? quando você estiver de frente para o quartel a [ONG] vai estar do seu lado [suprimido]... Ai a pessoa chega lá. Quando chega lá e pergunta “mas quem é Adriana?” – Eu digo: sou eu... Ah! Foi você que falou comigo?! As pessoas ficam surpresas... mas discriminação, não. Não sei se é por que também eu trabalho num ramo que já é com deficiente também e com... e sobretudo com pessoas que já estão, não é?... excluídas... Então... não sei se é por isso... mas eu nunca me senti discriminada não.

18. Como avalia o seu desempenho profissional:

Regular...

19. Quais as maiores dificuldades que o deficiente visual enfrenta no mundo do trabalho:

Agente pode assinalar mais de uma?[respondi afirmativamente]

Eu acho que o 2º, [necessidade de adaptações no ambiente de trabalho] ...o terceiro também [qualificação inadequada]. Eu acho que a dificuldade está muito mais na formação do que no desempenho em si. Não acho desemprego. O emprego nem chega pra gente, não tem nem parâmetro de desemprego dos cegos pra dizer como é isso... Você está entendendo?... A gente nem entra no mercado de trabalho, então eu acho que essa questão do desemprego nem importa tanto. Porque o desemprego está pra todo mundo também. A gente é só um... a gente é um pedaço do todo... Então, eu acho que o desemprego não. O desemprego afeta mais pra quem já trabalhou e está desempregado. Mas nem tem... você não tem uma gama de cegos que já trabalharam e estão desempregados. E quem já trabalhou é que era de... [nome de supermercado] e não sei que... não sei que... não sei que... Mas não é... eu não considero como um tipo de trabalho em si.

Não era uma coisa... Primeiro que era uma colocação no mercado de trabalho... não era o emprego que ele ia buscar, era o emprego que ele era levado... E, segundo, que era subemprego. Não era emprego. E eu estou falando de emprego.

Eu estou falando de a gente ir buscar a nossa... nossa... nossa auto-sustentabilidade. E aí eu falo na questão financeira, na questão profissional, na questão da qualificação... e não você ficar contando papel numa empresa. Entendeu? Você ser colocado no... [nome de supermercado] pra ficar contando papel que vai enrolar biscoito. Isso é emprego?! Está se anulando. Tirando um trocado no final do mês, pra você ficar de biquinho calado... dizer que está trabalhando... Você não está trabalhando, você não está mexendo com sua mente, você não está questionando nada. Ninguém te questiona, ninguém se mete, ninguém te inquieta, você também não inquieta ninguém e fica tudo por isso mesmo... Isso não é trabalho.

20. *Se desejar, cite resumidamente 3 (três) momentos, positivos ou negativos, que considera marcantes na sua trajetória profissional:*

“... Eu sou mulher, negra, cega, nordestina... Eu acho que existem várias questões: Existe a questão da adaptação, não é? Da pessoa à profissão que ela está desempenhando; existe a adaptação das pessoas que estão em volta desta pessoa que está trabalhando na ONG com outras pessoas, pessoas de outros projetos... Pessoas que nunca tiveram como colega de trabalho uma pessoa cega. E isso é enriquecedor para eles, não é. E tem algumas questões, assim... no sentido do desempenho... Que existe ainda um questionamento e uma vontade de adaptação do mercado de trabalho pra gente. Mas na medida que o tempo passa há adaptação... É tudo caro, tudo dispendioso e tudo demanda uma coisa que hoje a gente tá trabalhando contra ela, que é o tempo.

A gente está trabalhando no tempo e contra ele. Porque a adaptação para o deficiente visual num trabalho como o meu demanda uma série de coisas, como por exemplo uma boa habilidade com a informática e com o computador. Se agente não tem essa habilidade prévia e se as pessoas não têm uma certa paciência acontecem coisas muito... muito complexas aparentemente ... e complicadas, como por exemplo o atraso. Atraso o relatório e se agente não sabe digitar o texto, entrar no Word, fazer aquelas modificações todas... trabalhar, não é? No ambiente é... de informática... é... você tem essa complicação... Eu tive... eu passei por esse período muito trágico de adaptação com alguns ambientes, de alguns aplicativos não é... e o trabalho me exigia isso : fazer tabelas, construir gráficos é... essas coisa. E aí eu tive um pouquinho de trabalho. Mas, tirando essa questão... é... principalmente no meu caso, não é?... no meu caso foi muito tranquilo... visto que a ... [ONG] trabalha com minorias, não é?... minorias sociais, e com minorias economicamente falando também, e trabalha muito com a questão do deficiente. Eles se importam muito com o deficiente. Então, pra mim, isso foi muito enriquecedor.

21. *Nesta pesquisa, trato da relação entre a prática da regulação dos direitos dos cidadãos pelo Estado, através de leis, e a necessidade de emancipação desse cidadão para instituir e fazer cumprir seus direitos e deveres. Considera importante para a inclusão a pessoa com deficiência visual no mundo do trabalho, a compreensão desse fenômeno?*

Sim. Visto que o que o Estado está regulando. digamos assim, em termos de direito, está muito mais no âmbito do deficiente físico, principalmente no mercado do trabalho. Eles estão preocupados em colocação no mercado de trabalho para portadores de necessidades especiais físicas e para deficientes auditivos quando se trata de... daquele subemprego de mercadinho e não sei que... Mas pra uma legislação, pra uma regulação de trabalho, pra garantir que a gente tenha bolsa de mestrado, no doutorado... pra que a gente concorra de igual pra igual com você que vai ser professor na Universidade, com outros que vão sobressair, não temos visto. E é isso que eu, que sou deficiente visual, que fui pra Universidade, que trabalhei não quero me... me desculpe a expressão se estou sendo preconceituosa, eu não quero ir pra o mercado contar papel, eu sou muito mais que isso. Entendeu?

Eu fiquei cinco anos numa universidade federal, eu sou negra, sou mulher, sou nordestina, sou pobre, eu tive dois filhos durante o tempo que estava na universidade pra me conformar em ir pra ...[nome de supermercado] contar papel... você está entendendo? Eu tenho que inquietar o ...[nome de supermercado] pra que ele propicie coisas, pra que ele coloque cegos nos seus departamentos de chefia mesmo. Pra que a gente possa lá secretariar o ...[nome de supermercado], pra que a gente possa fazer leituras assim a nível mesmo de fazer com que o ...[nome de supermercado] mude a sua cabeça em relação ao deficiente, e não ele colocar o deficiente ali, que pra ele não vai ter nenhum agravo... Eles não vão pagar isso, não é? Serão impostos atenuados e tudo o mais, não é? E vai ficar por isso mesmo: todo mundo vai pro céu, não é? Pois afinal de contas, todo mundo quer uma vaguinha no céu, não é? E o cego está trabalhando... entendeu? Mas não está trabalhando... O cego está vendendo sua mão-de-obra barata por nada. Ele está pagando pra trabalhar. Não está pensando.. Isso é o que o estado não quer: que a gente pense. E fica tudo assim. Eu acho essa discussão produtiva.

22. Você recebe ou já recebeu algum tipo de benefício social específico para portadores de deficiência?

Graças a Deus, não! Graças a Deus, não!

23. De que maneira o benefício social garantido pela LOAS interfere na vida profissional da pessoa com deficiência?

Acomodando as pessoas. Sou contra essas bolsas que existem. Eu considero isso como esmola... pessoas jovens que estão aí recebendo esse benefício... Senão eu ia.... tudo bem que eu entendo que existe essa questão da necessidade... eu tenho que comprar minhas coisas, eu tenho que comprar minhas bengalas, eu tenho que comprar meu reglete, eu tenho que comprar meu papel, eu tenho que dar comida à minha mãe, eu tenho que ajudar meu irmão a comprar... mas tem também uma questão que é mais importante que essa. Tem a questão de que eu não quero esmola, eu quero trabalho, entendeu? Eu não quero que o governo Lula facilite que eu tenha bolsa-alimentação, bolsa-diabo, bolsa-calcinha... Não! Eu quero é que o governo Lula me dê oportunidade de eu entrar na universidade, estudar... E aí ele tem que me dar aparato pra eu ter escolha na minha universidade, pra ter meu computador à disposição, minha e de meus colegas, entendeu? Pra que eu possa entrar na Internet, passar meus textos, digitar meus textos, fazer minhas provas; passar pro professor minhas provas, discutir com os meus colegas, de igual pra igual, ter tempo pra ler meus textos, entendeu? Eu quero isso! Eu não quero ficar... sinceramente... eu... eu fiz o meu curso na boa vontade de meus colegas e de meus professores, por que eu não tinha computador na minha casa. E aí... [palavrão] não é? E aí.. minhas colegas ditavam os textos pra mim. Eu ficava até 2, 3 horas da manhã copiando textos pra no outro dia entregar os meus trabalhos. Não pode isso, não é!?

24. Em sua opinião, os direitos dos deficientes visuais existentes no Brasil em relação ao mundo do trabalho são resultado de:

Nessa ordem: o 1º. [Um movimento de emancipação originado no exercício da cidadania das pessoas com deficiência visual], o 2º. [Uma intervenção do Estado, exercendo seu poder regulador na vida social], e o 3º. [a pressão internacional através de movimentos e documentos reconhecidos pela ONU]...

A gente tem tido consciência da responsabilidade muito grande. Embora o grupo seja ainda muito pequeno, quando você parte pra o Sul e pra o Sudeste você vê que os meninos estão muito mais danados...e mais: a gente está já, já chegando lá.

25. Como você analisa a existência de pesquisas e de uma discussão acadêmica em torno da inclusão do deficiente visual no mundo do trabalho?

Eu acho que ainda é muito recente. É muito novo ainda e ainda está muito no campo do paternalismo. É... (neste momento um colega cego interrompe e ela explica que está dando uma entrevista e logo fala com ele, ele se desculpa e sai).

Eu acho ainda muito paternalista, por que as pessoas ainda estão olhando a deficiência como se fosse assim. Coitadinho... com todo o esforço não ver como coitadinho, eles ainda vêem como coitadinho. Mesmo inconscientemente.

E a gente não é coitado de nada... entendeu?

Eu acho que tem um resultado. Eu acho que só o fato de você estar inquietando a academia, de você estar levando essa discussão pra academia, é muito construtivo. Isso é muito positivo. Agora, eu acho também que é uma questão, até que eu coloque, quando fizerem debates que chamem o próprio deficiente pra falar por si. Eu acho que a gente ainda está muito acostumado a ver o pesquisador e o coordenador discutindo. É...os técnicos discutindo... Tem que chamar o deficiente que dirige, o deficiente que é dirigido pra também estar ali dentro daquela discussão e levar pra academia. Por que a gente sente muito a ausência do cego, sobretudo na academia. Seja pra discutir, seja pra reclamar, seja pra falar. Pra ir na universidade já é difícil, entendeu? E isso se tem que incluir...

26. Que questões relativas ao tema você sentiu falta e introduziria para a discussão neste trabalho?

Eu acho que tem que ter um pouco da questão da legislação da educação do deficiente... Você poderia buscar o que é que a legislação garante para o deficiente e colocar isso como inquietação, como pergunta, como questionamento e... procurar profissionais que trabalham com educação especial pra saber um pouco mais... o que ser feito...

27. Que contribuições um trabalho de pesquisa como este poderia dar para a inclusão de pessoas com deficiência visual no mundo do trabalho?

Levar o resultado pra deficiente, pra que ele saiba, pra que ele saiba, pra que ele leia mais. E eu acho que é muito... A união com o terceiro setor. Eu acho que o terceiro setor é a grande luz. A existência da terceiro setor e a visão de diferencial que você está aí pra o mundo do trabalho, pra coisas relativas ao mercado de trabalho... sobre colocação... e tudo. eu acho que o terceiro setor é muito fundamental nisso aí. Então tem que ter muita discussão ainda das Universidades, da academia em si com o terceiro setor. Isso vai dar o diferencial. Tem um setor aí... um mundo a explorar que é o mundo do terceiro setor, como a gente citou... Principalmente o governo. Acho que o governo também... se a gente der o aval o governo vai... O governo só não vai sozinho. Mas se a gente inquietar, se a gente reclamar. Não... tem quem ter leis e tem que cumprir a lei! ... aí o governo propõe.

28. Se você fosse o(a) autor(a) desta pesquisa, que declaração ou frase gostaria que fosse publicada para enriquecer a discussão ou simplesmente porque acha importante dizer?

Não tem que ter cota, tem que ter capacitação do deficiente para ser equiparado aos outros concorrentes... Não foi o que eu achei mais importante não, mas essa eu destacaria.

29. Na sua opinião, que expectativas a pessoa com deficiência visual pode Ter em relação à sua inclusão no mundo do trabalho?

Eu não tenho muito boas expectativas não. Eu não tenho, eu estou sendo muito realista. Existe muito trabalho, muito texto, muita gente falando sobre esse problema mais não tem... não existe trabalho. E é com isso... mesmo com o sistema de cotas... Ora o sistema de cotas é uma furada histórica!

Não adianta a gente colocar as cotas se a gente não tem capacidade pra ir até essas cotas. Eu digo... capacidade intelectual... Eu vou fazer um concurso pra gestor do Estado, vou usar as cotas, não é? Mas eu não tenho aparato, eu não tenho... Se eu não tenho...?! Só vai fazer esse curso de gestor quem tem o nível superior. Agora, quantos cegos têm nível superior para ir se inscrever e concorrer...? Você está entendendo o que eu quero dizer? Não adianta você botar... O número ainda é muito pequeno... Eu não sou contra as cotas, mas eu sou a favor de que se aparate ao deficiente e não fique dando cotas. Porque se a empresa tem seus empregados duas tem que ser deficientes... O diabo! Eu quero que a gente presa não tinha isso mas que a gente tenha oportunidade de chegar ali, levar o nosso currículo também executar, executar aquelas tarefas também, você está entendendo?

É isso que eu acho... Eu acho que enquanto tiver dando cotinha disso, cotinha daquilo... cota de a gente ir ali buscar um quilo de feijão, não sei que... vai continuar nisso.

Comentários

Adriana me deu essa entrevista no Setor de Braille da Biblioteca Pública Central nos Barris. Sentamos junto a uma mesa, de onde eu podia observar seus colegas, ambos com deficiência visual, que a esperavam para uma reunião que teriam logo após a entrevista. A entrevistada parecia apressada e, antes de começar seu depoimento, explicou aos colegas que deveriam esperá-la informando-lhes sobre seu compromisso previamente marcado comigo. Melissa, que posteriormente seria entrevistada por mim, era uma das colegas que participariam da reunião. Ela me perguntou se poderia ficar ouvindo a entrevista de Adriana, mas antes que eu respondesse, Adriana se antecipou dizendo que preferia ser entrevistada sozinha. Concordei com Adriana. Melissa dirigiu-se à mesa onde estavam seus amigos. Naquele grupo, todos tinham baixa visão em diferentes estágios, exceto Melissa que tem cegueira total. Um deles, ficou um tanto indignado pelo fato de não entrevistá-lo já que minha pesquisa prioriza depoimentos de pessoas cegas totais.

Adriana revelou maturidade e uma boa dose de indignação com as condições que são oferecidas às pessoas com deficiência visual no contexto em que vivem em Salvador, e em todo o Brasil. Assinalou a necessidade de adaptações arquitetônicas, mobiliárias e computacionais e chamou à atenção para o problema do “tempo” de aprendizagem e de adaptação da pessoa com deficiência visual ao ritmo da empresa ou organização onde trabalha.

Adriana é oriunda de classe média baixa, casada com um deficiente visual que também é professor e pós-graduado em História. Antes da edição final deste relatório de pesquisa, ela deixou o emprego na ONG em que trabalhava à época da entrevista e mudou-se para uma cidade do interior do Estado da Bahia. Ficou de disponibilizar por e-mail um texto de sua autoria para ser anexado a este trabalho mas, até a data em que concluí o mesmo, tal material não foi recebido.

5. ENTREVISTA DE MELISSA, realizada em 25/03/2004, em sua residência.

Dados pessoais (questões de 1 a 6)

Melissa é natural de Salvador, tem 26 anos, é solteira, sem filhos, não tem familiares com deficiências visuais, graduada em Ciências Sociais pela Unifacs, com pós-graduação em RH e

em Gestão Social (em curso à época da entrevista). Socióloga, desempregada, servindo como voluntária em ONG. Em 2002, atuou como Instrutora de Informática em uma fundação ligada a um banco. Ligada ao ramo de serviços, e enquanto desempregada não está no mercado formal.

Apresenta cegueira total, causada por Glaucoma congênito, tendo ficado totalmente cega aos 15 anos de idade.

7. Você se considera um(a) profissional ...

Me considero qualificada. Como eu já lhe falei eu sou formada em Ciências Sociais, já tenho curso de Inglês, sei informática... Então, assim eu tenho um aparato teórico que me possibilita estar no mercado. Mas eu não tenho... eu tenho uma certa dificuldade de prática, entendeu?

Então, como eu lhe disse, todos os trabalhos que eu venho fazendo atualmente estão sendo de forma voluntária; porque foi a forma que eu encontrei de estar colocando a cara na rua. Precisava começar de alguma forma e a forma que foi colocada pra mim foi essa. Então, não é, é o que eu venho fazendo pra encarar o mercado de trabalho.

8. Onde obteve formação para o trabalho:

Eu acho que foi na universidade, é... e cursos fora da universidade, como curso de idiomas, curso de informática, mas na universidade. Em classes regulares.

9. Como avalia a formação para o trabalho que recebeu:

Olha só: Na verdade, eu não tive educação “para o trabalho”, entendeu? Eu fiz uma graduação, eu fiz um curso de inglês, eu fiz um curso de informática, mas isso não foi voltado para o trabalho, entendeu? Então eu não posso nem classificar.

10. Como chegou ao mercado de trabalho?

(Risos) Ai como é que eu digo isso... nesse estado. Eu acho que cheguei, porém não de forma formal, entendeu? Eu estou no mercado, eu... por exemplo: atualmente eu venho fazendo um monte de coisas, assim: palestras, organizando eventos, seminários, congressos, escrevendo textos, mas não de forma remunerada. Até então eu não recebi por isso. Hoje eu faço parte de uma associação do ABRH, que é a Associação Brasileira de Recursos Humanos, onde eu sou Diretora de Responsabilidade Social, mas é um trabalho não remunerado. Então, de uma certa forma eu estou realizando atividades, porém não remunerada.

Eu me classifico ai por duas coisas: uma, pelo meu esforço pessoal e o outra por encontrar pessoas que acreditassem no meu trabalho.

11. Que fator considera ter sido o mais importante para seu ingresso no mundo do trabalho?

Eu acho que é o reconhecimento da capacidade da gente. É uma coisa assim que não está listada mas está direcionada a isso que é a qualificação da pessoa com deficiência.

12. Foram feitas adaptações específicas para você no seu local de trabalho?

Não. Aliás, só quando eu fui instrutora de informática, por que também eu fui instrutora de informática pra outros deficientes. Então aí, ó é que os computadores estavam preparados... Mas só. Nessas outras entidades que eu venho trabalhando, e tal não... nada foi modificado pela minha presença lá.

13. Caso tenham sido feitas, quais as principais?

Só a adaptação no micro, que é um programa de voz. Um programa sintetizador de voz, um software utilizado pelos deficientes visuais. E neste caso específico foi o “Virtual Vision”.

14. Considera necessárias as adaptações no local de trabalho para o deficiente visual?

Imprescindível. Imprescindível. Imprescindível. Por que a gente não pode trabalhar num lugar que não está preparando a nos receber. Por que a limitação existe, é fato, a gente não pode negar. Então você precisa ter uma estrutura que lhe possibilite você exercer o que você tem de potencial. Então, assim: eu preciso ter numa empresa um computador com um software desse. Eu preciso ter numa empresa pessoas que se conscientizem de que, por exemplo, o mouse no meio do caminho é ruim pra mim. Pessoas que se conscientizem que, de repente, por exemplo uma localização, um aviso sonoro pode me facilitar. Então eu acho que é imprescindível. Sem adaptação não dá pra trabalhar.

15. Quais as adaptações que você recomendaria?

Então pronto: O micro, por que hoje em dia a gente não faz nada sem ele. Uma localização fácil, não é? Pode ser uma pista fácil no local. A questão dos móveis, do mobiliário ou então que esse mobiliário seja sempre colocado num lugar, tenham uma arrumação adequada no local. Que as pontas dos móveis sejam abaloadas, é melhor do que um coisa pontiaguda... É...que as pessoas tenham uma noção de Braille, que a gente não acha isso em lugar nenhum. Acho que é isso aí.

16. Em relação à sua atividade profissional, como se considera?

Parcialmente incluído... por isso... por que eu não estou sendo remunerada. Então eu só vou me sentir totalmente incluída quando eu passa a ser remunerada. A dificuldade de ingressar no mundo trabalho eu atribuo a falta de visão. A minha (física) e a de quem não me emprega (as duas ultimas frases foram estimuladas por perguntas que não constam no roteiro da entrevista). Eu sinto isso! As pessoas sentem muito receio... na verdade as pessoas não sabem lidar com as pessoas com uma deficiência. Isso gera muito... muito melindre, as pessoas ficam sem saber como lidar, sem saber o que perguntar, sem saber como fazer e isso gera uma série de conseqüências, entre as quais eu acho a dificuldade de ingresso no mundo do trabalho.

17. Em algum momento sentiu-se discriminado(a) profissionalmente por ser portador de uma deficiência visual?

Teve uma vez... assim eu achei complicado... eu soube que uma empresa estava fazendo um... tendo uma política de integração da pessoa com deficiência. Ai eu liguei e falei: olha, eu sou deficiente visual, formada, pá, pá, pá... eu queria saber como eu posso fazer pra participar de um processo seletivo ou enviar um currículo ou alguma coisa assim... “A é?... que deficiência você tem?” Visual, repondi. “Ah, a gente só trabalha com deficiente físico e auditivo...A gente tem um convênio com a APADA que é de deficiente auditivo e com a ABADEF que é deficiente físico.” Ai eu falei: “Bom, mas e aí? Eu tenho uma deficiência e quero trabalhar...!” Como? Ah... não dá, assim não dá. Então assim... Em momento nenhum, nem deixaram eu levar o meu currículo. Nem... sabe? Vê se dava pra fazer alguma coisa. Ela me barrou dali!

18. Como avalia o seu desempenho profissional

Muito bom.. eu avalio. Eu estou bem... assim: eu estou muito satisfeita com que eu venho fazendo. Eu me policio bastante; eu sou muito crítica comigo mesmo, muito exigente mas eu estou muito satisfeita com que eu venho fazendo.

19. Quais as maiores dificuldades que o deficiente visual enfrenta no mundo do trabalho?

É... olha só... varias dessas... a qualificação inadequada é um problema seríssimo. Não adianta a gente ficar dizendo: a porque a empresa não coloca se a empresa não tem um profissional qualificado. Isso é um problema muito sério. Eu acho que o preconceito com

relação à capacidade profissional é assim: É como se toda hora você precisasse mostrar que você pode. Isso é também muito sério. O tempo inteiro você tem que mostrar que pode, que dá pra fazer... e a necessidade de adaptações. Eu colocaria o excesso de cuidados e depois a falta de emprego.

O aumento de desemprego é um problema geral. Ter deficiência agrava um pouco, mas eu acho que essas outras são mais importantes.

20. Se desejar, cite resumidamente 3 (três) momentos, positivos ou negativos, que considera marcantes na sua trajetória profissional

[Não citou]

21. Nesta pesquisa, trato da relação entre a prática da regulação dos direitos dos cidadãos pelo Estado, através de leis, e a necessidade de emancipação desse cidadão para instituir e fazer cumprir seus direitos e deveres. Considera importante para a inclusão a pessoa com deficiência visual no mundo do trabalho, a compreensão desse fenômeno?

Acho sim. Tem muita relevância, porque eu acho que partir do momento que você começa a ver a pessoa com deficiência, nesse caso, como um cidadão como outro qualquer, aí você vai começar a entender que ela é uma pessoa apta pra trabalhar, apta pra administrar uma casa, apta... como cidadã. Que tem uma limitação física – isso eu enfatizo bastante. Porque a gente não pode nunca negligenciar isso, é um fato, é uma limitação, entendeu? Mas que existem várias outras formas de estar vencendo está luta. Eu acho que isso é de fundamental importância.

22. Você recebe ou já recebeu algum tipo de benefício social específico para portadores de deficiência?

Não recebo e nunca recebi.

23. De que maneira o benefício social garantido pela LOAS interfere na vida profissional da pessoa com deficiência?

Eu acho que é de péssima influencia. Eu acho. Eu tenho uma posição meio radial em relação a isso: eu digo um pouco, porque eu acho que tem mais gente que sabe a esse respeito mais do que eu. Pelo pouco que eu sei e já estudei, e por conhecer outras pessoas, acho que as pessoas se acomodam muito em recebendo esse benefício. E aí eu ouso gente até falar: “Ah, e eu vou trocar o certo por duvidoso: você é besta... eu começo a trabalhar hoje, aí eu tenho que suspender o benefício e depois sou demitida! E essas pessoas se acomodam entendeu, não batalham, não se qualificam, não procuram um emprego. Eu acho que é isso de péssima influência.

24. Em sua opinião, os direitos dos deficientes visuais existentes no Brasil em relação ao mundo do trabalho são resultado de:

Eu acho que hoje é assim... Entre a questão do movimento [de emancipação] e da intervenção do estado. Eu acho que a benevolência, no iníciozinho começou... a questão do ofício do assistencialismo... lá... aqui no Brasil, lá na era de Vargas e tal. Hoje eu acho que a proposta já é outra, embora ainda exista muito está questão do ser bonzinho: mas acho que hoje o movimento já fala auto... as próprias políticas do estado... acho que já mudou consideravelmente.

25. Como você analisa a existência de pesquisas e de uma discussão acadêmica em torno da inclusão do deficiente visual no mundo do trabalho?

Eu acho fantástico. Fantástico porque eu sofri horrores na universidade quando decidi estudar isso. Porque a gente não acha quem oriente. As pessoas não sabem, não tem

conhecimento e, sincera e honestamente eu acho que se interessou. Até encontrar uma professora que disse, “ Vamos lá, eu vou e vou estudar junto com você”... Sabe, eu me sentia assim, sem norte. Mas foi uma coisa que eu tinha certeza, quando eu entrei na Faculdade que eu soube que é ter que fazer um trabalho de conclusão de curso eu falei: Eu vou discutir a questão da deficiência em um mercado de trabalho. Eu não quero nem saber, mas vou discutir. Então eu acho isso fantástico porque de uma certa forma a gente vai criando literatura, você vai divulgando o tema, as pessoas vão passando a se interessar, vai sendo discutido. Eu acho imprescindível.

26. Que questões relativas ao tema você sentiu falta e introduziria para a discussão neste trabalho?

Eu acho que a questão da família seria um pouco relevante. Você sabe como é que a família atua nessa questão de educação e de trabalho. Como é que a pessoa com deficiência vê isso perante a família. E... eu acho que é isso mesmo... a questão da família.

27. Que contribuições um trabalho de pesquisa como este poderia dar para a inclusão de pessoas com deficiência visual no mundo do trabalho?

Antes de qualquer coisa a informação, que eu acho que é que a gente carece na verdade: é da informação. Que é como aquilo que eu estava lhe dizendo: eu acho, eu acredito muito nisso, que as pessoas não sabe lida com as pessoas com deficiência por não ter informação e por não conviver com essas pessoas. Então ,eu digo muito isso, que a gente precisa informar a sociedade de que existe, de que esta ai e é um percentual considerável da população, eu tinha uns dados aqui, acho que foi o... que divulgou que a deficiência visual acha atinge 48% da população. Sendo que ai você coloca subnormal, quem usa óculos, não constam cegos, mas entre as deficiências é o maior números, é deficiência.

28. Se você fosse o(a) autor(a) desta pesquisa, que declaração ou frase gostaria que fosse publicada para enriquecer a discussão ou simplesmente porque acha importante dizer?

Eu acho que o deficiente visual assim como todo portador de algum tipo de deficiência é um ser humano, sabe, como outro qualquer. Agora, é uma pessoa que sua limitações físicas é que busca – deveria ao menos buscar – formas de está vencendo suas limitações. É uma pessoa capaz; é um ser humano então ele erra, ele acerta; ele tem bom humor, e ele tem mal humor; hoje ele está assim, amanhã ele já não está; como outro ser humano qualquer. Eu acho que isso, no mundo do trabalho tem que ficar muito claro. Porque assim- eu vou até usar a 3º do plural – nós vivemos de uma forma assim a gente vai de um pólo ao outro; nós vamos de um pólo a outro: ou é o gênio ou é o coitadinho. Então é muito complicado ,... eu mesma sinto muita dificuldade de lidar com a expectativa do outro com relação a mim. Então se vai mesmo nesses pólos se não faz – porque não faz, é um coitadinho. Se faz – Ah, meu Deus, fulano é maravilhoso, fulano é um gênio!

E, de certa forma, nós temos que estar sempre mostrando isso. Ah, eu faço aquilo que dá. E aí a gente fica se...[cobrando]. Eu mesma me cobro... porque é aquela coisa da expectativa da outra pessoa em relação a mim. E isso é bem complicado. Então, eu acho que isso tem que ficar bem notado em relação ao mundo do trabalho... E é um trabalhador. Eu posso dar certo numa empresa, de repente, outra deficiente pode não dar. Não é por conta da deficiência, entendeu? É por termos habilidades e competências peculiares a cada um de nós. Então eu acho que é isso aí...

29. Na sua opinião, que expectativas a pessoa com deficiência visual pode Ter em relação à sua inclusão no mundo do trabalho?

Eu acho que... eu prefiro ter uma visão otimista: eu acho que a gente tem que pensar sempre que vai melhorar. Agora, é claro que eu não posso viver na ilusão de que tudo vai ser simples, de que tudo vai ser tranqüilo. Sabe? Eu acho que não... mas eu acho... porque eu acredito que as coisas estão mudando, bem lentamente mas estão. Eu acho que dá pra gente ter uma perspectiva, nem que seja – eu falei na questão da qualificação, não é? – Antes eu pensava assim: Pôxa, eu estou na Faculdade... e depois, quando eu sair e tal – até hoje eu penso.

Aí eu dizia assim: Você quer saber de uma: no mínimo, o meu diploma vai me garantir um concurso público. Ah, vai, entendeu? No mínimo! Então, assim, eu acho que se tem perspectiva, sabe, eu, prefiro acreditar assim: que se tem perspectiva. A reserva de mercado está aí, é uma realidade de que eu acho que deveria ser trabalhada porque não precisa você dizer: Ah, eu tenho vaga para o deficiente. Existe toda a questão, a gente discutiu aí da adaptação, do profissional qualificado... não é simplesmente contratar. Mas é uma porta eu de certa forma já está se abrindo.

6.. ENTREVISTA DE AUDAIR, realizada em sua residência em 20/06/2004.

Dados pessoais (questões de 1 a 6)

Audair é natural de Feira de Santana, Bahia, tem 48 anos, casada, 2 filhos, apresenta deficiência visual (cegueira total) causada por Glaucoma congênito, enxergava até os 8 anos de idade quando ficou cega. Tem um irmão deficiente visual e seu esposo também apresenta cegueira total. Audair é professora no CAP, graduada em Letras e em Direito (UEFS/Católica), com pós-graduação em andamento em Educação de Jovens e Adultos (UNEB), também atua como operadora de atendimento ao PABX numa empresa de telefonia, onde é funcionária há 22 anos.

7. Você se considera um(a) profissional...

Sim, me considero qualificada para o trabalho.

8. Onde obteve formação para o trabalho?

A empresa (...) oferece treinamento para os funcionários, não é? E quando a gente é admitida a gente passa por um treinamento ... E sempre há reciclagem, outros treinamentos...

9. Como avalia a formação para o trabalho que recebeu?

Eu vou responder no meu caso, mas nem sempre funciona assim, entendeu. No meu caso foi uma qualificação excelente. Eu sempre procurei aproveitar tudo que eu me propus a fazer, entender. Eu vejo isso de uma forma bem positiva, no meu caso.

10. Como chegou ao mercado de trabalho?

Com relação à [nome da empresa] foi numa época... eu tenho 21 anos... vou fazer 22 anos agora, em julho, dia 30 [na empresa]. Houve uma campanha com um programa similar a esse Criança Esperança (Rede Globo) para ajudar deficientes. Então fizeram um programa...uma campanha pra colocar os empregadores, ofereciam oportunidades pra pessoas deficientes trabalharem, não é? E nessa época a ... [empresa de telefonia] atual [nome da empresa], se sensibilizou e colocou duas vagas para pessoas deficientes. E então, a pessoa que estava responsável na época, pra colocar deficientes visuais no mercado de trabalho aí, me indicou e indicou a uma outra colega. E nós fomos submetidas aos exames

que a própria empresa oferece, não é, passamos por eles e fomos admitidas. E no Estado, você já sabe que é concurso, não é?

11. Que fator considera ter sido o mais importante para seu ingresso no mundo do trabalho?

Bem no meu caso... falando da Eu acho que o órgão que coloca como última alternativa sua, influenciou, mas também o reconhecimento, claro, isso aí também está envolvido, porque se eu não tivesse capacidade eu não teria sido... E houve também, como eu já falei antes, o processo seletivo da empresa, não é. Não existia sistema de cotas nessa época. E hoje, falando logo sobre isso, esse sistema de cotas pouco funciona, pelo menos aqui na Bahia, eu não tenho ouvido falar que ele tenha beneficiado alguém... não sei se já foi, mas eu não tenho notícias de que esse sistema de cotas tenha ajudado alguém a ser admitido aqui na Bahia. Se a gente está falando em Salvador, que é mais evoluída, que a gente tem essa dificuldade, imagine nas outras cidades.

12. Foram feitas adaptações específicas para você no seu local de trabalho?

Sim. Eu trabalho no PABX,... a mesa é adaptada.

13. Caso tenham sido feitas, quais as principais?

Eles colocaram uma mesa que tem um visor em Braille e me dão todas as informações e o computador que eu utilizo também tem instalado um programa específico que é o Jaws, pra deficientes visuais. Então são essas duas adaptações.

14. Considera necessárias as adaptações no local de trabalho para o deficiente visual?

Sim, claro. É imprescindível porque a gente pode fazer muita coisa mas a gente precisa ter o apoio necessário.

15. Quais as adaptações que você recomendaria?

Bem, aí já vai depender da necessidade da empresa. Da profissão que a pessoa deficiente visual vai exercer. Aí depende... computadores... é necessário que haja os sintetizadores de voz, os programas específicos pra que ele desenvolva suas atividades e tenha bom desempenho, não é. E a depender do que ele vai exercer, talvez outras adaptações necessitem ser feitas.

16. Em relação à sua atividade profissional, como se considera?

Bem, eu me considero incluída. Embora eu ache que a empresa que eu trabalho... eu não me sinto assim... valorizada naquilo que eu faço. Porque... eu fiz dois cursos superiores, fiz uma pós-graduação e, no entanto continuo na mesma função há 22 anos. Não houve um progresso, não houve maior atenção porque... simplesmente pelo fato de eu não enxergar. Então é como se eles dissessem: contente-se com o que você tem... que nós já te demos uma oportunidade, não é. E não é falta de luta. Todas as pessoas que tem a minha qualificação não estão onde eu estou, é isso que eu estou querendo salientar. É que se não houvesse a deficiência, certamente eu não estaria exercendo a função que eu exerço hoje que é a de operadora de atendimento. Eu estaria exercendo... talvez tivesse meu departamento jurídico, não é? Ou tem outra função que fosse compatível com a formação que eu tenho.

17. Em algum momento sentiu-se discriminado(a) profissionalmente por ser portador de uma deficiência visual?

Sim. Como eu te falei a pouco, não é? Isso aí já não deixa de ser uma discriminação. Através de tudo isso... de não me valorizarem por aquilo que eu sou, que eu busquei. E isso não acontece comigo só, não. Acontece com muitas e muitas pessoas que estão na mesma situação. Eu conheço pessoas deficientes visuais que estão na mesma coisa... como uma

colega que trabalha na Embratel que também acontece a mesma coisa. Tem várias pessoas aí que trabalham e que têm nível superior e que exercer função de nível médio, por ser deficiente.

18. Como avalia o seu desempenho profissional?

Eu me considero uma boa profissional, eu exerço a minha profissão com o melhor que eu posso fazer... eu não diria excelente, porque a gente está sempre melhorando, mas depois de excelente qual é o próximo grau?! (Ah, muito bom!)

19. Quais as maiores dificuldades que o deficiente visual enfrenta no mundo do trabalho?

Preconceito... pode ir assinalando (...). Não tem excesso de cuidados, eles me deixam livre. Eu ando pela empresa sozinha... Eu acho que precisa haver maior qualificação... porque com toda a qualificação que a gente tem já encontra dificuldades, imagine se não tivesse, não é? Então é necessário que haja (qualificação)... na realidade o que falta é as pessoas acreditarem na capacidade do deficiente.

20. Se desejar, cite resumidamente 3 (três) momentos, positivos ou negativos, que considera marcantes na sua trajetória profissional

Três momentos... Positivos eu considero a própria oportunidade que eu tive de trabalhar na ..., não é? E negativo que eu considero é em relação a essa não ascensão e também em relação a... eu já trabalhei muito pra que eles dessem oportunidade a outras pessoas deficientes visuais e isso não ocorreu. Eu acho... não é por falta de exemplo.. Tanto eu quanto minha colega... nós fizemos o melhor que pudemos... ela já saiu, mas eu continuo e faço da melhor maneira possível... então não é um exemplo negativo para que eles não... eu acho que é simplesmente falta de vontade de colocar outras pessoas pra trabalhar. Porque uma empresa grande como a... tem condições de não só apenas colocar pessoas deficientes visuais pra atendimento, mas em outras áreas... se tiver um pouco de boa vontade, não é? Então isso é uma coisa que posso lamentar. E quanto ao Estado, eu também lamento porque eles só vêem a gente trabalhando numa escola especial; eles não vêem a gente trabalhando numa escola comum; trabalhando com pessoas videntes, entendeu. Eu quando passei no concurso... há três anos... e só depois de três anos foi que eu consegui trabalhar numa escola. E no CAP, que é uma escola especial. Simplesmente porque eles alegaram que não podia trabalhar numa escola comum. E como eu já trabalhava durante o dia, só tinha o Instituto de Cegos da Bahia que só funciona m horário comercial... só me restava o CAP... e o CAP não tinha vaga. Só depois de muita insistência, só depois de muito trabalho foi que eu vim trabalhar depois disso... Embora eu tenha passado em 13º lugar, portanto uma ótima colocação, fiquei esperando quase três anos... Enquanto pessoas com classificação muito distante vieram trabalhar antes de mim.

21. Nesta pesquisa, trato da relação entre a prática da regulação dos direitos dos cidadãos pelo Estado, através de leis, e a necessidade de emancipação desse cidadão para instituir e fazer cumprir seus direitos e deveres. Considera importante para a inclusão a pessoa com deficiência visual no mundo do trabalho, a compreensão desse fenômeno?

Sim. Não adianta você criar leis e não preparar a clientela pra que ela possa ser beneficiada com essas leis. E não adianta também você criar leis e não cumpri-las. Se o Estado faz essas leis ele tem que oferecer as condições para que as pessoas que são beneficiadas... que deveriam ser beneficiadas com essas leis possam ser beneficiadas de uma maneira perfeita, qualitativo mesmo. Porque não adianta você ter leis e chegar lá fora as pessoas não desempenharem bem as suas funções porque não tem qualificação. Acho que tem que haver a criação das leis, a qualificação a boa vontade... e o cumprimento dessas leis.

22. Você recebe ou já recebeu algum tipo de benefício social específico para portadores de deficiência?

Não.

23. De que maneira o benefício social garantido pela LOAS interfere na vida profissional da pessoa com deficiência?

Olha, eu sou contra isso aí, essas bolsas que existem. Eu considero isso como esmola, isso aí esmola... eu acho que o que o governo tem que oferecer é educação de qualidade e oportunidade de trabalho não ficar oferecendo bolsinha, dinheirinho aqui e acolá para as pessoas... se o deficiente for realmente incapaz, tudo bem, deve ser aceito. Mas como a gente vê aí, pessoas jovens que poderiam trabalhar... que poderiam estudar estão aí recebendo benefícios e se acomodam com esses benefícios não crescem, não procuram estudar, não procuram adquirir uma profissão porque se contentam com o salário que o governo oferece. Sou contra isso. Eu acho que os benefício devem ser oferecido pra quem realmente precisa. Quem não tem condição nenhuma de trabalhar, mas uma deficiência como no caso a deficiência visual não é motivo para as pessoas não trabalharem, não... não é motivo para as pessoas não estudarem, não.

24. Em sua opinião, os direitos dos deficientes visuais existentes no Brasil em relação ao mundo do trabalho são resultado de:

Não... a última está fora. É o resultado de muita luta. O Estado exerce relativamente... mas pressionado pelos próprios deficientes porque de livre e espontânea vontade ele não faz nada. Também [há] a influencia de pressão internacional...

25. Como você analisa a existência de pesquisas e de uma discussão acadêmica em torno da inclusão do deficiente visual no mundo do trabalho?

Eu acho uma iniciativa muito boa, porque não deixa de ser uma... um grito, não é? Um grito... um apelo pra que haja sensibilidade dos órgãos... eu acho que é muito válido por isso. De qualquer forma, esse trabalho seu, muitas pessoas vão ter acesso, entendeu. Então já é uma maneira de chamar a atenção pra isso. De se alertar para as dificuldades e essa pesquisa é feita justamente com as pessoas que estão precisando... Você está fazendo um levantamento das dificuldades, entendeu dos empecilhos que ocorreu para que o deficiente ingresse no mundo do trabalho.

26. Que questões relativas ao tema você sentiu falta e introduziria para a discussão neste trabalho?

Eu acho que você abrangeu tudo. Pelo menos agora eu não estou lembrando de nenhuma outra.

27. Que contribuições um trabalho de pesquisa como este poderia dar para a inclusão de pessoas com deficiência visual no mundo do trabalho?

É... como eu disse é um acréscimo. Esse trabalho vai chamar a atenção das pessoas para a realidade das pessoas com necessidades especiais, e qualquer deficiência.

28. Se você fosse o(a) autor(a) desta pesquisa, que declaração ou frase gostaria que fosse publicada para enriquecer a discussão ou simplesmente porque acha importante dizer?

Eu diria que a deficiência não representa uma falta de capacidade, pelo contrário, eu acho que deveriam dar oportunidade para que as pessoas com deficiência mostrassem seu potencial.

29. Na sua opinião, que expectativas a pessoa com deficiência visual pode Ter em relação à sua inclusão no mundo do trabalho?

Expectativa de melhora de conscientização das pessoas. Que as pessoas se conscientizem que o deficiente é uma pessoa como outra qualquer. Com limitações, mas essas limitações são superadas se lhes for oferecido o necessário para que eles possam trabalhar com desenvoltura, ter um bom desempenho no seu dia-a-dia.

“Talvez seja o sonho da gente, pensar que pode melhorar tudo, mas dá pra melhorar bastante”. (AUDAIR, 48 anos, professora, advogada, operadora de PABX)

7. ENTREVISTA DE JOSÉ, realizada em 20/06/2004, em sua residência

Dados pessoais (questões de 1 a 6)

José é casado com Audair, é natural de Belmonte, Bahia, têm 51 anos, têm dois filhos, possui deficiência visual (cegueira total) causada por deslocamento de retina e hemorragia interna, tendo perdido inicialmente o olho direito em 1964 e o esquerdo em 1975. Foi alfabetizado e terminou o ensino médio antes de perder a visão. Fez cursos profissionalizantes de massoterapia e vendas após perder a visão. Tem na família, além da esposa, um irmão deficiente visual.

7. Você se considera um(a) profissional qualificado(a) para o trabalho?

Sim.

8. Onde obteve formação para o trabalho?

Este curso de massoterapia foi uma experiência feita através da Associação Baiana de Cegos (ABC), Associação Baiana de Medicina (ABN), Instituto Baiano de Reabilitação (IBR) e Setor de Fisioterapia e Ortopedia do Hospital das Clínicas. Esse curso foi uma experiência feita só para os deficientes visuais, no qual várias pessoas fizeram um teste e os aprovados fizeram um curso com aulas teóricas e práticas.

9. Como avalia a formação para o trabalho que recebeu?

Pra mim foi excelente.

10. Como chegou ao mercado de trabalho?

Eu, quando terminei o curso de massoterapia, graças a Deus consegui primeiro lugar e por isso já saí empregado. Ganhei um emprego.

11. Que fator considera ter sido o mais importante para seu ingresso no mundo do trabalho?

Bem, nesse caso, foi o seguinte, houve... o próprio IBR ofereceu ao primeiro colocado o emprego e devido a minha aprovação, à minha capacidade profissional, e o aproveitamento que eu tive.

12. Foram feitas adaptações específicas para você no seu local de trabalho? **Não.**

13. Caso tenham sido feitas, quais as principais?

[Não houve]

14. Considera necessárias as adaptações no local de trabalho para o deficiente visual?

A depender do trabalho, sim.

15. Quais as adaptações que você recomendaria?

Local de fácil acesso, disposição do ambiente, dos móveis, de uma maneira que não atrapalhe a circulação.

16. Em relação à sua atividade profissional, como se considera?

Incluído.

17. Em algum momento sentiu-se discriminado(a) profissionalmente por ser portador de uma deficiência visual?

Eu acho que não. Em termos de trabalho nunca... embora sei que tem um preconceito grande.

18. Como avalia o seu desempenho profissional:

Veja bem, eu sou muito procurado... sempre sou indicado pelos médicos... creio que de bom pra excelente.

19. Quais as maiores dificuldades que o deficiente visual enfrenta no mundo do trabalho?

Bem, eu acho que há um medo talvez de que o deficiente não vai se desenvolver, ele não vá trabalhar mas sim dá trabalho. Acha que ele não tem capacidade, que é difícil, que é isso, que é aquilo outro, como é que ele vai fazer isso, desempenhar o papel e tudo falta de conhecimento, ignorância sobre as atividades do deficiente. Acham que ele tem dificuldade de andar, de descer... então isso impede muito. Como é que eu vou botar ele pra trabalhar? Vai fazer o que?... Então eu acho que é esse o maior empecilho.

20. Se desejar, cite resumidamente 3 (três) momentos, positivos ou negativos, que considera marcantes na sua trajetória profissional:

Meu primeiro trabalho como massoterapeuta, como deficiente visual com carteira assinada; a facilidade que a empresa me deu de fazer alguns cursos, ser um bom profissional, fazer reciclagem...

21. Nesta pesquisa, trato da relação entre a prática da regulação dos direitos dos cidadãos pelo Estado, através de leis, e a necessidade de emancipação desse cidadão para instituir e fazer cumprir seus direitos e deveres. Considera importante para a inclusão a pessoa com deficiência visual no mundo do trabalho, a compreensão desse fenômeno?

Sim.

22. Você recebe ou já recebeu algum tipo de benefício social específico para portadores de deficiência?

Não.

23. De que maneira o benefício social garantido pela LOAS interfere na vida profissional da pessoa com deficiência?

Olha, sei lá, cada um pensa de uma maneira... quer agir de maneira diferente, outros se aproveitam e simplesmente procuram se aquietar...

24. Em sua opinião, os direitos dos deficientes visuais existentes no Brasil em relação ao mundo do trabalho são resultado de:

A primeira alternativa. Acho mais esse. Tem uma coisa interessante. Antigamente se você pegasse um deficiente visual colocava assim; dentro de uma industria, o que é que o deficiente visual pode fazer. Bem, eles podem fazer isso aqui... eles eram colocados assim. Mas a partir dos anos 70, 75 pra cá, os deficientes começaram a lutar, a chegou junto. E

hoje... nós temos ai advogado, temos um bocado de... deficientes visuais vem sendo professor, devido à procura, à existência...

25. Como você analisa a existência de pesquisas e de uma discussão acadêmica em torno da inclusão do deficiente visual no mundo do trabalho?

Eu acho que é uma coisa inédita. No momento que seja publicado, divulgado, que a sociedade tenha isso como é... que chegue as mãos da sociedade... o público lê... participe vai ter mais facilidade em participar.

26. Que questões relativas ao tema você sentiu falta e introduziria para a discussão neste trabalho?

Tantas coisas que são necessárias ainda. Achei tudo interessante... não tem nada a acrescentar.

27. Que contribuições um trabalho de pesquisa como este poderia dar para a inclusão de pessoas com deficiência visual no mundo do trabalho?

A contribuição é a divulgação, é a participação, o interesse, a discussão...

28. Se você fosse o(a) autor(a) desta pesquisa, que declaração ou frase gostaria que fosse publicada para enriquecer a discussão ou simplesmente porque acha importante dizer?

Bem, perante Deus e a lei, todos nós somos iguais, com os mesmos direitos, deveres e obrigações, a partir desse principio não deve ter discriminação, não deve ter...

29. Na sua opinião, que expectativas a pessoa com deficiência visual pode Ter em relação à sua inclusão no mundo do trabalho?

Hoje está bem mais fácil à participação e a inclusão do deficiente visual na sociedade, no caso do trabalhador. E depende mais dele, lutar para que isso aconteça. Ele estudar, ele chegar junto mesmo, lutar e forçar, porque inclusive existem leis, e oportunidade, e facilidade para isso...

“Eu acho que é necessário uma reforma, uma reforma interior, onde o ser humano olhe para um irmão ao lado como um igual, com as mesmas oportunidades... E aqueles que mais têm ofereçam condições àqueles menos favorecidos para que estes também tenham condições de chegar, de vencer, de se estabelecer, ser um cidadão, uma pessoa...

Eu não concordo com o sistema de cotas... parece uma coisa totalmente egoísta e justamente o meu pensamento é de união, na qual realmente melhore o ensino público, melhore as condições de trabalho, melhore a participação das pessoas na sociedade, para que haja uma melhor divisão de renda e com isso há crescimento, não só do ser humano, o crescimento do país da sociedade, uma evolução”. (José, 52 anos, massoterapeuta)

7. ENTREVISTA COM JOÃO, realizada 17 de junho de 2004, em uma sala do CAP.

Dados Pessoais (questões de 1 a 6)

João é natural de São Felipe, Bahia, tem 43 anos, é divorciado e tem um filho. Sua deficiência visual é cegueira total de nascença, causada por glaucoma congênito. Não possui familiares com deficiência visual. É Pedagogo, com especialização em Educação Especial. Atua como professor e vice-diretor do Centro de Apoio Pedagógico ao Deficiente Visual (CAP).

7. Você se considera um(a) profissional qualificado(a) para o trabalho...

Sim. Pelo menos para a minha função, me sinto qualificado.

8. Onde obteve formação para o trabalho:

Acho que o Instituto de Cegos da Bahia abriu as portas para isso que aconteceu, porque se eu tivesse ficado lá, no interior, não teria tido as oportunidades que o instituto me proporcionou. Primeiro que iria ser difícil a aprender o Braille, que naquele tempo há 30 anos atrás, não se ouvia dizer que cego estudava lá no interior, era pouco divulgado essa questão de exame de integração, então se eu tivesse ficado por lá, não tivesse vindo para o Instituto de Cegos da Bahia de repente eu poderia não ter hoje a formação que tenho e nem exercer a profissão que exerço, talvez as oportunidades não tivesse aparecido, da desinformação das dificuldades até de vir a Salvador e também fatores que tornavam tudo mais difícil, estar lá estudando lá, não tinha professores capacitados não tinha nenhum programa de atendimento para educação especial em plena região hoje sim já existe mais na época que eu era adolescente que eu era criança não tinha, e nem se ouvia dizer lá pela região, que cego estudava e trabalhava.

9. Como avalia a formação para o trabalho que recebeu:

Na verdade eu quis enveredar pelo caminho de educação... Eu fui aluno do Instituto de Cegos da Bahia, e quis depois me referir aos meus companheiros deficientes visuais dando um pouco de mim enquanto profissional acho que o caminho foi esse que eu encontrei, não me arrependo gosto do que faço me realizo e acho que essa questão do mercado de trabalho, da qualificação é importante para você tem que certificar aquilo que você faz, acontece muito as pessoas terminarem o 2º grau e ter uma formação definida, ter uma formação geral enfim, e aí a formação geral não define profissão você vai ter que praticar para uma definição profissional, o que você quer fazendo curso superior então talvez durante a razão é que algumas pessoas não conseguem ingressar no mercado porque não tem uma profissão uma qualificação profissional, um curso de pequena duração, um teste pequeno não vai capacitar ninguém para o mercado de trabalho, que hoje é um mercado de gente um mercado na verdade ruim para o candidato e o deficiente visual porque tem as suas limitações, por ser mais vulnerável eu fiz um curso de magistério no 2º grau gostei e achei que foi ótimo fiz depois adicionais em língua portuguesa que é uma extensão do 2º grau depois fiz também educação especial de 840 horas, achei que foi bom e depois fiz um curso de pedagogia que foi um curso normal no currículo da UNEB e depois na própria UNEB onde eu fiz a pós-graduação e a educação especial e pra mim foi muito importante, muito bom.

10. Como chegou ao mercado de trabalho?

Processos seletivos. E aí vem o esforço pessoal de me preparar para entrar no concurso, numa seleção.

11. Que fator considera ter sido o mais importante para seu ingresso no mundo do trabalho?

Acho que ajuda de amigos... não é o caso, mas acho que é a segunda opção, porque o processo de seleção... não iriam me aprovar numa seleção pelo fato de eu ser um deficiente visual, o sistema era jogado e não existia na época sistema de cotas para deficientes. Agora... para chegar até lá, é claro que tive que contar com ajuda de amigos, contei com ensino fundamental, ensino médio, com estudos e universidade, porque para o deficiente visual na escola... apesar de tudo sempre contei com amigos e colegas, tive muito apoio de amigos e familiares.

14. Considera necessárias as adaptações no local de trabalho para o deficiente visual? 15. Quais as adaptações que você recomendaria?

Aqui tem... [é] um ambiente, um centro de educação especializado, um centro de educação

para deficientes visuais... Centro de Apoio Pedagógico aos Deficientes Visuais... já é um ambiente preparado, apesar de ter muitas escadas... Mas escada não é barreira para deficiente visual... as barreiras aéreas, extintores tem que ser colocados em um lugar adequado para o deficiente visual não se bater, janelas que abrem pra dentro, esse tempo de coisa foi visto na reforma do prédio e são situações que não devem acontecer.

16. Em relação à sua atividade profissional, como se considera?

Me considero incluído no trabalho.

17. Em algum momento sentiu-se discriminado(a) profissionalmente por ser portador de uma deficiência visual?

Sim. Como eu trabalhei num laboratório de fotografia houve situações que me senti discriminado.

18. Como avalia o seu desempenho profissional?

Eu diria que bom, porque se não fosse bom eu não estaria exercendo a profissão de vice-diretor; não seria aprovado pelos meus colegas. Eu não teria vários alunos passados pela minha ajuda, que hoje estão ai no mundo, integrados nas escolas, então pra mim acho bom.

19. Quais as maiores dificuldades que o deficiente visual enfrenta no mundo do trabalho?

Acho que a desinformação dos empregadores é um fator assim preponderante nessa questão, eu acho que ainda existe preconceito do deficiente visual usando a bengala, para a sociedade a bengala represente uma barreira, enquanto para o deficiente visual ele representa a liberdade a autonomia de ir e vir, a independência mais queira ou não a sociedade enxerga o deficiente visual de uma forma que não é a ideal, a dificuldade ao acesso no mercado de trabalho pela falta de capacidade também é outro fator então eu acho que entra bastante a questão da discriminação e entra também a falta de formação profissional, o benefício que o governo da ao deficiente visual carente isso na verdade neutraliza qualquer interesse das pessoas que recebem o benefício, eles na verdade tem o direito de entrar no mercado formal porque se ele entrar no mercado formal ele tem seu devido sustento.

20. Se desejar, cite resumidamente 3 (três) momentos, positivos ou negativos, que considera marcantes na sua trajetória profissional

O meu 1º emprego era uma coisa que eu estava muito querendo e precisando de um emprego por questão de sobrevivência então é uma coisa absoluta me deixou assim, de bem com a vida porque sempre busquei minha independência. Outro momento que me marcou em termos profissionais foi quando eu fui aprovado no vestibular que pra mim uma coisa que eu muito queria. E uma outra que também me marcou muito foi poder concluir a especialização no caso a pós-graduação que é uma coisa assim até então comum, e pra mim me senti muito realizado porque a especialização me oportuniza outras chances de mercado, e outro instante que me marcou foi quando assumi a vice-direção do CAP que sou o 1º deficiente visual a assumir a direção de um cargo de porte desse tipo em Salvador na Bahia como vice-diretor.

21. Nesta pesquisa, trato da relação entre a prática da regulação dos direitos dos cidadãos pelo Estado, através de leis, e a necessidade de emancipação desse cidadão para instituir e fazer cumprir seus direitos e deveres. Considera importante para a inclusão a pessoa com deficiência visual no mundo do trabalho, a compreensão desse fenômeno?

Eu acho sim importante que essa discussão aconteça com o Estado, com as organizações sociais, com a sociedade civil organizada, que são as ONGs, os movimentos. Por exemplo: O CAPAZ que é um órgão que surgiu de longas reuniões na SETRAS a respeito do mercado de trabalho e incentivo do Estado... ONGs e instituições civis organizadas de deficientes... foi a

partir daí que surgiu esse setor que hoje intermedia a mão-de-obra para deficientes na Bahia.

22. Você recebe ou já recebeu algum tipo de benefício social específico para portadores de deficiência? *Não*

23. De que maneira o benefício social garantido pela LOAS interfere na vida profissional da pessoa com deficiência?

Gera acomodação na maioria.

24. Em sua opinião, os direitos dos deficientes visuais existentes no Brasil em relação ao mundo do trabalho são resultado de:

De um trabalho feito nas ONGs, porém nos órgãos oficiais... aqui na Bahia já tivemos até convênio do SENAI com Instituto de Cegos da Bahia e Secretaria de Educação do Estado que gerou a criação de um setor no mercado de trabalho de intermediação de mão-de-obra onde funcionou por quase 22 anos e aí empregou muita gente na indústria e muita gente no comércio.

25. Como você analisa a existência de pesquisas e de uma discussão acadêmica em torno da inclusão do deficiente visual no mundo do trabalho?

Toda a discussão que envolve o deficiente visual eu acho importante. Porque de uma universidade, de uma escola, é onde vai sair os profissionais de amanhã; e tendo pelo menos um pouco de conhecimento o deficiente visual pode ser uma pessoa que vai ser útil a sua empresa ao seu trabalho. evidentemente que a visão das empresas vão começar a mudar é diferente você sair de um curso na universidade sem ter discutido nada sobre educação especial, sobre o mercado de trabalho para o deficiente visual você vai ser um profissional que vai ignorar essa questão, por isso as vezes os próprios empresários ignoram porque não tiveram esse conhecimento, na universidade existem questões que já colocamos, da discriminação da falta de consideração por parte das empresas, mais tem o outro lado porque também desconhecem. O profissional que pesquisar certamente outro conceito sobre o deficiente visual não mais um coitadinho, aquele que merece uma caridade, não é ser tratado com privilegio não é isso ele vai ser visto com outros olhos.

26. Que questões relativas ao tema você sentiu falta e introduziria para a discussão neste trabalho? 27. Que contribuições um trabalho de pesquisa como este poderia dar para a inclusão de pessoas com deficiência visual no mundo do trabalho?

Você poderia dar um enfoque na educação especial, na questão da formação profissional porque o mercado de trabalho existe e está aberto, na minha opinião você deveria ter feito algumas questões sobre a formação.

28. Se você fosse o(a) autor(a) desta pesquisa, que declaração ou frase gostaria que fosse publicada para enriquecer a discussão ou simplesmente porque acha importante dizer?

A visão maior não está no enxergar daquele que se oculta mais no sentir daquele que não enxerga mais vai a luta. Acho que o deficiente visual não vai ser uma pessoa que vai sempre querer ser o coitadinho. Eu acho que deficiente visual deve ser tratado como cidadão comum, tem que ser respeitado pela sociedade e tem que ser dado a ele as oportunidades.

29. Na sua opinião, que expectativas a pessoa com deficiência visual pode ter em relação à sua inclusão no mundo do trabalho?

Todo cidadão deseja ter um dia sua casa, sua família, sua vida normal eu acho que essa expectativa gira em torno de todo cidadão e não só do deficiente visual.

APÊNDICE B - Questionário/Roteiro de Entrevista

1. Dados Pessoais

Nome: _____

Natural de: _____ UF _____ Data Nascimento _____

Estado Civil: _____ Tem filhos () Sim () Não Quantos: _____

Tipo de Deficiência visual: _____ Há quanto tempo: _____

Origem da deficiência: _____

Possui familiares deficientes visuais: _____ () pai () mãe () filho(a) () cônjuge

() Outros: _____

2. Escolaridade [indicar formação adquirida antes (A) e/ou depois (D) da deficiência visual, conforme o caso]

() Não alfabetizado () Apenas Alfabetizado

() Educação Básica – 1ª a 4ª séries

() Educação Fundamental - 5ª a 8ª séries

() Educação Média

() Educação Superior - Graduação em: _____

() Pós-graduação: _____ () Mestrado () Doutorado

Titulação: _____

3. Profissão: _____

Essa profissão () é anterior à deficiência visual () é posterior à deficiência visual

Já teve outra profissão? () Sim () Não Qual: _____

Atua no mercado: () Formal () Informal

Profissão que exerce atualmente: _____

4. Está empregado(a): () Sim () Não () Aposentado () Outros: _____

5. Ramo de Atividade: () Indústria () Comércio () Serviços () Outro: _____

6. Que atividades profissionais ou funções já exerceu e quais as empresas onde já trabalhou:

Atividade/função: _____ Empresa: _____

Atividade/função: _____ Empresa: _____

Atividade/função: _____ Empresa: _____

Atividade/função: _____ Empresa: _____

Atividade/função: _____ Empresa: _____

() Nunca trabalhei

() Nunca trabalhei em empresa

Considero-me incapaz para o trabalho

Outros: _____

7. Você se considera um profissional:

qualificado para o trabalho Desqualificado para o trabalho Outra resposta: _____

8. Onde obteve formação para o trabalho:

Em cursos ou instituições para alunos especiais

Em cursos profissionais com classes regulares

Outros _____

9. Como avalia a formação para o trabalho que recebeu:

Fraca/ruim Insuficiente Regular Boa Muito Boa Excelente

Outra resposta: _____

10. Como chegou ao mercado de trabalho:

Esforço pessoal aprovação em concurso ou processo seletivo Lei de cotas

Outros: _____

11. Que fator considera ter sido o mais importante para seu ingresso no mundo do trabalho:

A ajuda de amigos

O reconhecimento de sua capacidade profissional

O sistema de reserva de vagas/cotas para deficientes nas empresas garantido pela lei

A mediação de órgãos/entidades que promovem o acesso/colocação profissional do DV

Outro: _____

Se possível, descreva o processo: _____

12. Foram feitas adaptações específicas para você no seu local de trabalho? Sim Não

13. Caso tenham sido feitas, quais as principais: _____

14. Considera necessárias as adaptações no local de trabalho para o deficiente visual?

Sim Não Outra resposta: _____

Porque? _____

15. Quais as adaptações que você recomendaria? _____

16. Em relação à sua atividade profissional, como se considera:

Incluído(a) no mundo do trabalho Excluído(a) do mundo do trabalho

Parcialmente incluído(a) no mundo do trabalho Outra resposta: _____

17. Em algum momento sentiu-se discriminado(a) profissionalmente por ser portador de uma deficiência visual: Sim Não

Em caso afirmativo, acha importante relatar uma ocorrência: Sim Não

18. Como avalia o seu desempenho profissional:

Ruim Regular Bom Muito Bom Excelente

Outra resposta: _____

19. Quais as maiores dificuldades que o deficiente visual enfrenta no mundo do trabalho:

Preconceito em relação à sua capacidade profissional

Necessidades de adaptação no ambiente de trabalho

- ()Qualificação inadequada
- ()Aumento do desemprego
- ()Excesso de cuidados por causa da deficiência
- ()Outras: _____
- _____
- _____

20. Se desejar, resumidamente, cite 3 (três) momentos, positivos ou negativos, que considera marcantes na sua trajetória profissional:

21. Nesta pesquisa, trato da relação entre a prática da regulação dos direitos dos cidadãos pelo Estado, através de leis, e a necessidade de emancipação desse cidadão para instituir e fazer cumprir seus direitos e deveres. Considera importante para a inclusão a pessoa com deficiência visual no mundo do trabalho, a compreensão desse fenômeno? ()Sim ()Não

Quer comentar essa resposta? _____

22. Você recebe ou já recebeu algum tipo de benefício social específico para portadores de deficiência? ()Sim ()Não ()Outra resposta: _____

23. De que maneira o benefício social garantido pela LOAS interfere na vida profissional da pessoa com deficiência? _____

24. Em sua opinião, os direitos dos deficientes visuais existentes no Brasil em relação ao mundo do trabalho são resultado de:

- ()Um movimento de emancipação originado no exercício da cidadania das pessoas com DV
- ()Uma intervenção do Estado, exercendo seu poder regulador na vida social
- ()Pressão internacional através de movimentos e documentos reconhecidos pela ONU
- ()Uma atitude benevolente da sociedade e do Estado para ajudar o portador de DV

()Outra: _____

25. Como você analisa a existência de pesquisas e de uma discussão acadêmica em torno da inclusão do deficiente visual no mundo do trabalho? _____

26. Que questões relativas ao tema você sentiu falta e introduziria para a discussão neste trabalho? _____

27. Que contribuições um trabalho de pesquisa como este poderia dar para a inclusão de pessoas com deficiência visual no mundo do trabalho? _____

28. Se você fosse o(a) autor(a) desta pesquisa, que declaração ou frase gostaria que fosse publicada para enriquecer a discussão ou simplesmente porque acha importante dizer? _____

29. Na sua opinião, que expectativas a pessoa com deficiência visual pode ter em relação à sua inclusão no mundo do trabalho? _____
